



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

**MODOS DE VIDA URBANOS. REFLEXÕES SOBRE: CONSUMO;
TERRITÓRIO; MEMÓRIA E HISTÓRIA NO COTIDIANO
SUBALTERNO DAS CIDADES (CASO LEMOS TORRES)**

ANTÔNIO RAMOS PESSOA JÚNIOR

Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Economia Doméstica

Linha de pesquisa: Ciências sociais aplicadas na área de habitação.

Orientador(a): Prof^{ta} Dr^a Raquel de Aragão Uchôa Fernandes

Recife

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

**MODOS DE VIDA URBANOS. REFLEXÕES SOBRE: CONSUMO;
TERRITÓRIO; MEMÓRIA E HISTÓRIA NO COTIDIANO
SUBALTERNO DAS CIDADES (CASO LEMOS TORRES)**

ANTÔNIO RAMOS PESSOA JÚNIOR

Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Economia Doméstica

Linha de pesquisa: Ciências sociais aplicadas na área de habitação.

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Raquel de Aragão Uchôa Fernandes

Banca Examinadora

Dr^ª Raquel de Aragão Uchôa Fernandes

Mr^ª Maria de Fátima Santiago

Mr^ª Ângela Maria Miguel

Dr^ª Cristina Pereira de Araújo

Recife

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

P475m Pessoa Júnior, Antônio Ramos

Modos de vida urbanos. reflexões sobre: consumo, território, memória e história no cotidiano subalterno das cidades (caso Lemos Torres) / Antônio Ramos Pessoa Júnior. – 2019.
86 f.: il.

Orientadora: Raquel de Aragão Uchõa Fernandes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia Doméstica) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2019.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Consumo (Economia) 2. Direitos humanos 3. Identidade (Psicologia) 4. Cidades e vilas I. Fernandes, Raquel de Aragão Uchõa, orient. II. Título

CDD 640

RESUMO

O Presente trabalho foi resultado de dois anos de pesquisa investigativa PIBIC, 2017 a 2019, desenvolvida na comunidade Lemos Torres, localizada na Zona Norte da Região Metropolitana do Recife, no bairro de Casa Forte com eixo central na discussão de habitação. Este material debate a problemática do direito a moradia em favor da classe menos favorecida, tendo como objetivo analisar e identificar o lugar e impacto das práticas de consumo sobre os diferentes modos de vida no cotidiano de classes subalternas urbanas. Identificamos as percepções destes sujeitos sobre seu cotidiano nas cidades, sua trajetória (com ênfase para os “determinantes” relativos às questões de classe, etnia, gênero e geração) bem como, o direito à moradia. A pesquisa caracteriza-se por ser exploratória e de caráter qualitativo, através da observação e entrevistas realizadas durante visitas a comunidade. Os resultados apontam para a complexidade do processo de urbanização das cidades, com interesses e demandas bastante distintas e interação. O acesso a moradia remete a uma trajetória de luta e resistência dos sujeitos desta história que se desenrola há várias décadas e culminou com o momento atual captado por estas diferentes intervenções junto a estas famílias relacionadas à política habitacional na cidade do Recife.

Palavras-chave: *Cotidiano; Cidades; Consumo; Direitos humanos; Identidade; Modos de vida.*

ABSTRACT

The present work was the result of two years of investigative research PIBIC, 2017 to 2019, developed in the community Lemos Torres, located in the North Zone of the Metropolitan Region of Recife, in the neighborhood of Casa Forte with central axis in the discussion of housing. This material discusses the problem of the right to housing in favor of the less favored class, aiming to analyze and identify the place and impact of consumption practices on the different ways of life in the daily life of urban subaltern classes. We identified the perceptions of these subjects about their daily lives in cities, their trajectory (with emphasis on the “determinants” related to issues of class, ethnicity, gender and generation), as well as the right to housing. The research is characterized by being exploratory and qualitative, through observation and interviews conducted during visits to the community. The results point to the complexity of the urbanization process of cities, with very different interests and demands and interaction. The access to housing refers to a path of struggle and resistance of the subjects of this history that has been going on for several decades and culminated with the current moment captured by these different interventions with these families related to housing policy in the city of Recife.

Keywords: *Daily life; Cities; Consumption; Human rights; Identity; Lifestyle.*

Dedico este material primeiramente ao Criador de todas as coisas - DEUS, a família, amigos e porque não inimigos. É com grande satisfação e alegria, mesmo nas adversidades enfrentadas cotidianamente, que apresento este trabalho e como base inspiradora para continuar esta caminhada gostaria de destacar e lembrar sempre dos meus pais *in memoriam* a **Lenita Soares** e **Antônio Ramos Pessoa**

AGRADECIMENTOS

"Ao arquiteto do universo, a família (*in memoriam* a Lenita Soares/ Mãe e Antônio Ramos Pessoa/ PAI), a minha companheira (Cicera Andréia Pereira Alves e filha Maria Vitória Soares Ramos Alves) que me motivam a enfrentar as adversidades da vida, aos demais integrantes da minha família (Luciene Maria Ramos Pessoa; Renato Ramos Pessoa; Francisco de Assis Ramos Pessoa Paulo Fernando Ramos Pessoa; Lindinalva Maria e aos demais familiares) aos colegas que me incentivaram a estar nesta caminhada mesmo nos momentos mais críticos, aos professores/as tanto os do ensino fundamental, médio - ambos da rede pública de ensino - que possibilitaram que eu estivesse aqui hoje, aos funcionários/as da SOL, Fernando; Shirley e Eddie da Xerox, aos docentes desta casa (Raquel, Santiago, Michelle, Priscilla, Jaqueline, Hortência, Ângela, Joseana, Etienne, Marcone e outros) a UFRPE, ao CNPQ, ao DCD, aos profissionais técnicos/as da instituição (Soninha; Jaqueline e outros); a Comunidade Lemos Torres e seus moradores, e não poderia deixar de dizer a aqueles em que, em algum momento, quiseram meu mau, pois, tudo isto só serviu para me fortalecer. Meu MUITO OBRIGADO A TODOS/AS! "

Antônio Ramos Pessoa Júnior

23- 04-2019

Fragmento da música A Cidade de autoria de: Chico Science
Crítica a verticalização das cidades e as desigualdades sociais

*O sol nasce e ilumina
As pedras evoluídas
Que cresceram com a força
De pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam
Vigiando as pessoas
Não importa se são ruins
Nem importa se são boas
E a cidade se apresenta
Centro das ambições
Para mendigos ou ricos
E outras armações
Coletivos, automóveis,
Motos e metrô
Trabalhadores, patrões,
Policiais, camelôs
A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce
A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce...*

Compositor: CHICO SCIENCE

Letra de A Cidade © Sm Publishing (Brazil) Edições Musicais Ltda, SONY/ATV DISCOS MUSIC
PUB OBO SONY MUSIC BRAZIL

Lista de Figuras e Quadros

Figura - I Concepção de ralé e patrimonialismo a luz de Souza (2009); (2017)	22
Figura - II Mapa de satélite da comunidade Lemos Torres	51
Figura - III Antiga capela do engenho Casa Forte	53
Figura - IV Enchente no Recife em 1975	55
Figura - V Bairro de Casa Forte passado e presente	57
Figura - VI Conjunto habitacional Lemos Torres no processo de construção	58
Figura - VII Esquema elaborado sobre a História e Memória a luz de Le Goff (1990)	61
Quadro I - Perfil e quantitativo de pessoas entrevistadas	62
Quadro II - Modos de vida na perspectiva de Braga(2015)	63
Quadro III - Modos de vida na perspectiva de Braga(2015)	64
Quadro IV - Relação histórica dos moradores com a comunidade	65
Quadro V - Refletindo a comunidade Lemos Torres a luz de Augé (1994)	67
Quadro VI - Refletindo a comunidade Lemos Torres a partir do conceito de tática e estratégia	74

Lista de Tabelas

Tabela I - Salário mínimo ideal	17
Tabela II - Crescimento do Índice populacional do Brasil entre 2012 e 2016 segundo IBGE(2017) com recorte de Raça.....	19
Tabela III - Déficit Habitacional Nacional de famílias urbanas. Entre os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 na faixa de renda entre 0 - 3 salários mínimos.....	33
Tabela IV - Déficit Habitacional de famílias urbanas em 2012 na faixa de renda de mais de 3 a 5 salários mínimos.	34
Tabela V - Dados preliminares do Déficit Habitacional Nacional total e relativo, por situação de domicílio, segundo regiões geográficas, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - RM em 2015.....	35
Tabela VI - Dados da Última PNAD 2015.....	35
Tabela VII - Déficit Habitacional no sul e sudeste com famílias urbanas em 2012 na faixa de renda até 3 salários mínimos.	36
Tabela VIII - Déficit Habitacional no nordeste com famílias urbanas em 2012 na faixa de renda até 3 salários mínimos.	36
Déficit Habitacional em Recife.....	37
Tabela IX - Déficit habitacional de Recife região metropolitana segundo CENDHEC(2017).....	37
Tabela X - Casa Forte - Gênero e etnia predominante no bairro e, taxa de alfabetização	60

Lista de Siglas

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
BNH - Banco Nacional de Habitação
BID - Banco interamericano de desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CC - Casa Civil
CPC - Código de Processo Civil
CENDHEC - Centro Dom Hélder Câmara
CF - Constituição Federal
COHAB - Companhias de Habitação
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP - Fundação João Pinheiro
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU - Imposto Predial e territorial Urbano
JCPM - João Carlos Paes Mendonça (Grupo)
MST - Movimento dos Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTST/ PE - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PD - Plano Diretor
PL - Projeto de Lei
Plan Hab - Plano Nacional de Habitação
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PREZEIS - Plano de Regularização das zonas Especiais de Interesse Social
RM - Região Metropolitana
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SFI - Sistema Financeiro Imobiliário
SFH - Sistema Financeiro Habitacional
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social
World Bank - Banco Mundial

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
1.1- Problema de Pesquisa	15
2. OBJETIVOS	16
2.1 Geral	16
2.2 Específicos	16
3. REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 - Políticas urbanas no Brasil do séc. XX até o início do séc XXI desdobramentos e consequências para a população	22
3.2 - Política urbana na cidade do Recife: o Plano Diretor - PD de Recife	30
3.4 - Disputa de Classes: Movimentos sociais ligados a questão urbana e a moradia em Pernambuco ..	39
4. METODOLOGIA	48
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
5.1 - A história de Casa Forte e os grupos populares residentes que resistem no bairro	52
5.2 - A história da comunidade contada através da memória de seus moradores sobre o direito à	60
moradia	60
5.3 - A comunidade Lemos Torres e seus/suas moradores/as	69
5.4 - Acesso à moradia	71
5.5 - O direito à moradia e as perspectivas de futuro	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
7. REFERÊNCIA	81

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, foi resultado de um projeto de pesquisa do PIBIC/UFRPE (SEDE) desenvolvido entre os anos de 2017-2018 na comunidade Lemos Torres que, por sua vez, se situa no Bairro de Casa Forte. Este projeto, ao qual estive e ainda estou vinculado, problematiza a discussão do direito de morar e viver na cidade ancorada na Constituição Federal e nos direitos humanos, tendo como sujeitos grupos subalternos urbanos, os mais pobres que são injustiçados pelo aparato institucional/jurídico e pelo “Estado democrático de direito”. A presente pesquisa, já desdobra-se, há 02 anos e trago aqui o recorte com um enfoque mais detalhado da primeira etapa realizada até 2018.

Este ano damos continuidade à pesquisa e o que se configura como a história das pessoas e da comunidade, através da desapropriação das antigas casas e da mudança de parte dos antigos moradores/as para o conjunto habitacional Padre Edwaldo. Analisamos a história desta comunidade e de seus sujeitos a partir do conceito de subalternidade de (SPIVACK, 2010), para quem o sujeito subalterno é toda a pessoa que detém baixo capital econômico, com irrisório capital cultural, e que vive em extremas *condições de pobreza*, e em virtude disto *não tem voz, nem vez* metaforicamente falando. É cerceado no espaço de fala e cercado de todas as formas possíveis pelos aparelhos do estado e pelo próprio estado. O diagnóstico se agrava ainda mais, quando se é mulher, negra e de periferia (SPIVACK, 2010).

A comunidade investigada, a Lemos Torres, está situada em um bairro que detém um dos metros quadrados mais caros da região metropolitana do Recife - PE, Casa Forte, que do ponto de vista geográfico, está situado na 3ª Região Político Administrativa - RPA 3, juntamente com bairros como: Derby, Aflitos, Apipucos, Espinheiro, Dois Irmãos, Graças, Jaqueira e entre outros, segundo informações coletadas no site da (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2018).

Apresentaremos o histórico de ocupação da área, mas por ora cabe destacar o fato de que a Comunidade Lemos Torres, caracteriza-se como uma área de ocupação urbana que resistiu ao longo de décadas e permaneceu demarcando o fenômeno da partilha do território por classes distintas ao longo do tempo na região. A comunidade Lemos Torres, existe desde antes da década de 1970 e de acordo como os depoimentos de campo, é composta por pessoas que migraram do interior no período marcado na história Brasileira como êxodo rural. As principais justificativas apresentadas decorrem do projeto de melhorar de vida nas cidades, em função da precariedade relacionada aos diferentes acessos, como ao trabalho, educação formal e de políticas públicas e sociais que estimulassem o fomento e promoção da qualidade de vida e permanência nos territórios.

O perfil da comunidade e de seus habitantes se aproxima de outros contextos de periferias ou de ocupações urbanas, Lemos Torres é formada majoritariamente por mulheres mães solteiras, baixo acesso a educação formal e na grande maioria trabalhando como domésticas ou de bico para se manterem, ou ambos. Todas as pessoas entrevistadas resolveram migrar acreditando que ao chegar em Recife, suas vidas melhorariam. Mas, em contrapartida, o que revelaram foi uma série de reproduções das desigualdades e acesso precários que vivenciavam, dificuldade para se inserir no trabalho formal, de concretizar o projeto educacional, de ter acesso à casa própria.

O nome “ilha das cobras” refere-se às condições insalubres encontradas ao chegar a cidade, presença de ratos baratas e cobras o que contribuiu para que o local fosse apelidado pelos residentes. Posteriormente, de acordo com outra informante, o lugar mudou de nome para Lemos Torres em homenagem a um antigo professor que residia no bairro. Com relação ao perfil, as pessoas entrevistadas são majoritariamente mulheres, com filhos/as, têm histórico de migração, e, baixa escolaridade.

No projeto anterior (2017-2018), as pessoas ainda moravam nas casas. O primeiro contato ocorreu via escolha de um primeiro informante que indicou outras pessoas que pudessem colaborar com o objetivo do trabalho proposto¹. Depois, se sucederam outras indicações contabilizando um total de 06 pessoas entrevistadas. Relatamos na ocasião da pesquisa a forma como ela se configura espacialmente, com suas duas principais entradas, a desta pesquisa ocorreu pela Flôr de Santana, a outra fica literalmente por detrás do Shopping Plaza de Casa Forte. No segundo momento, isto é (2018-2019), as famílias já moram no habitacional e perceberam principalmente impactos na renda devido a inclusão de novos impostos como; IPTU, conta de água, de luz impactando sobremaneira no consumo e qualidade de vida destes sujeitos.

No referencial teórico, será apresentada as políticas federativas habitacionais desenvolvidas no Brasil do começo do século XX até o início do século XXI. Nesta parte, será apresentada mais detalhadamente, as políticas criadas no Brasil e ainda trará, às principais dentre elas. Dentro da discussão das políticas habitacionais, será apresentada com um enfoque especial, a atual política habitacional que está em vigência, isto é, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

No que diz respeito a etapa de ida a campo, foi efetuado um roteiro contemplando as dimensões apontadas por (BRAGA, 2015)² como constitutivas do conceito de *modos de vida, análise que o autor faz através da relação entre o urbano e rural*. Foi também trabalhada, a concepção de *lugares e não lugares*, (AUGÉ, 1994) e a compreensão de (CERTEAU, 1994) sobre cotidiano. A perspectiva é que estes autores nos ajudem a refletir as questões relacionadas

¹ A indicação inicial foi apontada por um porteiro que trabalha ao menos 26 anos na área e possui contato bastante próximo com moradores da comunidade.

² A tese de Braga (2015) sobre os modos de vida discute o rural e o urbano em um contexto ainda utilizado na década de 70 sendo dessa forma criticada por autoridades da academia. Mesmo assim, se utilizou as partes consideradas úteis que compuseram a formulação do roteiro de entrevista para os dados de campo deste trabalho.

ao morar e viver nas cidades, ao cotidianos dos sujeitos frente as políticas habitacionais no Brasil, bem como, as questões relacionadas aos conflitos urbanos, incluindo-se, outras dimensões relativas a este fenômeno.

A incerteza quanto a permanência na área, é relatada, por nossos/as interlocutores/as, como fator decisivo em toda a narrativa que desenvolvem sobre suas trajetórias, agrava a situação, a incerteza frente a forte especulação imobiliária nesta região. A presente pesquisa, se debruçou sobre o acesso ao direito à moradia, no cotidiano da cidade de Recife que segundo dados já levantados para esta pesquisa, apresenta um dos maiores números de conflitos urbanos no país. Os dados levantados, se voltaram, para questões relacionadas aos tempos de vida destas pessoas, o tempo de chegada a comunidade, o tempo de vivência do presente e as projeções para o futuro, estando os resultados deste trabalho organizados desta forma.

Além de Braga (2015) que trás a discussão sobre os modos de vida Certeau (1994) discutindo Território e Augé (1994) trabalhando o cotidiano, foram também utilizados, para este trabalho, a perspectiva de Spivack (2010) com a problemática da subalternidade e Lee Goff (1990) com o estudo sobre a história e memória. Pensando nestes conceitos foi que se pensou o título deste TCC.

1.1- Problema de Pesquisa

Diante do exposto apresentado até aqui, o problema de pesquisa desenvolvido voltou-se para as dimensões dos cotidianos subalternos urbanos, buscando compreender os modos de vida vivenciados e a convivência entre as classes sociais, o que originou a seguinte pergunta: Como as pessoas residentes na comunidade Lemos Torres, percebem, o lugar e o impacto no acesso ao direito à moradia?

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

2.1.1 - Analisar e identificar quais são as táticas utilizadas no cotidiano para filiação (acesso) aos bens e serviços disponíveis na atual sociedade de consumo.

2.2 Específicos

2.2.1 - Compreender como acontece através do cotidiano, a relação destes indivíduos, com seus direitos e a convivência entre classes;

2.2.2 - Caracterizar a percepção sobre território, a partir da noção de lugares e não lugares em Marc Augé.

2.2.3 - Fazer uma caracterização do bairro investigado;

2.2.4 - Apresentar um levantamento dos serviços e equipamentos urbanos oferecidos pelo estado, bem como a condição de acesso;

2.2.5 - Compreender o processo de ação social da comunidade para acessar os diversos direitos garantidos;

2.2.6 - Levantar os principais bens consumidos por esses beneficiários/as que anunciam uma identidade urbana.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para Santos (2012), a pobreza estrutural é um dos produtos construídos pelo capitalismo global sendo este, responsável, por fazer a grande maioria da população não acessar com qualidade ideal: educação, saúde, alimentação, habitação entre outros.

[...] para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e *velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal*. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, 2012, p. 20).

Por causa da má distribuição de riquezas, escassez de recursos e, pelo irrisório poder de compra que os pobres detém, ocasionado pela da desvalorização do trabalho formal, os bens e serviços na sociedade capitalista que confere o “rótulo de qualidade” agrega valor monetário pouco acessível, tornando-se bens ou serviços onerosos, ou seja, saúde, educação, habitação de qualidade e outras conquistas, tornaram-se mercadoria e não um direito (SANTOS, 2012).

Tabela I - Salário mínimo ideal

Dezembro (2017)	Dezembro (2017)
Salário mínimo atual - Defasado	Salário mínimo ideal
937,00 R\$	3.585,05 R\$

O autor (2018) Fonte : (DIEESE, 2017)

Na Tabela I, é possível observar a projeção que o DIEESE (2017) efetuou para o salário mínimo, demonstrando, que o salário mínimo atual, está distante do ideal. De acordo com o DIEESE (2017), o salário-mínimo aprovado pelo governo federal em dezembro do mesmo ano, era de R\$937,00, quando deveria ser de R\$3.585,05, isto é, para dar conta apenas do consumo básico. Discutindo o problema da pobreza pela desvalorização do/a trabalhador/a como um dos índices, que interfere significativamente na sua economia familiar, como o pobre ou sujeito subalterno obteria o poder de compra, para o consumo em geral, bem como, acessar uma habitação de qualidade e, distante dos vários riscos de vida, se, o próprio salário-mínimo não corresponde ao mínimo de condições estabelecido? Ao que estas pessoas irão se sujeitar para sobreviver? Para tentar explicar algumas dessas problemáticas, recorri a um levantamento histórico das políticas fundiárias habitacionais e do planejamento urbano no Brasil entre os séculos XX e XXI.

As questões fundiárias envolvendo a luta pelo acesso à terra e, a regularização de “ilegais” /ocupantes abandonados pelo estado, que sonham com a casa própria e em diversos casos, esperam, por longas decisões da justiça, para dar permissão pela (usucapião) e assim, ter um teto para viverem, bem como, a expectativa de acessar bens e serviços ofertados pelo estado objetivando residirem próximo de tudo que as famílias ricas e, a classe média acessam, remontam, de um processo histórico oriundo da colonização (MARICATO 2003; 2005; 2010; ROLNIK 2001; 2006; QUINTO JR 2003; VILELA 2012). Spivack (2010), chamará a atenção, para a questão da subalternidade dos sujeitos, argumentando, que a subalternidade ocorrerá em níveis diferentes. Entre os subalternos, os/as negros/as são mais explorados que os brancos/as e as mulheres, são o elo mais fraco nessa relação de dominação e, se for uma mulher negra, mais fadada ao fracasso permanecerá. Os países de 3º mundo ou emergentes, são manipulados pelos países colonizadores e imperialistas de 1º mundo (SPIVACK, 2010).

Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta a construção contínua do subalterno? A questão da “mulher” parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, estar envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao do terceiro mundo), a condição de ser “negra” ou “de cor” perde o significado persuasivo. A estratificação necessária da constituição do sujeito colonial na primeira fase do imperialismo capitalista torna a categoria de “cor” inútil como um significante emancipatório[...] A analogia da consciência de classe mais do que a consciência de raça nessa área, parece ser histórica, disciplinar, e praticamente proibida tanto pela direita quanto pela esquerda (SPIVACK, 2010, p.85).

Spivack (2010) além de destacar a relação opressora que a elite exerce sobre classe trabalhadora subalterna, resultado de um processo histórico, desdobrando-se, em uma desigual disputa de classes, por direitos básicos e pelo direito à cidadania e a vida, a classe subalterna, tem sua voz silenciada nos espaços de debate político e “alguns atores” isto é, a academia, partidos políticos e sindicatos envolvidos com a causa subalterna, concluem, que devem falar pelo sujeito subalterno.

Visto que “a pessoa que fala e age [...] é sempre uma multiplicidade”, nenhum “intelectual e teórico [...] [ou] partido ou [...] sindicato” pode representar “aqueles que agem e lutam, em oposição a aqueles que agem e falam? (FD, p. 206) [...] revela-se, assim, a banalidade das listas produzidas pelos intelectuais de esquerda nas quais nomeiam subalternos politicamente perspicazes e capazes de autoconhecimento. Ao representá-los, os intelectuais representam a si mesmos como sendo transparentes (SPIVACK, 2010, p.32-33).

No entanto, Spivack (2010) chama a atenção para este detalhe, afirmando, que estes atores, só estão reforçando a segregação da classe subalterna por não possibilitar que estes grupos, exerçam o poder da fala. A autora indaga: pode representar “aqueles que agem e lutam, em oposição” a aqueles que agem e falam?

Tabela II - Crescimento do Índice populacional do Brasil entre 2012 e 2016 segundo IBGE(2017) com recorte de Raça.

População do Brasil cresce entre 2012 e 2016 totalizando 205.5 Milhões ou acrescimo populacional em um percentual de 3.4%
Pessoas que declararam-se Brancas entre 2012 e 2016
90.9 Milhões apresentando queda de 1.8%
Pessoas que declaram-se Pardas entre 2012 e 2016
95.9 Milhões apresentando crescimento de 6.6%
Pessoas que declaram-se Negras entre 2012 e 2016
16.8 Milhões apresentando crescimento de 14.9%

O autor: (2018) Fonte:(IBGE, 2017).

Fazendo um link com Spivack (2010), sobre a questão de raça no Brasil, o (IBGE, 2017) aponta, que a maior parte da população Brasileira entre os anos de 2012 a 2016, eram de pessoas que se autodeclararam pardas e negras, representando em números, um percentual de mais de 50% da população do território geográfico nacional, como demonstrado na tabela II. Este dado pode servir de termômetro, para demonstrar que, além, de a maioria da população ser pobre, ela também é, majoritariamente negra e parda no Brasil. Nos tempos atuais, além de associar o Déficit Habitacional com a questão de raça, é possível também, associá-lo, a desvalorização do trabalho assalariado dado exposto pelo (DIEESE, 2017). Em outras palavras, o Déficit Habitacional no Brasil, tende a atingir mais a população de *negros e pardos pobres*, onde são remunerados com um *salário extremamente defasado*, afetando diretamente, na sua qualidade de vida e na possibilidade de ascender economicamente.

A política Brasileira, tinha e tem, no seu bojo central e norteador: o latifúndio, oligarquia, patrimonialismo, coronelismo, clientelismo e o reformismo gerando uma correlação de forças e um grande abismo entre a classe trabalhadora e a elite, onde, sempre quem sai perdendo, são os pobres principalmente os/as negros/as, restando-lhes, as periferias (MARICATO 2003;2005;2010; ROLNIK 2001;2006; QUINTO JR 2003; VILELA 2012).

Poderíamos entrar numa discussão complexa de natureza técnico/jurídica (e eu entendo que ela seja necessária) caso eu não estivesse tão farta de ver registro de propriedade de terras griladas ou pelo menos cuja localização, dimensão e limites são questionáveis. Quanto mais me aprofundo na análise do Brasil real mais me convenço de que a desigualdade é resultado de um forte preconceito social que impregna todas as instâncias da vida nacional e inclusive o mercado imobiliário que não atende nem mesmo a classe média e se concentra na produção de artigos de luxo (MARICATO, 2005, p. 1).

Em sentido semelhante a Maricato (2005), Rolnik (2006) aponta para as influências internacionais que se sobrepõe as pautas nacionais endógenas.

Por outro lado, uma espécie de política de “salve-se quem puder” tomou conta das estratégias municipais de atração de investimentos e investidores. Nesse sentido, o paradigma da “cidade eficiente e competitiva nos mercados globalizados”, dominante na política urbana internacional, contribuiu também para fomentar uma guerra fiscal perversa e predatória entre cidades, na prática inviabilizando projetos regionais e estruturas de cooperação e sistematicamente fazendo com que cidades abrissem mão de receitas próprias. Nesse sentido, a equação da descentralização aliada à competição entre cidades, na prática enfraqueceu poderes locais e reforçou o poder de grandes corporações (ROLNIK , 2006, p. 203).

Vilela (2012) em sentido próximo a Maricato (2005) e Rolnik (2006), aponta que as leis no Brasil, pela garantia do acesso às melhores terras desde a colonização até o presente momento, tendem a beneficiar a uma oligarquia irrisória e, historicamente, concentra as riquezas nas mãos de uma minoria. Atualmente, ainda é bastante notório, este gritante diagnóstico.

Porém, a lei de terras veio somente a dar estabilidade ao problema de terras naquele momento e a regularizar as propriedades da classe dominante, pois as terras não saíram das mãos dos mais poderosos, que ou revalidaram suas sesmarias ou acabaram por comprar terras devolutas, que disponibilizadas a preços altos pelo Estado, impossibilitaram a aquisição por parcelas menos favorecidas da população (VILELA, 2012, p.6).

Fica a indagação: a quem serviu e serve as leis no Brasil? Vilela (2012) neste recorte, aponta como a lei de terras impactou sobremaneira o acesso da terra aos negros/as sendo um episódio histórico que desdobrou-se e ainda reverbera no contexto atual. Em outro recorte o autor pontua:

No plano da política habitacional para as classes mais abastadas, Vargas criou os Institutos de Aposentadorias e Pensões, que também financiavam projetos de habitação; através do Decreto Lei 58/1937, regulamentou a venda de lotes à prestação; e, mediante o Decreto-Lei do Inquilinato, de 1942, congelou os aluguéis (VILELA, 2012, p.13).

Em outro texto, Maricato (2010) aborda, as questões macro que influenciaram e ainda influenciam, o direcionamento da política habitacional nacional. Os chamados Países Capitalistas Periféricos - PCP's, são controlados pelos Países Capitalistas Centrais - PCC's, através, da influência política neoliberal internacional, o Brasil inspirado pelo Taylorismo/Fordismo e posteriormente, o neoliberalismo de Margaret Thatcher 1979 e, Ronald Reagan 1980, firmou, acordos políticos com o Banco Mundial - World Bank, Fundo monetário internacional - FMI, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, assim como, o consenso de Washington, sendo estes órgãos, e, documento de origem internacional, responsáveis pelo direcionamento do planejamento urbano e das questões fundiárias nacionais, ocasionando, mudanças estruturais e, gerando desvalorização do trabalho pela crescente terceirização, desdobrando-se, em crescimento acentuado da pobreza nos países emergentes e latino Americanos.

Considerando que o capital financeiro internacional, dominante na atualidade, não pode submeter-se ao ritmo ou incertezas das instituições democráticas nacionais e engendra novas instituições que decidem mais do que os próprios Parlamentos Nacionais ou Tribunais Superiores (volume dos superávits, taxa de juros, decisões sobre o câmbio, taxa de risco...), qual é o espaço que existe para o exercício do planejamento territorial, executado por meio de políticas públicas com participação social, que contraria interesses do novo imperialismo? Considere-se, ainda, que essas mudanças conhecidas por globalização desabam sobre um sistema político que não se modernizou. Pelo contrário, estamos nos referindo a sistemas políticos baseados no patrimonialismo, entendido como o uso pessoal da esfera pública e o exercício da política do favor (ou troca) dominado por uma forte oligarquia nacional. Considere-se, ainda, que essas mudanças desabam sobre uma sociedade que não universalizou os direitos sociais (previdência, saúde, educação) e mantinha grande parte da população na informalidade sem acesso aos direitos trabalhistas. Qual a possibilidade dessa sociedade reverter o rumo do aprofundamento da desigualdade e da pobreza? (MARICATO, 2010, p.1).

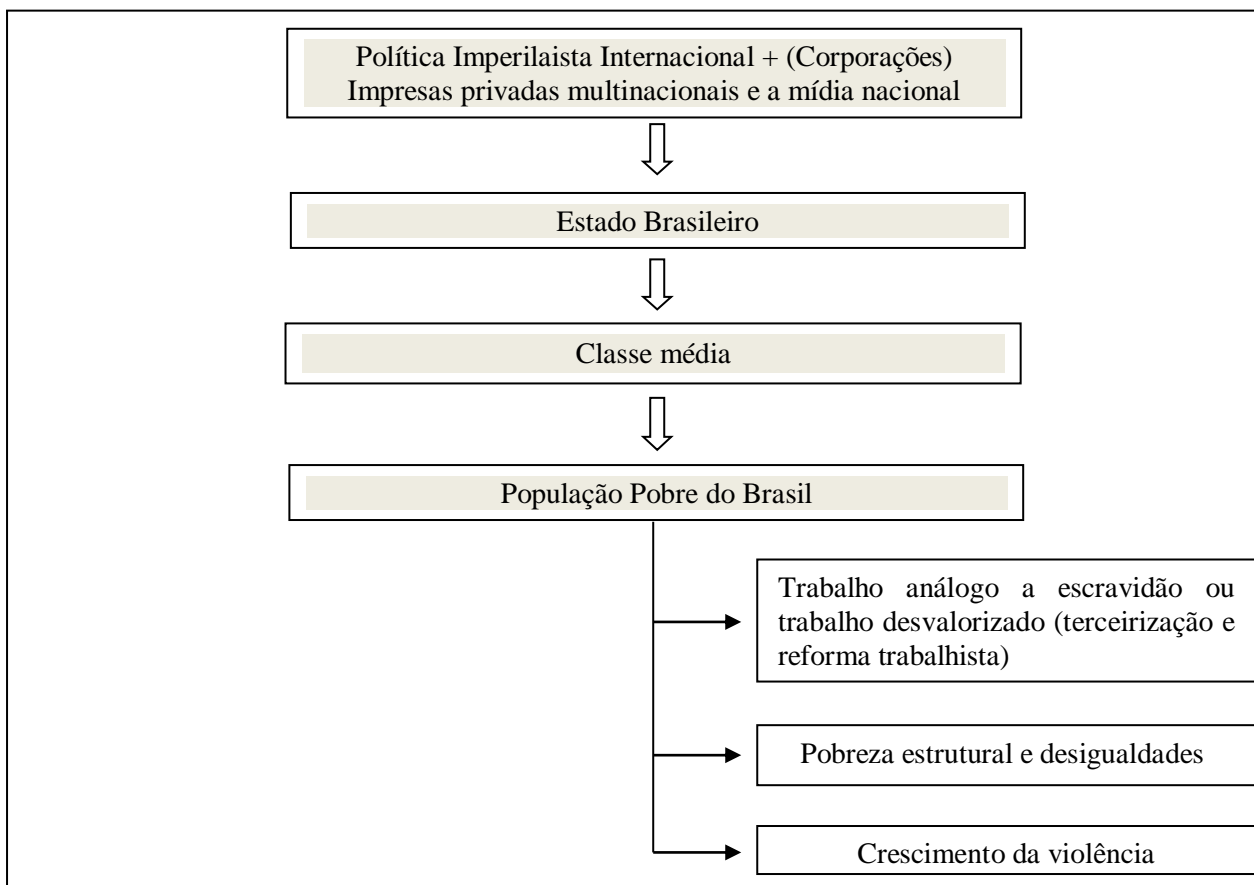
Sobre as influências de acordos internacionais dos PCP's que pactuaram com o BIRD, BID, OCDE e a contrapartida exigida pelo consenso de Washington, a autora explica que:

Nos Ministérios da Fazenda há um conjunto de profissionais que podem não conhecer profundamente a realidade social e territorial de seu próprio país, mas foram preparados e organizados para uma missão e a cumprem com muito profissionalismo e absoluta objetividade. Seu papel ideológico é claro e mal disfarçam as orientações que podem ser encontradas no texto resultante do Consenso de Washington. Exercem seu poder sobre os demais ministérios e demais entes federativos com o máximo de rigor[...]É surpreendente o sucesso da estratégia de formar formuladores de políticas para os PCPs. BIRD, BID, OCDE são algumas das entidades que se organizaram para essa tarefa de “capacity building”. Todo empréstimo feito pelas agências multilaterais (que, aliás, os oferecem como se fossem uma benesse) exige a contrapartida da aplicação dos itens previstos no Consenso de Washington. Em outras palavras, tratava-se de “fazer a cabeça” dos quadros locais (MARICATO, 2010, p.57).

Maricato (2010) inspirada em Chang, aponta: os países periféricos que não pactuaram com a política neoliberal, mesmo desenvolvendo “políticas inadequadas”, para os “padrões considerados adequados, dos países capitalistas centrais”, se desenvolveram melhor, do que os países periféricos que pactuaram com o neoliberalismo entre as décadas de 1960 -1980. Ou seja, os países periféricos que não seguiram a receita neoliberal proposta pelo consenso de Washington, obtiveram melhor desenvolvimento. A exemplo, Maricato (2010) destaca a China e Índia como países que não aceitaram a inclusão do consenso de Washington.

De acordo com Batista Jr (1994), o consenso de Washington foi um documento formulado por economistas norte americanos para ser implementado nos países latino americanos. O texto possui 10 medidas perversas e vale destacar duas destas: flexibilização de mercado o que abriu portas e possibilitou que empresas internacionais entrassem no Brasil sendo que, estas empresas, possuem diversos descontos enquanto que, as empresas nacionais, pagam altas taxas de impostos e a outra medida, foi a implementação da terceirização de forma estrutural e excludente (BATISTA JR, 1994).

Figura - I Concepção de ralé e patrimonialismo a luz de Souza(2009);(2017)



O autor (2019) Fonte: (SOUZA, 2009; 2017)

A figura - I, foi elaborada para facilitar a compreensão das relações de opressão do capitalismo global bem como, do próprio estado e da classe média inspirado nas teorias de (SOUZA, 2009; 2017). O capital imperialista internacional explora e pressiona o estado Brasileiro, este, por sua vez, explora a classe média e por fim, a classe média explora, as classes mais pobres que detém acesso precário a renda com trabalho desvalorizado e até mesmo a falta de emprego adequado contribuindo para a pobreza estrutural e aumento da violência (SOUZA, 2009; 2017).

A ralé é representada pela população mais pobre e majoritaria do país (SOUZA, 2009). Assim, a classe mais pobre (ralé), ocupa os cargos menos valorizados e que demandam maior esforço físico, mas, a principal característica que a define estar associada a população negra que ocupam cargos como: Empregada doméstica, diarista por exemplo e detém baixo acesso a (educação formal) capital cultural (SOUZA, 2009).

Segundo Souza (2017) a elite do atraso³ foi forjada no período da escravidão e complementa

³ A elite do atraso da escravidão a lava jato é o título do livro de Jessé Souza onde debate as relações de exploração e opressão da classe elitizada sobre as classes mais pobres e majoritariamente negra no país dentro de uma perspectiva global. Também para mais informações ver < <https://www.youtube.com/watch?v=9xgGhynmTms>> Acessado em 03/07/2019 No link acima o autor fal sobre seu livro de forma esclarecedora.

ainda, que os Brasileiros, são filhos da escravidão e não de Portugal. A elite nos dizeres de Souza (2017) é a elite da rapina e do saque. Ou seja, a elite desde muito tempo vem saqueando o país e nunca se importou com a população e compra a intelectualidade (Universidades, Jornais, Editoras) para colonizar a cabeça das pessoas sobretudo a da classe média (SOUZA, 2017). Souza (2017) aponta que a grande instituição que comandava o país em 1532 era a escravidão.

A versão defendida por acadêmicos clássicos do Brasil onde justificava que o patrimonialismo, e a corrupção foi uma herança adquirida a partir da coroa portuguesa e que se inseriu apenas, na política Brasileira, é equivocada por que a corrupção não está apenas no estado mas também, nas empresas públicas e privadas multinacionais bem como, na própria mídia que enganam a grande maioria da população Brasileira (SOUZA, 2017)⁴.

Para Souza (2017) O estado e o sistema político foram montados para ser corrupto e atender as demandas do capital imperilaista internacional atendendo as demandas do mercado, ou em outras palavras, o estado foi construído para entregar as suas riquezas e os políticos que não entram no esquema são retalhados (SOUZA, 2017). A elite permanece mascarada saqueando as riquezas naturais - água, petróleo etc (SOUZA, 2017). Segundo Souza (2017) A corrupção e o patrimonialismo na política assume o lugar da explicação pela escravidão, bem como, os conflitos de classe que são oriundos do episódio da escravidão. A escravidão veste uma nova roupagem nos tempos atuais e é, expressada pelo ódio ao pobre dando continuidade a uma rala de novos escravos explorados pela classe média que se vangloriam nas ruas protestando contra a corrupção do estado quando também, reproduz a exploração da classe menos favorecida (SOUZA, 2009; 2017).

Outro ponto que incomodou a classe média foi o aumento de pessoas pobres ingressando nas universidades por que existe um pacto do capital dividido em dois eixos: [1] O capital econômico pertence as elites e [2] o capital cultural pertence a classe média (SOUZA, 2017). Quando o capital cultural foi dividido entre a população mais pobre, que resultou em um ingresso nas universidades de um percentual de cerca de 8 milhões de estudantes pobres, ocorreu uma interferencia no bloco de poder da elite do dinheiro assim como, da classe média porque o ódio ao pobre é mais forte pela herança escravocata, do que pelo fato de saber que o país estava melhorando e as classes mais pobres estavam melhorando sua renda e ampliando o consumo (SOUZA, 2017).

A esquerda Brasileira acreditava que bastava apenas um plano econômico mais inclusivo nunca teve uma reflexão autônoma sobre o estado, comprou a tese do patrimonialismo, subestimou a lava Jato e namorou com o inimigo e para além, não tem uma análise sobre a sociedade o que gerou um enfraquecimento de sua narrativa na sociedade (SOUZA, 2017).

⁴ Neste trecho da matéria exibida no youtube, Jessé Souza deixa claro que o estado Brasileiro também é corrupto, mas não apenas ele. Inclui-se também, as grandes corporações - multinacionais internacionais e a grande mídia que assumem o controle do poder contribuindo dessa forma, para a segregação da população mais pobre.

3.1 - Políticas urbanas no Brasil do séc. XX até o início do séc XXI desdobramentos e consequências para a população

De acordo com Quinto Jr (2003), a legislação urbanística Brasileira no início do séc XX, era baseada nos códigos de posturas coloniais. O surgimento de leis de zoneamento urbano e códigos de obras, só veio surgir, a partir de 1920, até porque, o problema de habitação não era discutido nas pautas de greve e lutas sindicais sendo a priori, as questões trabalhistas (QUINTO JR, 2003).

Os impactos da primeira industrialização – ocorrida no final do século XIX – tinham sido contornados pelo fato de as reivindicações sociais e trabalhistas ficarem centradas nas pautas salariais e trabalhistas das fábricas, ao passo que a questão urbana e habitacional, por sua vez, não eram temas importantes na pauta das greves e das lutas sindicais. Já nos anos de 1940 e de 1950 a questão urbana ficou restrita aos problemas de moradia, limitados principalmente ao sistema de habitações alugadas que, depois do congelamento do aluguel em 1943, deram lugar ao aparecimento de loteamentos populares nas periferias distantes das cidades (QUINTO JR, 2003, p. 188).

Bonduki (1994) afirma, que a primeira política habitacional do século XX no Brasil, se iniciou, com a criação do Instituto de Aposentados e Pensionistas Industriais - IAPI's ou IAP's criada na era de Vargas entre 1930 - 1954. Em contrapartida, essa política não atendia toda a população Brasileira (BONDUKI, 1994). O IAPI, só atendia trabalhadores da indústria e, o restante da população, permaneceu excluído desse direito (BONDUKI, 1994). As experiências pioneiras, com uma proposta de viés mais social, ocorreram em Recife (BONDUKI, 1994).

É o caso da construção do provavelmente primeiro grupo de moradias construídas pelo poder público no Brasil: 120 unidades habitacionais na Avenida Salvador de Sá (RJ), em 1906, pela prefeitura do distrito federal, que se via fortemente pressionada pela crise habitacional gerada pela derrubada de milhares de cortiços necessária para a abertura da Avenida Central (GAP, 1985). Ou ainda, o início da construção, pelo governo federal, da «Vila Proletária Marechal Hermes», que foi parcialmente «abandonada com as obras nos alicerces por quase duas décadas» (Vargas, 1938, i ,241) — o que dá bem conta da importância que os governos da República Velha davam à questão —, e a construção em Recife em 1926 de 40 unidades pela Fundação A Casa Operária (GAP, 1985). Esta Fundação, órgão do governo do estado de Pernambuco criado em 1924 com «a finalidade de edificar pequenas casas para habitação de pessoas pobres Origens da habitação social no Brasil mediante reduzido aluguel» (GAP, 1985), parece ter sido a primeira instituição pública do país a ser criada especificamente para produzir habitação com caráter social. A iniciativa mostra o pioneirismo de Pernambuco em relação à intervenção do Estado na produção de habitação num momento em que em São Paulo a questão era debatida no âmbito da prefeitura, por iniciativa do prefeito Pires do Rio, concluindo-se que o poder público não deveria construir casas para os trabalhadores, pois isto desestimularia a produção privada. (BONDUKI, 114, p. 714 -715).

Quinto Jr (2003) fala, que entre os anos de 1940-1950, o problema da questão urbana, resume-se, ao aluguel de imóveis. Posteriormente, em 1943, ocorre um congelamento do aluguel contribuindo para o surgimento de loteamentos populares, distantes das cidades e, situados em periferias (QUINTO JR, 2003). Morar no centro já estava inacessível, porque no centro

encontravam-se, hospitais, escolas, bancos, indústrias etc, encarecendo dessa forma, o custo de moradia (QUINTO JR, 2003). Os pobres não tinham condições econômicas de arcar com as despesas e, por isto, “foram propositalmente incentivados, a habitar as periferias” (QUINTO JR, 2003).

No Brasil, o processo de urbanização ou de constituição do espaço urbano se deu, primeiramente, mediante um incipiente e regionalmente desigual processo de industrialização. Como se sabe, até meados do século XX, o Brasil era um país majoritariamente rural e a economia agrário-exportadora, bem como o limitado mercado nacional impossibilitavam um efetivo processo de urbanização. Dessa forma, a urbanização brasileira só se efetivou concretamente a partir do início do século XX, quando o país efetivamente se industrializou (MONTE-MÓR, 2006). Todavia, como dito, essa industrialização ocorreu de maneira desigual, abrangendo muito mais as grandes cidades da Região Sudeste (SANTOS, 2012, p. 66 – 67).

Rolnik (2006) alega, que nos anos de 1940 - 1980, ocorreu uma expansão populacional que anteriormente, ou seja, até 1940, concentrava-se no campo. Posteriormente, isto é, 1980, a população majoritária, passou a ocupar os espaços urbanos como consequência de um modelo de desenvolvimento perverso que, segregou cada vez mais, os pobres e, contribuiu significativamente, para a questão da “ilegalidade”, “invasão” ou ocupação (ROLNIK, 2006).

Em um dos movimentos socioterritoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia, a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana em menos de 40 anos (1940-1980). Este movimento impulsionado pela migração de um vasto contingente de pobres ocorreu sob a égide de um modelo de desenvolvimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade, ou de inserção efetiva na cidade. Além de excludente, o modelo de urbanização foi também concentrador: 60% da população urbana vive em 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes (ROLNIK , 2006, p.199).

Em um material formulado pelo IBGE (2006) e, intitulado por; *estatísticas do séc: XX* - capítulo que trata, de *habitação e infraestrutura urbana* - (LIMA, 2006), corrobora com (ROLNIK, 2006), apontando, dados estatísticos e reafirmando que; em 1940, a população urbana, correspondia a 31,2% apresentando um salto estatístico para 67,6% em 1980, devido, ao processo de urbanização que interferiu sobremaneira, sobre os sujeitos subalternos.

Santos (1986) apud Lima (2006) Uma das mais importantes transformações ocorridas na sociedade Brasileira durante o Século XX consistiu no processo de urbanização. Ainda rural em 1960, duas décadas mais tarde tornara-se o Brasil um país de população predominantemente urbana. Esse percentual, que era de 31,2% em 1940, passou a 67,6% em 1980, com sensível aumento da velocidade da mudança na década de 1960-1970, quando se deu a efetiva inclusão do país na faixa das nações urbanas (IBGE, 2006).

Quinto Jr (2003) aponta, que de 1945-1964, período desenvolvimentista, também conhecido como período de democratização, é marcado por muitas reformas sociais, aumento da

importância da cidade em relação a organização econômica nacional, (as políticas urbanas são os centros de discussão nos debates), mas, em contrapartida, a legislação e o código de zoneamento estavam defasados, isto sem contar, com as altas taxas de urbanização. O autor ainda pontua, que no ano de 1963, ocorreu um seminário de habitação encabeçado pelo ministério do trabalho em ação conjunta, com a previdência social (com enfoque na habitação). Segundo Maricato (2017), o objetivo do seminário foi: iniciar a reforma urbana embora o Brasil em 1963, ainda não era majoritariamente urbano.

Hamilton (1999) chama a atenção, para um dos divisores de águas na política habitacional no séc XX, alegando que, nos anos de 1964-1985, o Brasil foi marcado com a criação do BNH- Banco Nacional de Habitação que tinha como objetivo, ser um sistema auto-gestor e que em “tese”, “deveria”, resolver o problema habitacional principalmente, para as habitações populares, na verdade, o que ocorreu foi mais segregação entre pobres e ricos, e, os mais beneficiados, foram as construtoras e o mercado de construção.

A situação do setor habitacional brasileiro no período imediatamente anterior à entrada em funcionamento do SFH era das mais graves. O crescimento explosivo da demanda por habitações urbanas (derivado da intensificação do processo de urbanização do país), em um contexto fortemente inibidor do investimento na área (marcado por forte aceleração inflacionária, taxas de juros nominais fixas e leis populistas no mercado de aluguéis), acabou por gerar um déficit habitacional estimado em oito milhões de habitações [IBMEC, 1974]. Citado por: (HAMILTON, 1999, p.10).

Hamilton (1999) explica, que o BNH, gerenciava o SFI- Sistema Financeiro Imobiliário e o SFH - Sistema Financeiro Habitacional, contava ainda, com as COHAB´s - Companhias Estaduais de Habitação e, utilizava duas vias de recursos para o financiamento dos imóveis: SBPE- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos e o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Vilela (2012) aponta, que o BNH, não conseguiu atingir sua meta no sentido de construir habitações populares e em resumo; o BNH beneficiou mais as classes média e alta da sociedade e portanto, *não cumpriu*, com o dever para quem mais necessitava, a classe subalterna.

Quando se encerrou o regime militar, o BNH tinha construído 4,3 milhões de moradias, índice inferior a sua meta, que correspondia ao déficit habitacional do primeiro governo militar que se estima ser de 5 milhões de moradias. Entre os financiamentos, os números demonstram que em sua história privilegiou as camadas média e alta da sociedade, visto que financiou 3,2 milhões de unidades para famílias de renda superior a cinco salários mínimos, e 1,2 milhões de unidades para famílias com rendimento de até cinco salários mínimos (VILELA, 2012, p. 16).

Hamilton (1999) chamará a atenção, para o mesmo detalhe no tocante ao BNH, não atender a população subalterna, indicando desta forma, que (VILELA, 2012) corrobora, com o último autor citado anteriormente como destacado acima e, na citação abaixo a seguir:

É praticamente consensual na literatura a visão de que o SFH apresentou desempenho bastante significativo ao longo do regime militar, quando financiou algo em torno de 400 mil unidades habitacionais anuais no seu período de auge (entre 1976 e 1982). No entanto, o sistema foi incapaz de atender às populações de baixa renda. Com efeito, somente 33,5% das unidades habitacionais financiadas pelo SFH ao longo da existência do BNH foram destinadas à habitação de interesse social e, dado que o valor médio dos financiamentos de interesse social é inferior ao valor médio dos financiamentos para as classes de renda mais elevada, é lícito supor que uma parcela ainda menor do valor total dos financiamentos foi direcionada para os primeiros (HAMILTON, 1999, p. 17).

Quinto Jr (2003) Fala, que 1971, ocorreu uma atualização da legislação urbanística no Brasil, através do AI-Ato Institucional, sendo esta, uma estratégia política do regime militar das administrações metropolitanas, frente, ao massivo crescimento das cidades no período conhecido por “milagre econômico”. O autor também aponta, que, na década de 1970, foi criada a lei de parcelamento do solo urbano (6766/77), lei de zoneamento industrial (1817/78) e, o projeto de lei PL-775/83 que tinha como tarefa, se encarregar do desenvolvimento urbano. O PL-775/83, encontrou forte resistência por possuir vários instrumentos urbanísticos, incluindo ainda, o controle, da especulação imobiliária. Em resumo, o PL não foi aprovado e, ficou arquivado até a convocação da assembléia constituinte 1987 (QUINTO JR, 2003).

Segundo Quinto Jr (2003), no ano de 1988, criação da atual Constituição Federal vigente, a legislação urbanística retorna as agendas políticas, os *lobbies* do mercado imobiliário controlam a subcomissão de transportes, bem como, a política urbana determinando, que o *PD-Plano Diretor, seria o principal instrumento definidor da função social da cidade*. O autor completa que, para a regulamentação, o art:182 deste capítulo, ficou amarrado a um PL-Projeto de Lei.

A legislação urbanística volta à agenda política durante a elaboração da Constituição de 1988, e novamente, portanto, os *lobbies* do mercado imobiliário dominam a Subcomissão da Política Urbana e Transportes, dentre eles um dos líderes do setor imobiliário, o empresário Sergio Naia. O texto final do capítulo sobre a política urbana foi elaborado de uma tal forma que o Plano Diretor passou a ser o principal instrumento para a definição da função social da cidade (QUINTO JR, 2003, p. 193).

O autor ainda aponta nas notas finais do seu artigo, que Sergio Naia, teve direto envolvimento com a construtora que desabou um condomínio nos anos 90.

Sergio Naia foi o proprietário da empresa que construiu os edifícios que desabaram no Rio de Janeiro na década de 1990, mostrando o lado mais perverso das incorporadoras imobiliárias no Brasil. A questão urbana na Constituinte ficou sob a responsabilidade da Comissão de Política Urbana e Transportes, da Universidade de Brasília, e da Federação Nacional dos Arquitetos, que organizaram acompanhamentos dos debates das comissões técnico legislativas, resultando em trabalhos de documentação e acompanhamento, os quais constataram o forte lobby do setor empresarial imobiliário, coordenado pelo deputado Sergio Nahas, ligado ao setor da construção civil (QUINTO JR, 2003, p. 196).

Quinto Jr (2003) alega, que a partir da regulação do artº182, originou-se o Projeto de Lei 5.788/90 (estatuto da cidade). O mesmo, de acordo com Quinto Jr (2003) e Rolnik

(2001), passou mais de 10 anos sobre longa tramitação e, em 2001, sendo aprovado com o nome estatuto da cidade pela lei 10.257/01. Quinto Jr (2003) aponta ainda, que anterior a aprovação desta lei, o objetivo central, da legislação urbanística no Brasil, era o embelezamento das cidades inspirados no período republicano de 1889-2001. Ou seja, a lei veio surgir com mais de 100 anos de atraso (QUINTO JR, 2003).

O Estatuto da Cidade, aprovado então em 2001, chega com um século de atraso se comparado às experiências européias no que diz respeito ao uso de instrumentos urbanísticos para regular socialmente o mercado imobiliário e fazer políticas de compensação social através da política urbana. Existe, em relação a isso, uma forte reação do mercado imobiliário no Brasil (QUINTO JR, 2003, p. 193).

Rolnik (2001) argumenta, que esta lei, pode ser uma possibilidade de resgatar as questões de planejamento urbano e fundiária reparando injustiças e, o descaso do estado para a população, uma vez que, obriga por exemplo, que o Plano Diretor seja discutido e proposto em ação conjunta, com a sociedade civil e a população como um todo, podendo delimitar, quais são as mudanças que elas querem para a cidade, áreas com infraestrutura que estão desocupadas, ficarão sujeitas, a pagar Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU progressivo no tempo, edificação e parcelamentos compulsórios.

As poucas áreas que concentram as qualidades de uma cidade bem desenhada e equipada são destinadas para o segmento de maior renda. Para os mais pobres, em nosso país as maiorias, resta a ocupação das franjas, das áreas longínquas ou pouco aptas para urbanizar como as encostas dos morros, as beiras de córrego ou mangues. [...] Pela primeira vez em nossa história, temos uma regulação federal para a política urbana que se pratica no país, definindo uma concepção de intervenção no território que se afasta da ficção tecnocrática dos planos diretores de desenvolvimento integrado, que tudo prometiam e nenhum instrumento possuíam para induzir a implementação do modelo idealizado proposto (ROLNIK, 2001, p. 2).

Segundo Maricato (2013), em entrevista ao Diplomatic, no início do séc XXI, surgem novas instituições como por exemplo, o ministério das cidades em 2003, conselho das cidades no ano seguinte e ainda nos anos de 2003, 2005 e 2007, as conferências nacionais.

Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para o investimento em obras de infraestrutura econômica e social. O modelo visava à desoneração fiscal de produtos industriais e buscava alavancar o emprego na indústria da construção. Após a crise de 2008, essa orientação foi aprofundada. Em 2009, foram lançados o PAC II e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal. Teve então início um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades (DIPLOMATIC, 2018).

De acordo com Moura e Ferreira (2014), em 2009, ano de criação do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, foi criado também, o Plano nacional de Habitação - Plan Hab, que tinha como objetivo principal, combater o déficit habitacional. O Plan Hab, é, um dos braços do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, onde desdobrou-se, em PAC II, na gestão

de Dilma Rouseff pelo Partido dos Trabalhadores - PT e, este último, associado a Michel Temer, que compõe o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB como vice-presidente nas suas duas gestões (MOURA e FERREIRA, 2014).

Sobre o PAC:

Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável [...] Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras (BRASIL, 2018).

Na citação acima, o governo federal alegou que o PAC desenvolvido em 2007, no ano de 2011, investiu em diversos setores ocasionando um impacto positivo no segmento social resultado de uma ação conjunta em parceria com estados e municípios (BRASIL, 2018).

Segundo o 11º Balanço do PAC, divulgado em dezembro de 2010, os investimentos executados do PAC chegaram a R\$ 619 bilhões, valor que corresponde a 94,1% do total previsto para serem investidos no programa no período 2007-2010. Desses R\$ 619 bilhões, R\$ 267,1 bilhões foram investimentos do setor público, R\$ 128 bilhões foram investimentos provenientes do setor privado (menos da metade do valor investido pelo setor público), R\$ 7 bilhões de empréstimos públicos e R\$ 216,9 bilhões provenientes de financiamentos habitacionais à pessoa física. Todavia, para Gonçalves (2008), esses dados carecem de credibilidade, visto que não há uma avaliação externa do PAC com participação da sociedade civil e os critérios de adequação são desconhecidos (RODRIGUES e SALVADOR, 2011, p. 137-138).

Como visto acima, a versão de Rodrigues e Salvador (2011) diverge do PAC para o ano de 2011. Rodrigues e Salvador (2011) na citação a seguir, aponta que os investimentos que mais se aproximaram das metas estabelecidas pelo PAC foram as dos setores de energia. Em contrapartida, os investimentos nos setores de habitação ficaram a desejar (RODRIGUES e SALVADOR, 2011).

Os investimentos em energia foram os que mais se aproximaram das metas iniciais: foram gerados 87% dos 12.386 MW de energia elétrica previstos, construídos 3.776 km dos 4.526 km de gasoduto e instaladas 87 das 123 usinas de combustíveis renováveis esperadas, entre outras ações. O eixo social e urbano deixou a desejar, tendo, por exemplo, um investimento de apenas R\$ 353,5 milhões em habitação enquanto o financiamento habitacional para pessoa física atingiu R\$ 216,9 bilhões, tendo como principal representante o Programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, poucas foram as ações em saneamento e recursos hídricos (BRASIL, 2010) (RODRIGUES e SALVADOR, 2011, p. 137-138).

Versão oficial do governo federal sobre o PAC em 2011 abaixo e, acima, argumentação levantada por (RODRIGUES e SALVADOR, 2011).

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Neste novo período, se destaca como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo. Essa é a essência de um programa sequenciado de obras que gera desenvolvimento e oferece melhor qualidade de vida aos brasileiros (BRASIL, 2018).

A partir do que foi exposto é possível perceber a contradição na versão exposta pelo governo Federal ao alegar que ofereceu melhor qualidade de vida. O que mais fica em evidência no balanço de 2011 do PAC, foi a soma irrisória direcionada para o segmento de habitação social enquanto que para outros setores, houve-se maiores investimentos (RODRIGUES e SALVADOR, 2011).

3.2 - Política urbana na cidade do Recife: o Plano Diretor - PD de Recife

Em um evento ocorrido em 2017, discutindo a questão fundiária e o Plano Diretor - PD da cidade do Recife, é afirmado por especialistas do assunto, que o *Plano Diretor, é o principal instrumento básico dos municípios* (CAROLINA, 2017). O Plano Diretor-PD, é uma *lei*, que serve para nortear para qual direção deve-se empregar o investimento público municipal, promovendo, o desenvolvimento com obras de infraestrutura de determinado espaço geográfico elegendo, se, o investimento será direcionado para o desenvolvimento da área rural, urbana ou de ambas partes (CAROLINA, 2017). Sendo o PD ainda, um instrumento: técnico, político e jurídico, ou seja, é um documento carregado de terminologias técnicas, o que pode em alguma medida interferir em sua compreensão plena, Jurídico, porque está alicerçado e respaldado por leis e, político, significando que dependerá da vontade e da "*gestão política que estar em vigor, querer ou não, atender as demandas da população menos favorecida*" (CAROLINA, 2017).

Dentro do plano diretor, se encontram, instrumentos como: Imposto Predial e territorial Urbano - IPTU, outorga onerosa, ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, PREZEIS - Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social e entre outros, Sendo reavaliado, a cada 10 anos (CAROLINA, 2017). A palestrante, ainda pontua que; o plano diretor vigente, beneficiou mais, o ramo empresariado do setor imobiliário, se sobrepondo, as demandas, pelo acesso à moradia em favor dos subalternos, nos últimos anos.

Tanto o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS, quanto, às Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, foram criados, para assegurar a regularização fundiária, dos menos favorecidos (DELA MORA, 2018). Estes instrumentos, estão previstos na constituição atual e amarrados ao Estatuto das Cidades, Tanto o PREZEIS, quanto as ZEIS, estão inseridos no Plano Diretor (DELA MORA, 2018).

Uma das grandes críticas realizadas no evento ocorrido em Recife (2017), por membros do PREZEIS, é que este instrumento, conquistado com muita luta dos movimentos sociais, está esfacelado. De acordo com estes membros, muitas das direções dos PREZEIS estão sendo *cooptadas por partidos políticos que oferecem promoção de cargos e utilizam as áreas ZEIS, como mapeamento para propaganda eleitoral*. Ou seja, ocorre a política do favor: o clientelismo. Nenhum de nós entretanto acha que as mudanças serão aprofundadas devido a aprovação de PDs. Sabemos que leis, no Brasil, se aplicam de acordo com as circunstâncias e dificilmente contrariam interesse de poderosos (MARICATO, 2005, p.1).

Ou seja, o Plano Diretor, como apontou Carolina (2017) e Maricato (2005) só é “executado” quando é conveniente para a elite, sendo este, mais um potencial instrumento legalizado, podendo *promover, a retirada de direitos*. Mesmo diante desta realidade, Carolina (2017), ainda tem, esperança em três instrumentos do Plano Diretor que merece ser trabalhado e, intensificado através da mobilização popular, luta de grupos sociais ligados a pauta habitacional objetivando a justiça social em favor de quem mais precisa, a classe subalterna. Um dos instrumentos que merecem ampliação, é as ZEIS - que são as Zonas Especiais de Interesse Social áreas demarcadas e destinadas a população de baixa renda (CAROLINA, 2017). Carolina (2017) também chama atenção para o IPTU, e o direito de preempção.

O IPTU progressivo no tempo é um instrumento previsto no Estatuto da Cidade (art. 7º, da Lei 10.257/2001) que permite ao governo municipal aumentar, progressivamente, o valor da alíquota do IPTU de um imóvel, caso seu proprietário não lhe dê a utilização conforme o previsto no Plano Diretor. A medida consiste em uma espécie de desincentivo aos proprietários em manter imóveis abandonados, terrenos vazios sem edificação, ou glebas sem utilização e parcelamento, de forma a racionalizar e otimizar a ocupação das cidades. O objetivo deste instrumento é combater a especulação imobiliária e induzir a utilização de áreas da cidade já dotadas de infra-estrutura urbana, ao invés de promover a ocupação de regiões distantes do centro que exigirão novo investimento público em drenagem, asfalto, iluminação pública, rede de água e esgoto, transporte coletivo e uma série de equipamentos urbanos como espaços de lazer, escolas, postos de saúde e etc (INFOECIDADE, 2010).

Direito de preempção: garante ao/a antigo/a dono/a do imóvel, que ele/a, tem prioridade sobre outro/a comprador/a, caso por exemplo, tenha o seu imóvel confiscado pelo poder público e vendido, ele/a pode adquiri-lo novamente, pagando pelo valor da desapropriação e, ainda garante, outros dispositivos, tanto para vendedor quanto, para comprador como segue abaixo:

Art. 513. A preempção, ou preferência, impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto. Parágrafo único. O prazo para exercer o direito de preferência não poderá exceder a cento e oitenta dias, se a coisa for móvel, ou a dois anos, se imóvel. Art. 514. O vendedor pode também exercer o seu direito de prelação, intimando o comprador, quando lhe constar que este vai vender a coisa. Art. 515. Aquele que exerce a preferência está, sob pena de a perder, obrigado a pagar, em condições iguais, o preço encontrado,

ou o ajustado. Art. 516. Inexistindo prazo estipulado, o direito de preempção caducará, se a coisa for móvel, não se exercendo nos três dias, e, se for imóvel, não se exercendo nos sessenta dias subsequentes à data em que o comprador tiver notificado o vendedor. Art. 517. Quando o direito de preempção for estipulado a favor de dois ou mais indivíduos em comum, só pode ser exercido em relação à coisa no seu todo. Se alguma das pessoas, a quem ele toque, perder ou não exercer o seu direito, poderão as demais utilizá-lo na forma sobredita. Art. 518. Responderá por perdas e danos o comprador, se alienar a coisa sem ter dado ao vendedor ciência do preço e das vantagens que por ela lhe oferecem. Responderá solidariamente o adquirente, se tiver procedido de má-fé. Art.519. Se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço atual da coisa. Art. 520. O direito de preferência não se pode ceder nem passa aos herdeiros (BRASIL, 2002).

O Plano Diretor vigente municipal do Recife, está alicerçado, na lei nº 17.511/2008 tendo a sua reavaliação prevista, com prazo máximo até 2018. O Plano Diretor, é um instrumento de complexidade, vale destacar, dois artigos previstos neste Plano Diretor que são os artº3 e o artº 4. Os referidos artigos, destrincham a função social do Plano Diretor de Recife, indicando, que deve garantir, acesso a propriedade urbana para todos/as atendendo sobretudo, a necessidade dos subalternos como priori, englobando acesso ao; lazer, moradia, saúde, mobilidade urbana, transporte entre outros, todos de forma adequada, garantindo ainda, qualidade de vida para os sujeitos, justiça social etc., ou seja, “atendendo” ao dispositivo da constituição federal de 1988 ou pelo menos em “tese, deveria atender.”

Artº 3 A função social da cidade do Recife corresponde ao direito de todos ao acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte, à saúde educação, à assistência social, à segurança pública, ao lazer, ao trabalho e renda, bem como a espaços públicos, equipamentos, infra-estrutura e serviços urbanos, ao patrimônio ambiental e histórico-cultural da cidade. Artº 4 A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais da ordenação da cidade expressas neste Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, à acessibilidade e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas na legislação urbanística e quando for utilizada para: I - habitação, especialmente de interesse social; II - atividades econômicas geradoras de trabalho, emprego e renda; III - proteção e preservação do meio ambiente; IV - proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural; V - equipamentos e serviços públicos; e VI - usos e ocupações do solo compatíveis com a infra-estrutura urbana disponível ou projetada (RECIFE, 2014).

A partir do que foi apresentado, é possível observar, que o Plano Diretor do município, além de ser uma lei, com outros conjuntos de leis inseridos no seu interior, é, o instrumento que determina, não apenas, para qual área geográfica pretende-se investir para o desenvolvimento e infraestrutura do município, mas inclui ainda, questões referentes a mobilidade urbana, paisagismo dos espaços, proteção e preservação ambiental, transporte, lazer, promoção da habitação de interesse social e, de qualidade adequada entre outros. Com relação às etapas de implementação do Plano Diretor, Cisneiros (2018) explica que: (1) é realizado um diagnóstico das condições

locais; (2) *é necessário a participação da sociedade na leitura e discussão dos indicadores municipais*; (3) etapa da redação e definição do Plano Diretor; (4) Sistematização do Plano Diretor e (5) execução e avaliação. O item (2), de acordo com Cisneiros (2018), existe para atender ao dispositivo previsto no estatuto das cidades lei n° 10.257/01 determinando, a participação da sociedade na construção do Plano Diretor.

Outra grande crítica relatada no evento, tanto por Pacheco (2017), quanto por Carolina (2017) e, outros participantes, vai no sentido de que Recife, está cada vez mais, perdendo sua identidade histórica, os prédios, estão se apropriando dos espaços/territórios sem pudor ou controle, em outras palavras: *prédios pauperizados estão substituindo antigas casas e patrimônios históricos, o paisagismo, antes visto, em certas áreas embelezadas pelo verde natural das plantas, estão cada vez mais, perdendo o espaço e destaque, em substituição a; espigões, concreto, areia e aço* (CAROLINA, 2017).

Observa-se um notório crescimento de trânsito caótico, a priorização dos carros que se destacam sobre os pedestres, segregando cada vez mais, pedestres e ciclistas. De acordo com Maricato (2017), o impasse da política habitacional no Brasil, é, acima de tudo, um impasse político, por isso, nada caminha favorável para os indivíduos pertencentes aos estratos mais baixos de renda e as classes subalternas. O estatuto da cidade, existe apenas no documento, porque na prática, não se cumpre o previsto em lei, ficando somente, no discurso (MARICATO, 2017).

De acordo com a Caixa Econômica Federal (2018), O Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - é oriundo do governo federal. Este programa, foi desenvolvido, para fornecer financiamento acessível nas moradias de área urbana com enfoque na família baixa renda, estabelecendo, parcerias com: estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018). No entanto, o que percebe-se na crítica dos autores citados, no decorrer deste texto, é, que as habitações desenvolvidas para o público de baixa renda, além, de se localizarem distantes do centros, apresentam diversos problemas de infraestrutura. Além disso, o PMCMV não resolveu o problema do Déficit habitacional que serão apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela III - Déficit Habitacional Nacional de famílias urbanas. Entre os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 na faixa de renda entre 0 - 3 salários mínimos.

Déficit 2011	Déficit 2012	Déficit 2013	Déficit 2014
81,00%	82,50%	82,30%	83,70%
-	-	76,80%	78,20%
-	-	83,40%	83,90%

O autor (2018) Fonte: (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015 e 2016).Obs* símbolo (-) foi colocado para preencher o espaço vazio na tabela. No texto consultado da Fundação João Pinheiro (2015) para os anos de 2011 e 2012 a faixa de renda entre 0 a 3 salários mínimos foi apresentado apenas um valor único para os respectivos anos. Nos anos de 2013 e 2014 os números variam. O negrito foi colocado para destacar o *resultado final* do déficit entre os anos de: 2011 a 2014.

De acordo com a tabela III, o Déficit Habitacional Nacional, apresenta crescimento gritante na faixa de renda entre 0 a 3 salários Mínimos. No ano de 2011, o Déficit fecha em 81,00%, em 2012, fecha com 82,50%, em 2013, apresenta oscilações e encerra em 83,40% e, em 2014, novamente apresenta oscilações e finaliza em 83,90% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015 e 2016) projeções realizadas para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

A partir do diagnóstico apresentado na tabela I, percebe-se, que o Déficit Habitacional Nacional, atingiu fortemente a classe menos favorecida que detém renda entre 0 e 3 salários mínimos, apontando desta forma, que o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ficou a desejar para a população que mais necessita de habitação.

Tabela IV - Déficit Habitacional de famílias urbanas em 2012 na faixa de renda de mais de 3 a 5 salários mínimos.

Déficit habitacional de 2012 faixa de renda mais de 3 até 5 salários mínimos	10,10%
Déficit habitacional de 2012 faixa de renda mais de 5 a 10 salários mínimos	5,60%
Déficit habitacional de 2012 faixa de renda mais de 10 salários mínimos	1,80%
Déficit habitacional Nacional de 2012 faixa de renda até 5 salários mínimos totalizou	92,60%

O autor (2018) Fonte: (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Na tabela IV, apenas para o ano de 2012, quem ocupa o 2º lugar no ranking do Déficit Habitacional, é, a população com faixa de renda de mais de 3 até 5 salários mínimos apresentando um resultado de 10,10% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). A renda superior a 10 salários mínimos, apresentou resultado de apenas, 1,80% do Déficit Habitacional segundo a (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

O dado do Déficit Habitacional nacional para 2012, concentra-se na faixa de renda de até 5 salários, ou seja, entre 0 e 5 salários mínimos o que totalizou 92,60% segundo a (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Como pode ser observado neste último dado, as famílias mais beneficiadas pelo programa do governo federal, foram justamente, as que detém renda superior a 10 salários mínimos, detendo um irrisório percentual de 1,80%. Enquanto, que, na outra ponta, as famílias que tem renda inferior oscilando entre; 0 e 5 salários mínimos, detiveram, um percentual marcante de 92,60% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Tabela V - Dados preliminares do Déficit Habitacional Nacional total e relativo, por situação de domicílio, segundo regiões geográficas, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - RM em 2015

Déficit Habitacional em Recife Região Metropolitana - RM 2015	127.980
Déficit Habitacional em Recife área rural 2015	2.610
Unindo a região urbana e rural totalizou em 2015:	130.590
Déficit habitacional em Pernambuco Região Metropolitana - RM em 2015	242.005
Déficit habitacional em Pernambuco área rural em 2015	44.885
Unindo a região urbana e rural do estado de Pernambuco totalizou em 2015:	286.890
Déficit habitacional nacional Região Metropolitana - RM em 2015	5.414.800
Déficit habitacional nacional Área rural em 2015	771.703
Unindo a região urbana e rural do Brasil totalizou em 2015:	6.186.503

O autor (2018) Fonte: (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017) para o Déficit de 2015

Na tabela V, - O Déficit Habitacional em Recife até 2015, fechou em um percentual de 130.590 famílias atingidas. Em Pernambuco, contabilizou um total de 286.890 famílias afetadas e o Déficit do Brasil, fechou em: 6.186.503 famílias impactadas segundo dados da (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017) para o Déficit de 2015.

Tabela VI - Dados da Última PNAD 2015

Lares afetados pelo aluguel	Cerca de 30%
Entre 2013 e 2015 houve uma redução de 400 mil unidades de novos domicílios	
Déficit habitacional para famílias com renda de 0 até 3 salários mínimos entre 2013 e 2015	Total de : 85%

O autor (2018) Fonte: (PNAD, 2015) O dado foi apresentado no relatório da (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

Na tabela VI, é apresentado, os dados obtidos pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Este levantamento, foi realizado no ano de 2015, reforçando mais uma vez, a afirmação de que o Déficit Habitacional, se, concentra, nas faixas de renda entre 0 e 3 salários mínimos como a Fundação João Pinheiro já havia apresentado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 nos dados expostos na tabela III - da página 33. Em 2015, o Déficit Habitacional apresentado na última tabela, também concentra-se, nas rendas de 0 a 3 salários mínimos apresentando crescimento progressivo para 85%. Vale destacar, que nos anos anteriores, o crescimento do Déficit para as rendas mais precárias, não apresentou quedas, pelo contrário ano após ano, só cresceu.

O gasto excessivo com aluguel em tempos de recessão somado ao encolhimento do setor de construção civil e do programa Minha Casa, Minha Vida nos últimos dois anos deve fazer avançar o déficit habitacional no país. Dados preliminares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mais recente, de 2015, aponta crescimento anual de cerca de 30% dos lares afetados pelo alto comprometimento da renda com pagamento do aluguel. No total 3,8 milhões de moradias têm esse problema, dado que agrava o déficit habitacional. Além disso, entre 2013 e 2015 houve redução de quase 400 mil unidades na produção de novos domicílios, após mais de cinco anos de avanço. Luiza Souza, coordenadora da Fundação João Pinheiro (FJP) [...] explica que quase 85% das famílias que figuram no indicador ganham até três salários mínimos. São elas as que mais sofrem com a baixa produção de moradias com subsídio público e o gasto excessivo com aluguel num contexto de renda em queda Fonte: (FUNDAÇÃO JÓAO PINHEIRO, 2017).

Como pode ser verificado na citação acima, em 2015, o Déficit Habitacional no referido ano, cresceu em função da redução de 400 mil unidades habitacionais impactando sobretudo as famílias do grupo I - com renda de 0 - 3 salários mínimos. O Déficit nesta faixa de renda não diminui e só tende a crescer nos próximos anos.

Tabela VII - Déficit Habitacional no sul e sudeste com famílias urbanas em 2012 na faixa de renda até 3 salários mínimos.

Déficit habitacional no Sul (2012) com faixa de renda até 3 salários mínimos
76,90%
Déficit habitacional no Sudeste (2012) com faixa de renda até 3 salários mínimos
80,60%

O autor (2018) Fonte: (FUNDAÇÃO JÓAO PINHEIRO, 2015).

Na tabela VII, para o ano de 2012, o Déficit Habitacional na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos no Sul, fechou em 76,90% e, no Sudeste, apresentou um resultado de 80,60%. Como foi demonstrado na tabela VI. Na tabela a seguir, é mostrado que o nordeste se destacou no Déficit em relação ao Sul e Sudeste. Ou seja, o Déficit atingiu mais o nordeste e este diagnóstico só tende a crescer, segundo a (FUNDAÇÃO JO PINHEIRO, 2017).

Tabela VIII - Déficit Habitacional no nordeste com famílias urbanas em 2012 na faixa de renda até 3 salários mínimos.

Déficit habitacional no nordeste (2012) com faixa de renda até 3 salários mínimos
88,40%
Déficit habitacional no nordeste (2012) com faixa de renda entre 3 e 5 salários mínimos
6,90%

O autor (2018) Fonte: (FUNDAÇÃO JÓAO PINHEIRO, 2015).

Na tabela VIII, um dado importante a destacar para o ano de 2012, faz referência ao Déficit Habitacional no nordeste na faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos que ficou em: 88,40% enquanto que, para a renda entre 3 e 5 salários mínimos, foi de 6,90%, ou seja, o Déficit se concentrou na renda mais precária. Segundo dados da (FUNDAÇÃO JÓAO PINHEIRO, 2015).

Déficit Habitacional em Recife

Tabela IX - Déficit habitacional de Recife região metropolitana segundo CENDHEC(2017)

Déficit habitacional de Recife, Região metropolitana - RM (2017)
70 Mil Famílias
Total em números <i>per capita</i> em Recife - RM
270 Mil pessoas
Total de imóveis especulando em Recife - RM em 2017 segundo CENDHEC (2017)
30 Mil imóveis
Se os 30 mil imóveis estivessem ocupados, o déficit habitacional sofreria uma queda em torno de:
50%

O autor (2018) Fonte: (CENDHEC, 2017) em coletiva à imprensa.

Pacheco (2017), membro do CENDHEC - Centro Dom Helder Câmara apontou, que o Déficit Habitacional em Recife, apenas na região metropolitana, atingiu 70 mil famílias até 2017, contabilizando, um total de 270 mil pessoas sem moradia. Esta denúncia, foi veiculada no jornal Folha de Pernambuco. Pacheco (2017), aponta que existem, cerca de 30 mil imóveis especulando e, destaca que estes imóveis, poderiam resolver pelo menos metade do Déficit Habitacional de Recife como apresentado na tabela IX.

Pacheco (2017) ainda alega, que o Programa Minha Casa Minha Vida, aprovado em 2009, sequer arranhou o déficit. Pacheco (2017), destaca, que as habitações oferecidas pelo Programa, quando são construídas e entregues, ficam distantes da cidade e com diversas deficiências na infraestrutura corroborando com (VILELA, 2012) que relata o mesmo problema. Na mesma matéria citada, o CENDHEC (2017), denuncia que: desde 2008 não se faz regularização fundiária no Recife, completa ainda, que existe um fundo (do Plano de Regularização das ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS, de 5 milhões anuais) e o investimento destinado para a urbanização das favelas praticamente desapareceram dos orçamentos públicos da união já fazem 10 anos.

Com relação ao PREZEIS, De La Mora (2018) explica, que este é um instrumento que surgiu em 1987, para reparar negligências ocorridas principalmente, pela especulação imobiliária. Quando “os/as proprietários/as dos imóveis, não atribuíam a função social”, isto é, deixar o imóvel desocupado/abandonando, ocupantes/famílias, “invadiam” passavam do tempo previsto pela lei de usucapião especial urbano - que é de 5 anos, tentavam solicitar o documento para formalizar a posse, esbarravam na burocracia jurídica que, não era e nem é, ágil e, quando os/as proprietários/as descobriam, que a “sua propriedade havia sido invadida”, haviam casos de conflitos físicos, e, em outras ocasiões, o pedido de reintegração de posse (DE LA MORA, 2018).

Em resumo, o PREZES foi criado, para agilizar o processo de legalização pela usucapião, esse direito, foi conquistado com muita luta pelos movimentos sociais e não por partidos políticos afirma (DE LA MORA, 2018).

Em uma matéria registrada pela imprensa local, o CENDHEC (2017) aponta, que teve a frente de um grande entrave no caso emblemático da comunidade Pocotó, Zona Sul do Recife - Bairro de Boa Viagem. Moradores ocuparam a área e já viviam há mais de 10 anos, Um deles, pessoa já idosa, faleceu ao se deparar com a destruição do seu barraco. No mesmo dia, as pessoas da comunidade sensibilizadas com o ocorrido, protestaram contra a desocupação.

O CENDHEC (2017) explica, que esta desterritorialização ocorre, porque “os proprietários” em quase a totalidade das vezes, recorrem aos trâmites judiciais pedindo a reintegração de posse, mas, em contrapartida, a crítica feita pelo (CENDHEC, 2017), vai no sentido de que, estes “mesmos proprietários”, deixam estes espaços/territórios que tanto reivindicam, abandonados por anos. Em outro recorte, correlacionando o Minha Casa Minha Vida, Moura e Ferreira (2014) afirmam, que o PMCMV em 2014, ao entregar habitações populares, apresentou inadequada infraestrutura na qualidade destes imóveis. À exemplo, a dimensão da casa quando entregue a população (ergonomia e antropometria) apresenta-se, inapropriada, os materiais utilizados na construção das casas populares, são de qualidade questionável e, vale destacar, que, o principal objetivo do Programa Minha Casa Minha Vida, é, priorizar a classe subalterna com políticas inclusivas (MOURA e FERRIRA, 2014). Os dados da Fundação João Pinheiro (2015; 2016; 2017) projetados para os anos de 2011 - 2015, apontam, que a classe mais beneficiada, não foi, a subalterna ficando o programa, a desejar. O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal que foi criado para atender a priori, as famílias de mais baixa renda (MOURA e FERRIRA, 2014).

O PMCMV faz parte da atual política habitacional do Brasil, sendo que é a principal estratégia do Governo Federal para eliminar o déficit habitacional, além de dinamizar a economia por meio do setor de construção civil e mercado imobiliário. Salienta-se que juntamente com a implantação do PlanHab em 2009, também criou-se o PMCMV para direcionar os investimentos no âmbito habitacional. Este Programa tem como objetivo principal “[...] criar um ambiente econômico confiável que estimule o desenvolvimento do mercado formal de habitação com subsídios governamentais para as famílias de baixa renda e de classe média”. (BRASIL, 2010, p.50) [...] (i) prioriza o atendimento às famílias de mais baixa renda; (ii) estabelece um marco para a consolidação da política nacional de subsídios, confirmando a necessidade de subsídios públicos como um componente estruturante para a política habitacional do país; (iii) aumenta significativamente os recursos governamentais destinados à área habitacional; e (iv) regulamenta um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos informais (MOURA e FERREIRA, 2014, p. 71).

No mesmo artigo, as autoras falam, que o Programa Minha Casa Minha Vida, foi criado, para *eliminar o déficit habitacional*, no entanto, não consegue dar conta, porque o público baixa renda é majoritário no país, e, quem assume as dívidas deste público é o governo. Segundo Moura e Ferreira (2014), este grupo, não tem condições de arcar com as despesas, assim, o governo consente, um financiamento mais acessível, para o investimento habitacional nesta faixa de renda. Moura; Ferreira (2014) explicam, que este grupo é classificado por grupo I.

O PMCMV vem trazendo para o governo federal muita popularidade perante as famílias menos favorecidas. Porém, há críticas sobre o Programa, especialmente no que tange a qualidade destas moradias (são pequenas, construídas com materiais de baixa qualidade, má projetadas) e eficiência do Programa frente ao déficit habitacional (MOURA e FERREIRA, 2014, p.79).

Em outro trecho do mesmo material, Moura e Ferreira (2014) apontam, que: no período entre 2007 e 2011, o PMCMV beneficiou a população que possuía renda entre 3 e 5 salários mínimos e entre 5 e 10 salários mínimos. Entre as faixas de renda mais beneficiadas, destacam-se, as pessoas que obtinham renda de mais de 10 salários mínimos, quando a priori deveria ser, as famílias que necessitam com mais urgência que é a faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos.

No que tange a implicação do PMCMV no déficit habitacional do Brasil, em estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre a estimativa habitacional por faixa de salário mínimo para o período de 2007 a 2011, averigua-se que na faixa de até 3 salários mínimos houve, uma pequena queda de 0,1% no déficit habitacional; já na faixa mais de 3 até 5 salários foi de 1,8%; mais de 5 até 10 salários de 1,6% e na faixa de mais de 10 salários ocorreu um aumento da demanda de 0,3%[...] Desta forma, pode-se concluir que a atuação do PMCMV, até 2011, se encontra mais significativa na faixa de 3 a 5 salários mínimos que utiliza de recursos do FGTS, bem como a faixa de 5 a 10 salários mínimos que possui auxílio da SBPE. Não abrangendo de forma significativa a faixa onde a necessidade de moradia é maior (0 a 3 salários mínimos) e que depende do auxílio do governo para conseguir financiamento para a compra da casa própria. (MOURA e FERREIRA, 2014, p. 77).

Recapitulando: Com a ampliação do Déficit Habitacional, as famílias mais impactadas foram as que detém renda entre 0 - 3 salários mínimos. Dessa forma, estes grupos, foram obrigados a recorrerem ao aluguel, impactando diretamente no orçamento das famílias pobres, ou, ainda, obrigando estas famílias, a retornarem, para a casa de seus pais ou de algum outro parente e ainda na pior das hipóteses, muitas dessas famílias ficaram sem acesso a moradia indo morar nas ruas, debaixo de pontes, marquises etc. Outro ponto importante a considerar, vai no sentido de que, o Déficit Habitacional mesmo com a implementação de um programa do governo federal não apresenta reduções para as rendas mais precárias, mostrando em números a contradição desta política social.

3.4 - Disputa de Classes: Movimentos sociais ligados a questão urbana e a moradia em Pernambuco

Neste bloco, apresentarei recortes da tese de Santos (2013) sobre as práticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Pernambuco - MTST/PE, sua importância, para as comunidades subalternas, bem como, as contribuições de (GOHN, 2011) sobre a definição de movimentos sociais e as práticas dos movimentos sociais na contemporaneidade. Serão mostrados também, recortes, sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST assim como, o MST - Movimento dos Sem Terra.

Ambas informações, foram adquiridas, no site oficial na tentativa de compreender melhor suas pautas. Em outro ponto, será demonstrada, a atuação do Movimento Direitos Urbanos de Pernambuco. De acordo com Gohn (2011), os movimentos sociais, são práticas coletivas, construídas por determinado grupo, ou, grupos de pessoas com pautas distintas que reivindicam direitos negligenciados. Quando estes direitos, não são atendidos, é expressado pelos grupos oprimidos: passeatas, protestos, mobilizações, desobediência cívil, denúncias (GOHN, 2011).

Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GONH, 2011, p. 335).

Com relação a atuação dos principais movimentos sociais contemporâneos, suas práticas, também são estabelecidas pelas redes sociais como uma estratégia de informar mais pessoas, atingindo dessa forma, um universo mais amplo repassando informes de suas reivindicações para sua cidade, outros estados e países no mundo inteiro (GONH, 2011).

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade (GONH, 2011, p. 335).

Outro ponto importante que Gohn (2011) chama a atenção, se dirige no sentido da transnacionalização dos movimentos sociais, à exemplo, a autora cita a atuação do MST - Movimento Sem Terra, ligados a questão da reforma agrária e da luta por moradia no território rural, este movimento, serviu de inspiração para a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST que por sua vez, reivindicam o direito à moradia nos territórios urbanos.

Se faz importante a transnacionalização dos movimentos, pela justificativa de que a luta não deve ficar isolada apenas em um ponto, uma cidade, um país, mas, se estender para todas as fronteiras do mundo. O capitalismo é global e selvagem, assim sendo, os movimentos, necessitam ser disseminados em outros países para que não morra, sua história e sua luta (SANTOS, 2012).

Gohn (2011) ainda destaca em seu texto, a atuação dos movimentos altermundialistas - ligados à mídia se ampliaram internacionalmente, publicam materiais de interesse do grupo para vários idiomas e, tem, participação de pessoas com formação em ensino superior. Aqui em pernambuco, temos pessoas que lecionam em instituição de ensino superior ligadas a movimentos sociais de moradia.

Um exemplo aqui em Recife/PE, é o *Movimento Direitos Urbanos - MDU*. Segundo Cisneiros (2014), um dos integrantes que compõe o MDU este não é um movimento formal, não tem estatuto, surgiu a partir das redes sociais no final de 2011 por causa de um Projeto de Lei - PL oriundo, da câmara dos vereadores onde, proibia, colocar mesas nas calçadas, determinava horário para funcionamento dos bares, proibia o uso de bebida nas ruas do centro da cidade de Recife sobre o argumento de que reduziria a violência.

Segundo Cisneiros (2014), a redução da violência não é resolvida e, nem tão pouco obtida, retirando pessoas das ruas. Cisneiros (2014) aprofunda a problemática, explicado que retirando pessoas das ruas, o local fica deserto contribuindo dessa maneira, para a acentuação da violência implicando em redução da sociabilidade no território enquanto espaço simbólico sendo de uma lógica perversa.

Diante deste episódio, o Movimento Direitos Urbanos, publicou o ocorrido via redes sociais gerando grande repercussão pública, culminando na publicação do fato em jornais da cidade. Cisneiros (2014) argumenta que após uma semana de repercussão, o PL foi arquivado e não mais retornou, demonstrando dessa forma, a importância dos movimentos sociais mesmo eles sendo em rede.

Em outra denúncia, ocorrida também em 2014, foi dito que: *a prefeitura da cidade do Recife, decidiu, demolir a área onde se localiza o Cais José de Estelita - território pertencente à união para iniciar as obras do Projeto Novo Recife oriundo das demandas das grandes construtoras* (CISNEIROS, 2014; 2018) e (MOVIMENTO DO OCUPE ESTELITA, 2014). Os vários problemas deste projeto, envolve a questão de um leilão de origem duvidosa porque anterior ao projeto, o Cais José de Estelita, já tinha 5 ações na justiça mesmo assim, foi aprovado (CISNEIROS, 2014; 2018).

Houve a ausência de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, não teve autorização do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes - DNIT, não houve Estudo de Impacto Ambiental - EIA etc, (MOVIMENTO DO OCUPE ESTELITA, 2014). O Movimento do Ocupe Estelita, surgiu através da mobilização nas redes sociais do Movimento Direitos Urbanos (CISNEIROS, 2014). Segundo Cisneiros (2014), o Movimento do Ocupe Estelita, nasce justamente para se opor a demolição do Cais José de Estelita, este problema, repercutiu de tal maneira, que, em 2014, o Movimento Direitos Urbanos, conquistou um assento no conselho da cidade do Recife demonstrando a importância do movimento, mesmo, ele existindo via *on line* (CISNEIROS, 2014). O Projeto Novo Recife surgiu em 2008 com a criação das torres gêmeas (MOVIMENTO DO OCUPE ESTELITA, 2014).

O exame do material produzido sobre os movimentos altermundialistas revela-nos que existem vínculos internacionais que os unem, especialmente na mídia, como o jornal *Le Monde Diplomatique*, editado em vários idiomas, escrito por

participantes ou adeptos ao movimento. Existe uma densa e intensa rede de comunicações intramembros, militantes com militantes. São produzidos textos, boletins, artigos etc. No Brasil, uma significativa parte desses militantes – denominados ativistas – têm chegado aos cursos de pós - graduação e, mais recentemente, ocupam posições como professores e pesquisadores nas universidades, especialmente as novas, criadas nessa década na área de ciências humanas. Teses e dissertações vêm sendo produzidas por esses militantes/ativistas/pesquisadores. Muitas delas são parte das histórias que eles próprios vivenciaram (GOHN, 2011, p. 338).

Em contrapartida, Gohn (2011) embasada em Poupeau (2007), chama a atenção para crítica que os movimentos transnacionais e altermundialistas recebem nos últimos anos, apontando que, não existe homogeneização, e, se prioriza mais, a questão simbólica do que as concretas, e nem todo mundo, tem direito de fala nos mega eventos promovidos pelos movimentos altermundialistas.

Não podemos ignorar, entretanto, as várias críticas que os movimentos altermundialistas ou transnacionais têm recebido nos últimos anos. Elas atingem não só os movimentos, mas também seus organizadores e intelectuais de apoio. Poupeau (2007, p. 47-48) afirma: [...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. As críticas aos altermundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizados, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos. O processo de transformação social adquire facetas proféticas, místico, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos (GOHN, 2011, p. 339).

Embora exista a crítica, Gohn (2011) destaca, a importância e existência dos movimentos transnacionais, alegando que lutam, para que se construa uma outra globalização. Os movimentos transnacionais, debatem temas muito relevantes para sociedade como por exemplo: miséria, exclusão, direitos humanos, luta contra a fome, luta contra a exploração infantil, defesa do meio ambiente etc. De acordo com Caldart (2001), o Movimento dos Sem Terra - MST, surgiu no final dos anos 70 e aos poucos, se expandiu para todo o país: o movimento surge, pela necessidade de combater a priori, a questão do latifúndio que concentra grandes hectares de terras e, as melhores terras, nas mãos de um número mínimo de pessoas que detém o capital. Ou seja, a elite Brasileira possui as melhores terras, defendem interesses próprios que se opõe a grande maioria da população do campo que viviam e ainda vivem, sobre, extremas condições de miséria. Fazendo um breve recorte sobre o MST, outro ponto de pauta que o movimento defende, é, o direito de morar no campo com qualidade, bem como, a reforma agrária.

Com relação ao surgimento do Movimento Dos Trabalhadores Sem Teto - MTST

nacional, os autores/a: Tomizaki, Silva e Valdivino Silva (2016) apontam, que este movimento surgiu na década de 90, possui, pauta de luta semelhante a do MST ou em outras palavras; O direito à moradia digna nos espaços urbanos. Na página Oficial do MST (2018), O movimento fala da sua trajetória de luta, aponta que o Brasil estar entre os maiores concentradores de terras do mundo e, detém não apenas muita terra, mais, as melhores.

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Em nosso território, estão os maiores latifúndios. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa neste território no século 16. Combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.[...] Em 1850, mesmo ano da abolição do tráfico de escravos, o império decretou a lei conhecida como lei de terras, que consolidou a perversa concentração fundiária. É nela que se encontra a origem de uma prática trivial do latifúndio Brasileiro; a grilagem de terras[...] (MST, 2018).

Estas terras, estão em poder de uma minoria pela prática do latifúndio, isto é, existem poucos com muito e muitos sem nada (MST, 2018). O Brasil possui tantas terras, mas mesmo assim, existe Déficit Habitacional gritante no campo e no espaço urbano como foi apontado neste documento pelos dados adquiridos na Fundação João Pinheiro - FJP. Na página oficial do MTST (2018), o movimento coloca, que trabalha com os/as militantes na sua própria localidade e, afirma que os trabalhadores, são enxotados dos centros das cidades não por escolha própria, mas, por pressão da sociedade capitalista. No entanto, o que motiva o MTST (2018) a estar nas periferias, realizando o trabalho de base, sustenta-se, em uma causa maior que o próprio movimento; a questão da moradia digna atribuindo ao território, função social sendo esta, a pauta principal do movimento.

De acordo com Santos (2013), O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco MTST/PE surgiu na década de 90, posterior, ao esfacelamento, dos movimentos de associação de bairros, o MTST se expandiu para outros bairros, e, atualmente, este movimento é reconhecido nacionalmente, como o principal, movimento urbano que luta pelo direito a moradia digna nos territórios urbanos.

Uma crítica que Santos (2013) faz dos movimentos urbanos na década de 90, vai no sentido de que, estes movimentos, abdicaram de transformar a cidade estruturalmente, assumindo uma *agenda reformista*, discutiam pontos específicos como por ex: habitação ou saneamento, saúde ou educação que não deixam de serem temas relevantes, mas, existiam outros problemas e, por assumir esta postura, se assemelhavam a ONG's. Em contrapartida, Santos (2013) indica, que essa semelhança com as ONG's, possibilitou, que os movimentos se aproximasse de ONG's e, desenvolvessem projetos habitacionais alternativos, adotando idéias de autogestão, inspirados no ministério das cidades.

[...] essa semelhança em relação às ONGs não vai se dar apenas no âmbito organizacional, mas também nas estratégias de ações políticas. Como governo Lula, a partir de 2004, os novos movimentos de luta por moradia passaram a estabelecer relações com ONGs na construção de projetos habitacionais mais alternativos, ancorados nas ideias de auto-gestão e auto-construção, no âmbito dos programas habitacionais do Ministério das Cidades (leia-se, os programas de crédito solidário) que possibilitaram a promoção habitacional por parte das comunidades organizadas. Nesses processos, os movimentos agem diretamente em favor da conquista da habitação, por meio das ocupações planejadas, ou territorializações, e logo depois acionam seus advogados para conquistar juridicamente os terrenos (SANTOS, 2013, p. 93).

Ou seja, Santos (2013) explica que; existe uma organização política dentro do movimento, se inclui ainda, uma equipe multidisciplinar que atua em ação conjunta, com o movimento, à exemplo, pode ser destacado, o advogado - que vai legitimar na forma da lei, a ocupação do espaço territorializado nos trâmites legais. O autor aponta também, que o surgimento do movimento, ocorreu devido a disputa da classe subalterna em oposição a elite que não queria e não quer, ouvir o grito de socorro, da população mais pobre, que, tinha e tem, sua voz silenciada nos espaços políticos segundo (SPIVACK,2012).

Grosso modo, a categoria “sem-teto” surgiu em decorrência do próprio modelo de modernização capitalista vigente na realidade urbana brasileira. Como vimos, a atuação dos modernos e excludentes planos de organização do espaço das cidades nunca forneceram possibilidades concretas de inclusão para a parcela da população sem trabalho e renda fixa. Por conta disso, desenvolveu-se uma enorme massa de indivíduos que não conseguiram se adequar às regras e normas que caracterizam o espaço urbano capitalista, não atendendo as exigências de acesso à moradia por meio do mercado imobiliário ou das exigências mínimas dos programas habitacionais governamentais. Os movimentos sem-teto surgiram, então, na tentativa de dar voz ao conjunto de indivíduos que não conseguiam participar da cidade, na perspectiva de contra-argumentar os discursos da modernização excludente e da cidadania burguesa, mostrando o que ninguém queria ver, uma realidade inconveniente (SANTOS, 2013, p. 97).

Enquanto dimensões estratégicas de práticas espaciais sobre a atuação do MTST-PE, estas ramificam-se em uma tríade: (1); territorialização (2); ressignificações dos espaços e (3) construção de redes espaciais (SANTOS, 2013). Segundo Santos (2013), à territorialização é considerada a prática mais importante pelo MTST - PE onde, inicia-se com a *ocupação* da área dando um novo sentido ao espaço ocupado, atribuindo ao território, função social principalmente em áreas que estavam desocupadas apenas especulando.

As territorializações, enquanto resultados de relações de poder, são as principais práticas espaciais constituídas pelos sem-teto. [...] o que marca os atuais movimentos sociais urbanos é sua capacidade de territorializar certos espaços da cidade como forma de reconstituir esses espaços e a própria cidade, devolvendo-lhes o sentido de *polis*, lugar da atividade política, ou mesmo reivindicando um lugar nela, algo que muitas vezes se materializa mediante a conquista de uma moradia. Não por acaso, as territorializações são as principais práticas do MTST/PE. Entretanto, na realidade desse movimento, essas territorializações se efetivam de diferentes formas, a partir de diferentes motivações e com diferentes objetivos. A ocupação tradicional é a principal delas, mas podemos também destacar as passeatas, os protestos e as ocupações são as principais e mais

elementares práticas espaciais realizadas pelo MTST/PE em sua própria atuação. Grosso modo, tratam-se de ações coordenadas que visam se apropriar de terrenos baldios e edificações abandonadas para a partir dali desencadear um processo de resistência e luta pela conquista da moradia e da autonomia das famílias sem-teto. O MTST/PE já realizou, em sua trajetória no Estado de Pernambuco, mais de 48 ocupações, muitas das quais ainda hoje vigentes e politicamente atuantes (SANTOS, 2013, p. 100-101).

Posterior a territorialização do espaço, Santos (2013) explica, que, a ressignificação do espaço, tem uma relação direta com a territorialização. Nesta fase, está sendo atribuída a função social do lugar enquanto espaço simbólico ocorrendo interação entre os/as ocupantes, ou seja, a sociabilidade está sendo aplicada ao território e, como pontua o autor, alguns membros, atribui a esta etapa, a justificativa de contribuir para a redução da violência, que anterior a territorialização do espaço, a área oferecia perigo pelo “abandono dos/as proprietários/as” contribuindo para tornar o espaço, um ponto de tráfico e prostituição.

Depois das territorializações, a ressignificação do espaço é a mais importante prática desempenhada pelo MTST/PE em sua atuação na RMR. Trata-se, em outras palavras, do processo através do qual os sem-teto conseguem atribuir novos significados, novos valores e novos usos a certos espaços da cidade. Tal prática ocorre, muitas vezes, como justificativa para a prática da ocupação. Era comum, no início da atuação do movimento, seus integrantes justificarem as ocupações sob o argumento de que por meio daquilo se estaria pondo fim a lugares que antes só serviam para a prostituição e para o tráfico de drogas (SANTOS, 2013, p. 113-114).

Na construção de redes espaciais, Santos (2013) explica, que depois de territorializado o espaço ocupado, este, não fica apenas, sobre responsabilidade do coletivo que iniciou a ocupação. No local, existe uma comunicação em rede com o restante do movimento que estão localizados em outras áreas e, que ocuparam outros territórios, o movimento ainda conta, com a organização interna de coordenação, direção uma hierarquia organizacional etc (SANTOS, 2013).

As ocupações e o próprio movimento não atuam sozinhos, ou de maneira isolada. Eles tecem frequentemente uma vasta rede de cooperação entre as próprias ocupações, o movimento e muito outros coletivos organizados situados na mesma ou em outras escalas. Essa rede de cooperação, que chamaremos aqui de redes socioespaciais, efetiva-se com vistas a aumentar a eficácia das práticas do movimento, bem como as possibilidades de conquista das moradias para as famílias. Há, assim, um primeiro nível dessas redes, que é aquele estabelecido entre as ocupações. Nenhuma ocupação está isolada, pois cada uma sempre mantém uma relação de ajuda mútua com as outras, envolvendo, sobretudo, um trabalho educativo para as lideranças locais [...] (Santos, 2013, p. 114).

Com relação a atuação dos membros do MTST - PE envolvidos e suas atribuições no território ocupado:

Nós temos a coordenação estadual que trabalha pra fazer o levantamento das famílias né, isso nós já temos o terreno né. E temos também a coordenação local, que trabalha diariamente, vinte e quatro horas no ar. E a gente exige que nosso coordenador more dentro da ocupação, pra estar por dentro de todo o trabalho,

dentro da ocupação. Por que eu vivo na minha casa né, eu como coordenadora estadual, eu vou lá e passo lá dois a três meses, ajudo o coordenador local, quando eu vejo que está adequado pra trabalhar com aquelas famílias, eu saíu, volto pra minha casa e vou pra outra ocupação. Então, que nem mesmo na ocupação de Campo Grande, nós temos Cristiane e o esposo dela que trabalha com nosso movimento lá, né?! Passei lá três meses e quinze dias trabalhando com ela, dizendo à ela como poderia ser o processo, tudinho, como trabalhar todinho, como trabalhar com as famílias. Não querer se envolver demais, porque tem gente que acha que ser coordenador é ser uma autoridade né, e não é isso, ser coordenador é ser parceiro, é ser amigo, é ser companheiro da família e dividir os problemas, tanto pessoal como problemas de toda maneira. E eu passei três meses lá, e quando eu saí de lá, eu fui pro Cabo, porque a gente tinha feito uma ocupação no Cabo recente, vai fazer um ano, e eu passei no Cabo, dois meses lá no Cabo, trabalhei com Claudivânio e com a Ana e depois eu saí de lá e estou indo pra Petrolina (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife) (Santos, 2013, p. 114-115).

Outro ponto importante considerado como estratégico para o MTST/PE segundo Santos (2013), está relacionado à: quais edificações o MTST/PE selecionam atualmente para ocupar e problematizar a questão urbana. Em resposta ao autor, um dos membros explica, que; o movimento, prioriza prédios públicos, porque, além de despertar a sociedade para a sua inquietação, as pessoas, atribuem o signo de propriedade pública como algo pertencente a todos, evidenciando uma das estratégias do movimento.

O critério hoje é que o terreno seja público, porque no terreno público, a probabilidade de você conseguir é maior, porque está incutido no subconsciente da sociedade, digamos assim, que aquilo que é público é nosso, pertence ao povo, pertence a todos nós, não é?! Mas ao mesmo tempo também, nós fazemos uma reflexão de que quando ocupamos um terreno privado, nós estamos colocando na ordem do dia a questão do acúmulo de riquezas, a especulação imobiliária... Então tem também esse discurso de denunciar essa pouca vergonha, não é isso?! Isso tanto vale para terrenos, como para edificações subutilizadas na cidade, né?! (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (grifo nosso) (SANTOS, 2013, p.118).

Para finalizar, Santos (2013) chama a atenção para a conotação que existe entre as palavras *ocupação* e *invasão*. Para Santos (2013), *ocupação* - tem um significado de ressignificação do espaço atribuindo a este, função social na propriedade que foi abandonada tornando o espaço desocupado um ambiente vivo. *Invasão* - por outro lado, tem um *sentido pejorativo onde atribui ao ocupante*, uma prática, ilegal rotulando-o como: “invasor de uma propriedade a qual não lhe pertence” (SANTOS, 2013). No entanto, vale pontuar que, a pessoa, que detém o título como proprietário do terreno é, obrigado por lei, a atribuir sobre “sua propriedade” função social (SANTOS, 2013).

Diante do exposto, se faz importante entender a justificativa sobre a existência do MTST/PE e o que norteia a sua luta. Como foi apresentado, sua pauta estar relacionada a luta pelo acesso digno à moradia, respeitando as diferenças. A luta do MTST/PE é em oposição a miséria, pobreza e a outras mazelas que afetam a sociedade. Ou seja, é a disputa entre a classe subalterna, versus a

classe das elites.

O MTST/PE, luta para que a maioria da população possa ter direitos básicos atendidos, direitos que inclusive, constam na constituição. A moradia é extremamente importante para qualquer sujeito de direito, independente de classe ou *status*. Moradia é um direito e não um favor. Moradia digna não envolve apenas, a dimensão de possuir casa própria, mas para além, significa ter: casa em condições adequadas de infraestrutura incluindo; sistema de esgoto adequado, água tratada, iluminação adequada, calçada, bairro arborizado, praças e entre outros atributos.

Artº. 6 São direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e a infância, assistência aos desamparados na forma desta Constituição (BRASIL, 1988). No inciso IV do artigo 6 a Constituição de 1988 afirma que:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

No artigo 5 da Constituição de 1988 o documento afirma que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, ficam as provocações: Todas as pessoas têm moradia digna? O que é ser cidadão? O que é democracia? No Brasil existiu ou existe democracia? As leis a quem serve? Existe ou existiu política pública e habitacional no Brasil que promovesse uma mudança estrutural adequada? Segundo Santos (2012), às políticas públicas são paliativas, porque existe a falta de vontade política em querer transformar a realidade das pessoas mais e melhor, nesse sentido, é de se esperar, que as políticas federativas de habitação, o planejamento urbano e o Plano Diretor sejam paliativos que a tudo se propõe mais nada fazem, inspirado em (MARICATO, 2005) o que esperar dos Planos Diretores?

No caso Brasileiro, é lamentável que políticos e partidos ditos de esquerda se entreguem a uma política de direita, jogando para um lado a busca de soluções estruturais e limitando-se a propor paliativos, que não são verdadeiramente transformadores da sociedade, porque serão inócuos, no médio e longo prazos. As chamadas políticas públicas, quando existentes, não podem substituir a política social, considerada um elenco coerente com as demais políticas (econômica, territorial etc.) (SANTOS, 2012, p. 74-75).

Uma das alternativas que se defende, é que os espaços de debates políticos, que decidirão sobretudo a vida das pessoas, sejam abertos para toda a população como defendem (JULIANO MEDEIROS e LEONARDO AVRITZ, 2016) com o objetivo central, de se tornar mais transparente os trâmites que ocorrem dentro do universo político, estes pesquisadores, são a favor do empoderamento popular para combater a corrupção e outros desdobramentos.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma perspectiva exploratória e qualitativa, tendo por objeto o direito a moradia. A presente pesquisa, também se apoiou, em termos metodológicos nas concepções de (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) no campo da antropologia, quem compreende que a tarefa da pesquisa não é certamente a de “explicar o mundo de outrem, mas de multiplicar nosso mundo, povoando-o de todos esses suprimidos que não existem fora de suas expressões”. Daí, a abordagem qualitativa desenvolvida nesta pesquisa, no que se parte, das percepções dos sujeitos desta pesquisa, entendidos, como intérpretes de suas condições concretas e simbólicas apreendendo assim, como influem em sua subjetividade, onde dialogam de forma mais ou menos solidária, com o outro, “o estranho”.

A metodologia empregada neste projeto de pesquisa, foi dividida em duas etapas: (1) Coleta de *dados secundários* e (2) Ida a campo para o levantamento de *dados primários* considerando o estudo de caso em tela, o direito a moradia das famílias da comunidade Lemos Torres. Os dados secundários que compõem a 1º etapa da pesquisa, foram obtidos através da Fundação João Pinheiro (2014; 2015; 2016) apresentando dados estatísticos sobre a situação do Déficit Habitacional nacional, estadual e municipal para os anos de: 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Nesta parte estão inclusos também, dados do IBGE (2017) sobre crescimento populacional e étnico para os anos de 2012 - 2016, dados sobre o último censo realizado no bairro de Casa Forte pelo (IBGE, 2010), bem como, o (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2010) ambos disponíveis no site da (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2018).

Ainda foram acrescentados, os últimos dados, do Déficit apresentados pelo (CENDHEC, 2017), este por sua vez, encontra-se disponível via *on-line* em uma matéria denúncia sobre o Déficit na Região Metropolitana do Recife - RMR .

Foram ainda incluídos, recortes de matérias veiculadas pela grande mídia local: Jornal do Comércio - JC, Diário de Pernambuco e recorte de uma matéria veiculada, pela Paróquia de Casa Forte sobre o bairro de Casa Forte e a comunidade investigada. Para finalizar esta primeira etapa, foram também utilizadas, a consulta de teses sobre Casa Forte, assim como, a consulta de dados da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ sobre a história de Casa Forte. Finalizando, foram incluídas nesta primeira fase, consulta de diversos artigos e livros ex: Maricato, Rolnik, Spivack, Certeau e outros.

Na segunda etapa do projeto de pesquisa, foi utilizada, a consulta da tese de Braga (2015) sobre modos de vida rural e urbano. A partir desta tese, foi elaborado, um roteiro com uma série de perguntas abertas que tratam, desde, a trajetória do bairro (com ênfase para a comunidade Lemos Torres) e das pessoas residentes na comunidade.

Para a análise dos aspectos relacionados ao cotidiano destas pessoas, bem como para a compreensão do lugar e impacto das práticas de consumo sobre os diferentes modos de vida no cotidiano de classes subalternas urbanas, se utilizou (AUGÉ, 1994), em sua reflexão sobre os lugares e não lugares, (CERTEAU, 1994), sobre as relações desiguais de poder em nossa sociedade, e o uso das táticas e estratégias respectivamente. Estes autores foram utilizados como referência para permitir um maior dimensionamento de entendimento sobre as representações em classe desses sujeitos, como se organizam, bem como, as relações cotidianas vivenciadas em uma sociedade de classe.

A comunidade Lemos Torres, é localizada, em uma das regiões com maior renda *per capita* da cidade, e, convive com o peso da convivência conflituosa desta relação entre classes, há bastante tempo. A vivência da instabilidade, se estabelece, através de ameaças de remoção, dada à ausência de propriedade legal da terra, o que se intensificou sobremaneira desde o processo de “modernização” (verticalização) da região e pela morosidade do poder público no sentido de cumprir, a demanda relacionada a regularização destas famílias no que diz respeito a moradia. A área que carece de acesso a serviços básicos, relacionados a saneamento básico, por exemplo, passou recentemente por um processo de mudança significativo, com a construção de um conjunto habitacional neste mesmo território que se propôs a abrigar 192 famílias da Comunidade Lemos Torres, dividido em seis blocos, já concluídos.

O quantitativo de famílias na área, é, bastante superior, ao número de unidades construídas, o que fez, com que identificássemos três situações: (1) as famílias que, no momento da primeira etapa desta pesquisa aguardavam na área a entrega das unidades construídas do conjunto habitacional; (2) famílias que foram removidas sob a promessa de indenização e, finalmente (3), famílias que estão recebendo aluguel social e que irão, ou foram, para um outro conjunto habitacional no bairro do Barbalho.

Estes sujeitos, foram considerados como intérpretes de suas histórias de vida, bem como, das relações estabelecidas com seu habitat ou com o entorno de suas moradias. Para Cecilia Minayo (1993), as representações podem ser definidas como “imagens construídas sobre o real” elaboradas a partir das relações vivenciadas, por exemplo, no espaço da cidade, nas relações com o consumo e, em relação, aos mais diversos elementos de suas trajetórias. “Imagens” construídas por sujeitos portadores de uma história, de valores semelhantes e por vezes, partilhados.

Isso tem, rebatimentos nas representações construídas, ao estabelecer, interação com histórias de vida e grupos sociais diferentes de seu contexto imediato. Adotamos como técnica de coleta de dados, a observação participante e, as entrevistas com roteiro estruturado a partir, das dimensões relativas aos modos de vida, conforme anteriormente apresentado. Em relação a observação participante, cabe mencionar, que duas das professoras que orientam este trabalho, tem relações diretas com a comunidade, uma através da partilha de espaço, mora “em frente” a comunidade desde janeiro de 2017 e consome serviços de seus moradores como: água, gás, pequenos concertos (mecânica, ar-condicionado, fogão) inclui-se ainda, reparos em roupas por exemplo.

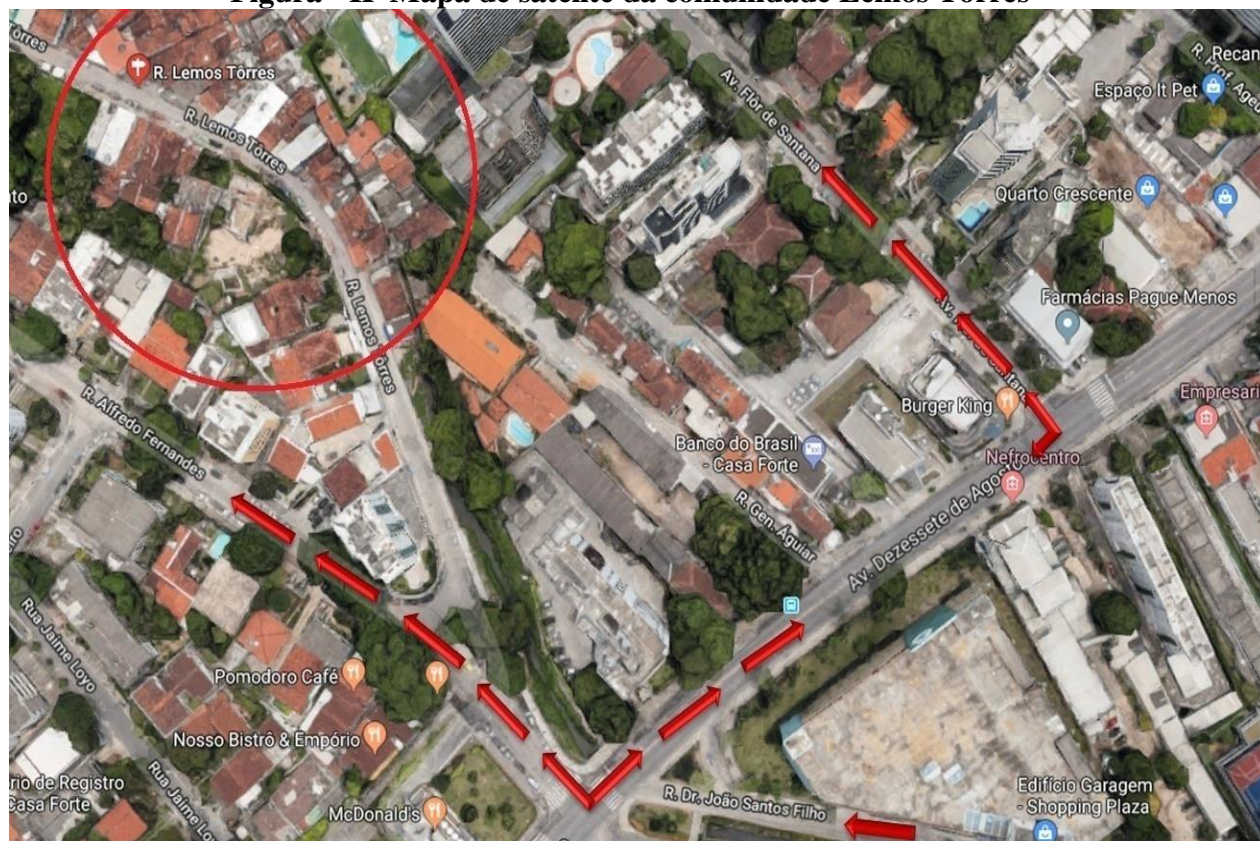
Estabeleceu para esta, um dos interlocutores desta pesquisa, ele trabalha no prédio dela há 25 anos como zelador sendo uma pessoa extremamente popular na rua, é comum no horário de almoço e final da tarde, estarem conversando 4, 5, 6 pessoas com ele em frente ao prédio. Foi dele, os primeiros relatos e indicações para a pesquisa.

A outra professora orientadora usa serviços na comunidade à exemplo, destaco o salão de beleza. Foi através dela, que estabelecemos a segunda interlocutora privilegiada, a dona do salão. Ela conhece antigos moradores da Lemos torres e participou de algumas entrevistas, bem como, de observações no salão de beleza. Estes momentos, tem sido convertidos em experiência de troca com estes sujeitos. É através da permanência diária na área, ainda que não dentro dela, que é possível, perceber os movimentos que em alguma medida “transbordam” da comunidade, as crianças que brincam fora das casas, na rua, se concentram logo cedo para irem para escola, muitas vezes 8, 9 crianças sendo conduzidas por uma ou duas mulheres, a brincadeira até tarde da noite em cima da carcaça do carro que está esquecida ali na via pública, as galinhas e os animais que passam o dia, cruzando as vias públicas.

O tempo da observação se estendeu por todo o tempo da pesquisa, as entrevistas que serão utilizadas para este TCC foram realizadas nos meses de maio e início de junho de 2018, um total de 12 sujeitos foram mobilizados, entre entrevistados e interlocutores. As entrevistas foram gravadas e transcritas, para a análise deste documento que integram a referida pesquisa, os nomes reais não foram citados com o objetivo de preservar a identificação das pessoas entrevistadas. Neste trabalho, serão considerados 6 destes/as interlocutores/as. Os nomes atribuídos aos/as informantes, foram nomes vinculados aos movimentos sociais e/ou de luta pela moradia.

4.1 - Localização geográfica que dar acesso a comunidade Lemos Torres

Figura - II Mapa de satélite da comunidade Lemos Torres



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2019).

A imagem acima, aponta a localização geográfica da comunidade Lemos Torres. O mapa foi adquirido no Google Maps e as setas em vermelho foram adicionadas propositadamente, para apontar com maior precisão as duas entradas que permitem o acesso a comunidade.

Na primeira etapa da pesquisa ocorrida entre os anos de 2017 - 2018, acessei a comunidade, passando pela Rua: Drº João Santos Filho que passa exatamente pelo edifício garagem do Shopping Plaza e, passando essa rua, a próxima entrada que aproxima a comunidade é Av: Dezessete de Agosto pegando o lado direito para finalmente passar pela Av: Flôr de Santana entre o (Burguer King - Lado Esquerdo na figura) e a (Farmácia Pague Menos - Lado direito da figura) levando a um dos acessos a comunidade.

Na segunda etapa da pesquisa (2018-2019), acessei também a Rua: Alfredo Fernandes que permite o acesso ao novo conjunto habitacional Padre Edwaldo local onde atualmente foram realocadas parte das famílias que residiam na comunidade Lemos Torres. A área que estar circulada em vermelho, são as imediações onde localizava-se a comunidade Lemos Torres e inclui também, as imediações onde se situa o conjunto habitacional padre Edwaldo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contato com a Comunidade Lemos Torres teve início através de um processo de observação do cotidiano de seus moradores, partilhando o espaço do bairro de Casa Forte, e de uma pesquisa exploratória através da consulta de dissertações, recortes de matérias veiculadas pelos Jornais de maior circulação local, como o Jornal do Comércio - JC e Diário de Pernambuco.

Outra fonte de dados mobilizada foram os registros da Paróquia de Casa Forte e acesso a plataforma on-line da FUNDAJ, bem como, dos dados Censitários disponíveis no site da Prefeitura da Cidade do Recife sobre o último censo, com recorte para o bairro de Casa Forte e sua respectiva RPA, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Atlas do Desenvolvimento Humano.

Para a obtenção dos dados atualizados sobre o Déficit Habitacional da Região Metropolitana de Recife, foi utilizado, a matéria jornalística referente a uma denúncia feita pelo Centro Dom Helder Câmara - CENDEC, onde apontou, dados alarmantes sobre o Déficit em Recife para o ano de 2017. Os dados serão apresentados para que possam compor a reflexão proposta neste trabalho com os dados obtidos através da pesquisa de campo, apresentando a história da comunidade, assim como, da luta pelo direito a moradia vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa.

5.1 - A história de Casa Forte e os grupos populares residentes que resistem no bairro

Para o levantamento desta parte do trabalho, foram consultadas, informações da FUNDAJ (2009), bem como, das teses de mestrado de Costa (2003), Farias (2006) e Nunes (2008) onde abordam, o histórico de Casa Forte e da comunidade Lemos Torres. Por fim, para a obtenção de outras informações relevantes a este tópico, foram utilizados dados referentes a consulta do último censo realizado pelo (IBGE, 2010).

De acordo com a FUNDAJ (2009), a história de Casa Forte, assim como do seu nome, está correlacionada a um episódio, que culminou em um conflito histórico de militares Holandeses versus militares Pernambucanos. A FUNDAJ (2009) aponta, que os Holandeses, após perderem a *batalha das tabocas* no dia 3 de agosto de 1645 em Vitória de Santo Antão, o então coronel: Henrique Hous (Van Haus - Holandês) enviou o major Carlos Blaer, para localizar onde as mulheres dos revolucionários se encontravam. Os militares Holandeses, descobriram que as mulheres estavam na Várzea, e tinham o objetivo principal de prendê-las. Costa (2003) também, oferece este histórico, confirmando a versão da (FUNDAJ, 2009).

Pereira da Costa (1952, v. 3) faz uma breve explanação sobre esta batalha. Ele relata que no dia 16 de agosto de 1645, o coronel Henrique Hous, chefe do exército holandês, mandou prender as notáveis mulheres do exército pernambucano que residiam nos engenhos da Várzea. Em seguida, os holandeses regressaram para a casa da vivenda do engenho de Ana Paes com as mulheres prisioneiras (COSTA, 2003, p.71).

Segundo a FUNDAJ (2009), os militares Pernambucanos foram acionados e, conseguiram cercar os Holandeses na sua investida. Surpresos, os Holandeses esconderam as ilustres senhoras na casa-grande do engenho de Dona Anna Paes - proprietária do local. Este local, por sua vez, era chamado de engenho Anna Paes, posteriormente, diante do ocorrido, que ficou conhecido como *batalha de Casa Forte* - no dia 17 de agosto de 1645. Após, mais uma vitória dos Pernambucanos, o engenho, recebeu o nome Casa Forte e por fim, o nome foi estendido para todo o bairro, e, em homenagem a este dia histórico, foi erguida uma placa para marcar o dia que ocorreu o conflito no engenho (FUNDAJ, 2009).

Neste local, denominado outrora engenho de Anna Paes, a 17 de agosto de 1645, o exército pernambucano dirigido por VIEIRA [João Fernandes Vieira], VIDAL [André Vidal de Negreiros], DIAS [Henrique Dias] e CAMARÃO [Antônio Filipe Camarão] combateu uma coluna holandesa que havia aprisionado matronas pernambucanas e se fortalecido na casa de morada à direita da Igreja, resultando victoria para os libertadores com o aprisionamento completo dos inimigos. Memória do Inst. Arch. e Geogr. Pernambucano, em 1918. (FUNDAJ, 2009).

Costa (2003) e FUNDAJ (2009) também alegam, que anterior à batalha ocorrida no engenho de Anna Paes, o mesmo engenho, já havia modificado o nome diversas vezes. Um dos motivos, segundo Costa (2003), estava associado aos vários casamentos de Anna Paes. [...], o engenho teve várias denominações, tais como, Passo do Fidalgo, Jerônimo Paes, Tournalon, Nassau, Whith" até adotar o último nome de engenho Casa Forte (COSTA, 2003, p.73).

Figura - III Antiga capela do engenho Casa Forte



Fonte: (FUNDAJ, 2009).

Farias (2006) explica, que as paisagens de Casa Forte do séc XIX até o início do séc XX, foram pouco alteradas, em contrapartida, entre os anos de 1940-1960, já percebiam-se transformações fundiárias intensas, os conjuntos urbanos, foram quase que a totalidade loteados até 1960.

Farias (2006) argumenta, que, por outro lado, em 1961, a lei de nº 7427/61 estabelecia um código de urbanismo e obras o que reduziu a possibilidade de ocupação da área, diminuindo também, o coeficiente de utilização da área. No caso do bairro de Boa Viagem a região já era cercada por habitações verticalizadas (FARIAS, 2006). Farias (2006), ainda diz que, por volta dos anos 1970, as áreas foram lembradas favorecendo a construção de edificações de grande porte pela justificativa de que, com o lembramento, as áreas se tornariam maiores, atraindo a atenção das construtoras.

Farias (2006) explica, que as paisagens de Casa Forte do séc XIX até o início do séc XX, foram pouco alteradas, em contrapartida, entre os anos de 1940-1960, já percebiam-se transformações fundiárias intensas, os conjuntos urbanos, foram quase que a totalidade loteados até 1960. Farias (2006) argumenta, que, por outro lado, em 1961, a lei de nº 7427/61 estabelecia um código de urbanismo e obras o que reduziu a possibilidade de ocupação da área, diminuindo também, o coeficiente de utilização da área. No caso do bairro de Boa Viagem a região já era cercada por habitações verticalizadas (FARIAS, 2006).

Farias (2006), ainda diz que, por volta dos anos 1970, as áreas foram lembradas favorecendo a construção de edificações de grande porte pela justificativa de que, com o lembramento, as áreas se tornariam maiores, atraindo a atenção das construtoras. Costa (2003) corrobora com Farias (2006) que baseada em Lacerda 1993, aponta, que até a década de 70 em Casa Forte, o que prevalecia, era o baixo índice populacional e habitações horizontais que acabaram sofrendo alterações na década de 80, contribuindo posteriormente para a expansão populacional e o surgimento de habitações verticais na região.

A autora acrescenta também, que a UFRPE, sede da SUDENE e, algumas instalações da FUNDAJ, localizavam-se próximas desse bairro fazendo com que funcionários/as das instituições citadas, buscassem residir na região devido a proximidade do seu local de trabalho. Segundo Farias (2006), outro fator que marcou o bairro foi a inundação de 1975, ocasionando desvalorização da área, e, tornando o preço mais acessível para os funcionários públicos (FARIAS, 2006). Além dos eventos citados, o BNH - também teve participação neste processo de ocupação da região e, influenciou na construção de novas edificações e aquisição no sentido de facilitar a compra da casa própria a um custo mais acessível.

Costa (2003) acrescenta que funcionários da UFPE também demonstraram interesse pela região, sendo a aquisição facilitada em virtude da desvalorização ocasionada após a cheia de 75, e da construção de novas unidades habitacionais viabilizadas pela criação da lei 14.511/83. Outro ponto que Farias (2006) chama a atenção, é para o fato de que: Casa Forte é considerado um bairro nobre, mas, ao seu entorno, existem comunidades populares que tem histórico de ocupação da área tão antigo quanto o de formação/ expansão do bairro, ou seja, anterior a enchente de 75, como é o caso da comunidade Lemos Torres.

Figura - IV Enchente no Recife em 1975



Fonte: (JORNAL DO COMÉRCIO, 2015). Foto da enchente de 1975 que atingiu o Recife. Foram 31 bairros atingidos e 104 pessoas mortas no transbordamento do Rio Capibaribe Foto: Arquivo do IML.

A foto acima, retrata um episódio que marcou profundamente a vida de diversas pessoas no Bairro do Recife, a enchente de 1975. Famílias que moravam em condições precárias, foram as mais castigadas pela ação da natureza, em virtude, do forte adensamento populacional provocado pela direta ação humana sobre o meio ambiente. O ser humano, interferiu na estrutura da natureza construindo, diversos imóveis, sobre áreas de aterro e mangue no Recife, resultando, no estreitamento do rio. O rio por sua vez, como não tinha mais como alargar suas laterais devido o processo de aterro, transbordou vitimando diversas pessoas. Mesmo diante deste cenário histórico e caótico, comunidades populares continuaram resistindo e permanecendo.

Tudo se passa como se as relações entre essas duas classes fizessem parte da constituição da identidade deste bairro. Todavia, ela é ameaçada pelas mudanças da sua estrutura social. a pressão do mercado imobiliário é intensa, o que fragiliza a permanência da população pobre em seu seio. [...] e tudo isto não é sem consequência sobre a identidade do bairro (LACERDA, 1993,p 216-217) Citado por: (FARIAS, 2006, p.62).

Informação que serve para identificar a presença de diferentes modos de vida coexistentes, neste território, como sugere Braga (2015), relacionando a existência, de diferentes modos de vida em uma mesma área geográfica. Para Braga (2015) as convivências entre diferentes grupos nos diferentes territórios faz com que sua função social seja estabelecida partir da atuação dos sujeitos envolvidos com o território enquanto espaço simbólico.

De acordo com Farias (2006), Devido ao processo de urbanização das margens do rio capibaribe ocorridas ainda, na década de 80, moradores das favelas do Formigueiro e Perimetral, foram desterritorializados sendo realocados para a outra margem do rio Capibaribe, é de se pressupor, que alí, suas relações sociais foram modificadas, incidindo, sobre seus modos de vida.

Para substanciar esta suspeita, recorri a Costa (2003) que também lança luz sobre esta problemática. [...] as favelas Formigueiro e Perimetral foram deslocadas para o outro lado do rio, nos anos 80, com a urbanização das margens do Capibaribe (FARIAS, 2006, p.62). A construção desordenada de espigões e o adensamento construtivo podem, também, modificar os velhos hábitos da população (COSTA, 2003, p.96). Farias (2006) aponta, que a lei N° 11.511/83, promovia a verticalização de edifícios de forma intensa, somente a partir de 1989, os moradores, conseguiram frear a lei citada, com aprovação da lei N°15.199 restringindo o crescimento vertical. Com este feito, algumas áreas como o (bairro de Santana - próximo do Poço da Panela) e, os edifícios com habitações multifamiliares com até 6 pavimentos, passaram a ter, a altura máxima de 18,00 metros a partir do meio fio (FARIAS, 2006).

Já em outras áreas, (Casa Forte, Parnamirim e Santana) os edifícios multifamiliares tiveram a altura máxima de 42,00 metros a partir do meio fio sendo equivalente a um edifício de 14 pavimentos (FARIAS, 2006).

O processo de verticalização, no bairro, seguia de forma muito intensa, promovido ainda pela Lei 14.511/83, até que, em 1989, os moradores, na tentativa de frear esse processo, conseguiram aprovar a Lei de no 15.199, que restringiu o crescimento vertical do bairro, determinando que, em algumas localidades do bairro de Santana (Setor 1 - no sentido do Poço da Panela), edifícios para habitações multifamiliares até seis pavimentos tivessem a altura máxima de 18,00 metros, a partir do meio-fio. Além disso, nas demais áreas do nosso estudo (Casa Forte, Parnamirim e Santana – Setor 2), os edifícios multifamiliares limitariam-se à altura correspondente a 42,00 metros, a partir do meio-fio, o que equivale a um edifício com quatorze pavimentos. Essa lei garantiu, por algum tempo, a configuração horizontal do bairro. Ademais, os coeficientes de utilização do terreno variavam de 0,15 a 0,8 (Setor 1), e 0,15 a 2,4 (Setor 2) (FARIAS, 2006, p. 63).

Farias (2006) explica, que em 1996, com a construção do hiper center Casa Forte e, este por sua vez, pertencente ao grupo Bompreço, gerou um *boom* na região atraindo empresas do mercado imobiliário, bem como, de outros comércios da região resultando em alteração da malha urbana, e, contribuindo por derradeiro, para modificar os hábitos dos moradores da região. Ou seja, alterando os modos de vida.

Em meio a esse processo de adensamento construtivo e transformação de uso da área, foi construído, em 1990, o Hiper Center Casa Forte, hipermercado do grupo Bompreço. A sua implantação repercutiu de forma marcante no mercado imobiliário e atraiu novos estabelecimentos de comércio e serviço no seu entorno, gerando, inclusive, modificações na malha urbana viária. Além disso, os hábitos dos moradores da área também foram alterados, devido à influência do número crescente de investidores e consumidores no local, à medida que as suas ações foram transformando as características do bairro (FARIAS, 2006, p.63).

Em outro trecho, Farias (2006) fala, que; a expansão de edifícios em Casa Forte, se demonstrou mais violenta a partir de 1996 e 1998, em 96, com a grande expansão do comércio local atraindo mais carros e mais pessoas, e, em 98, a construção do *shopping plaza de casa forte*.

Figura - V Bairro de Casa Forte passado e presente

foto: Reprodução/Praça de Casa Forte antigamente

(foto: André Nery/JCIImagem)



Fonte: (PORAQUI.NEWS, 2018) Fotos de casa forte: A esquerda a foto remonta o período histórico do Bairro e a direita apresenta o bairro atualmente.

A foto acima a esquerda, retrata o Bairro de Casa Forte no início do séc XX e a foto a direita, o bairro nos dias atuais. É possível perceber também, a riqueza paisagística que o bairro possuía, pela baixa prevalência de verticalização. Na outra foto, observa-se, o gritante contraste; congestionamento - como uma das características presentes nas metrópoles pelo processo de adensamento populacional, priorizando principalmente os automóveis. Observa-se outros pontos relevantes a saber; redução de áreas verdes, poluição atmosférica (aquecimento global), poluição visual e sonora.

Com relação a ocupação que originou a comunidade Lemos Torres, esta, se deu em função de um processo migratório ainda no período da história Brasileira conhecido como o êxodo rural. Não foi diferente com os moradores investigados neste trabalho, que revelaram que o principal motivo de abandono de sua terra natal, se deu em função da extrema precariedade. Estas pessoas ficaram sujeitadas ao abandono e passaram por situações adversas como: falta de alimento, água, luz, trabalho e ausência de políticas sociais.

Costa (2003) inspirada em outros autores da academia a exemplo de Augé (1994), chama atenção, para o lugar enquanto espaço físico, assim como, considera-o também, um espaço simbólico. Indicando que: o lugar antropológico, faz com que os sujeitos criem relações de sociabilidade, e, através de suas práticas socioespaciais, estabelecem uma relação com o espaço habitado que está guardado no aspecto subjetivo de cada sujeito individualizado reverberando no coletivo caracterizando o lugar, como um espaço que perpassa gerações.

M. Augé, em sua obra “Não-lugares”, considera que o Lugar tem um sentido simbólico e refere-se “a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar dito) a uma história (lugar histórico)” (1994, p. 77). Ele define Lugar como “lugar antropológico”, ou seja: aquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja (1994, p. 51) (COSTA, 2003, p. 29).

Figura - VI Conjunto habitacional Lemos Torres no processo de construção



Fonte: (JORNAL DO COMÉRCIO, 2016) Obras do Conjunto habitacional da Lemos Torres. Foto: Bobby Fabisack/JC Imagem.

A foto VI, mostra o conjunto habitacional em construção, onde, receberá futuramente, parte das famílias que vivem na comunidade Lemos Torres. Outra parte, será realocada para o conjunto habitacional no Barbalho Bairro do DETRAN e ainda, um percentual de pessoas, receberá “indenização da prefeitura” segundo informações obtidas em campo em 2018.

Costa (2003), também chama atenção, para os impactos da construção do shopping plaza de casa forte, apontando que, além de afetar os modos de vida dos sujeitos, as *influências midiáticas, em ação conjunta, com jogo de marketing*, estabelecendo um determinado estereótipo para os moradores da região, o que tem relação direta com o tipo de investimento que é feito no bairro, o tipo de serviços e produtos que passam a ser ofertados.

Segundo o Cadastro Imobiliário, ano 2000, da Prefeitura da Cidade do Recife, o bairro do Derby apresentava um quadro de evasão de população entre os anos de 1991 a 2000, com um crescimento descendente que está representado por um índice matemático negativo de decrescimento [...] o bairro dos Aflitos vai aparecer como o bairro que mais atraiu população para o seu território [...] Graças, Aflitos, Jaqueira e Casa Forte são bairros sem a existência de áreas pobres em seu território. O bairro dos Aflitos vai aparecer como o detentor da taxa mais alta de alfabetização de toda a ARU com índice bem próximo aos 100%, representado por 99,15. Este número é uma das referências para a construção do IDH, ou Índice de Desenvolvimento Humano, maneira padrão para se avaliar e mensurar o bem-estar de uma população, desenvolvido em 1990, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq [...] o bairro das Graças vai voltar a liderar o conjunto com um total de 7859 imóveis edificados enquanto o bairro de Apipucos vai apresentar o menor número com um total de apenas 265 imóveis. Igual quadro se repete em relação a maior quantidade de lotes ainda vazios para o bairro das Graças com um total de 1240 terrenos. Em relação a menor quantidade, desta vez, o bairro da Jaqueira vai ocupar a posição mais baixa [...] (NUNES, 2008, p.100-101).

De acordo com Nunes (2008), os bairros que necessitavam realmente da implantação desta lei, eram apenas três; Graças, Parnamirim e Casa Forte. A principal justificativa, apoiava-se ao fato de que, estes bairros, estavam sendo cobiçados pelas grandes construtoras que, por sua vez, estavam minando o bairro com a construção de grandes espigões.

Entre os doze bairros que mais justificassem a implantação desta Lei aparecem Graças, Parnamirim e Casa Forte, todos, conforme esta pesquisa, com uma grande indicação de crescimento através dos edifícios altos e, portanto com indícios plenos de franca verticalização e conseqüente adensamento. Entre aqueles bairros intermediários com provável tendência de crescimento aparecem o Espinheiro, Tamarineira, Santana, Poço da Panela e Monteiro. Finalmente, aqueles que apresentam baixo ou nenhum crescimento vertical são os bairros do Derby, Aflitos, Jaqueira e finalmente o bairro de Apipucos. Este último sem contar com qualquer registro de edifício acima de vinte pavimentos em seu território (NUNES, 2008, p.151).

Isto implica dizer, em outras palavras, que a restrição do coeficiente de construção para estes bairros, implicou na “evasão das grandes construtoras”. Como consequência desta ação, as construtoras, promoveram o inchaço em outros bairros, já, que nos 12 bairros, houve a restrição de verticalização, não era interessante, para o ramo imobiliário expandir. A restrição, “*expulsou os loobies do mercado imobiliário dos 12 bairros*” mas fez, com que as construtoras, expandissem o inchaço populacional em outros bairros não acobertados pelo Projeto de Lei trazendo *espigões*.

O processo de implantação da Lei dos Doze Bairros ocorreu em função de manifestação popular iniciada no bairro das Graças e expandida para o bairro de Casa Forte, chegando finalmente ao conhecimento da Administração Municipal a quem coube a iniciativa da sua criação. A cidade do Recife, conforme o seu histórico de legislações urbanas não construiu uma tradição de limites de alturas para os seus edifícios, ao contrário, incentivou e desenvolveu uma sensível verticalização inclusive detendo os maiores índices de esbeltez mundial em seus prédios e que a Lei 16.719/01 implantou como novidade o parâmetro do gabarito (NUNES, 2008, p.150).

Diante do exposto, e, a partir dos resultados obtidos através da pesquisa exploratória, fica-se evidenciado, que Casa Forte, embora fosse um bairro localizado no centro do Recife, este era, predominantemente rural até o início do séc XX. O bairro, era cercado com construções históricas e sofreu ainda no decorrer do século XX, bruscas alterações, principalmente entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, se massificou com a verticalização e, ainda, se massifica ferozmente em favor do mercado imobiliário.

Os dados levantados apontam para o seguinte diagnóstico: o bairro de Casa Forte é, uma área extremamente valorizada para o mercado, contribuindo dessa maneira, para a segregação de pequenas comunidades que resistiram ao longo dos anos em seu território sendo ameaçadas historicamente de expulsão pela especulação imobiliária, como é o caso por exemplo, da comunidade Lemos Torres. Outras comunidades existentes ainda na década de 80, não tiveram a mesma “sorte por assim dizer” de resistir, e para seu infortúnio, foram desterritorializadas.

Este cruzamento de dados, implicam na direção de uma evidência perturbadora - os modos de vida dos subalternos, foram modificados tanto pela desterritorialização, como pelas transformações ocorridas com a chegada de grandes mercados, shopping e, edificações.

Com a valorização do bairro, também, é possível aferir, que o acesso ao consumo de bens e serviços tornaram-se mais onerosos e contribuiu sobremaneira, para estimular a saída de pequenas comunidades que detêm baixo poder de compra resultando em segregação das classes subalternas e na expulsão do bairro.

Tabela X - Casa Forte - Gênero e etnia predominante no bairro e, taxa de alfabetização

População Residente	Homens e Mulheres totalizaram = 6.450 pessoas
Gênero predominante	Mulheres total = 3.736 ou 55, 35%
Taxa de alfabetização 10 anos e acima	99, 10%
Etnia predominante e auto declarada	Pessoas brancas total = 77, 41%

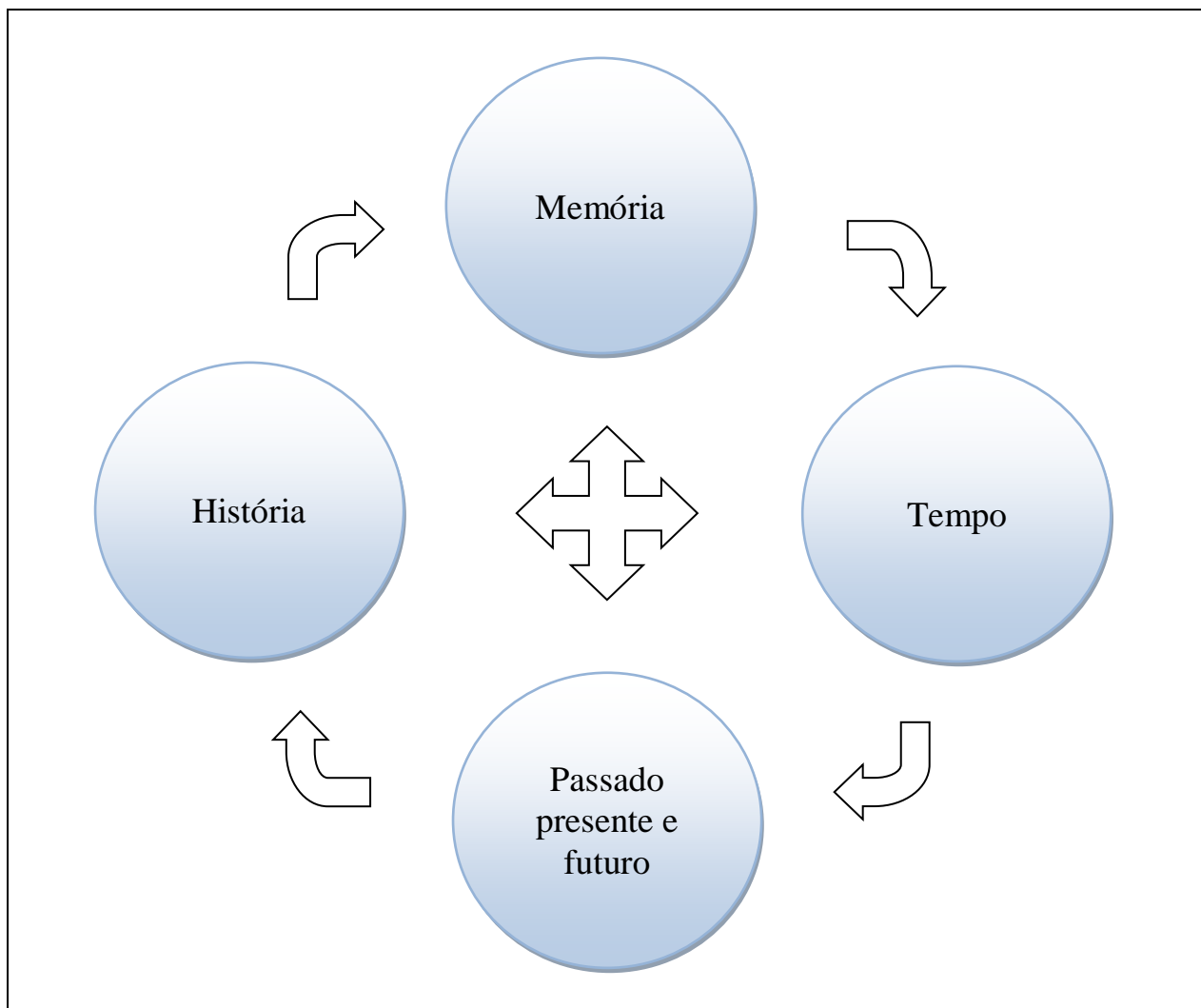
O autor (2018) Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2018) lançou os dados adquiridos no último censo do (IBGE, 2010) realizado em Casa Forte, bem como, os dados do ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO da Região Metropolitana do Recife.

Na tabela X - é possível verificar que o bairro de Casa Forte de modo geral possui um elevado Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e com irrisória taxa de analfabetização de quase zero por cento. Majoritariamente quem reside no bairro são mulheres e mais de 45% são responsáveis pelo domicílio. Nos dados de etnia predominantemente autodeclarada destacam-se as pessoas brancas, outras etnias apresentam irrisório percentual como por exemplo: Negros/as, indígenas, quilombolas e orientais. Para mais informações acesse: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-forte?op=NTI4Mg==>

5.2 - A história da comunidade contada através da memória de seus moradores sobre o direito à moradia

Nesta parte do trabalho, foram realizadas diversas idas a campo. Precedente a etapa de idas de campo, a comunidade, já vinha sendo estudada pela observação participante uma vez que, parte das professoras pesquisadoras que integraram a equipe desta pesquisa, moram e/ou utilizam produtos e serviços na região. Este último fator citado, contribuiu, para a posterior aproximação deste pesquisador, com seu objeto de estudo. As visitas tiveram seu início no final de Maio de 2018 e se estenderam até Junho 2018, cabendo destaque o fato de que ainda encontra-se em andamento e compondo um desdobramento desta primeira parte em oposição a primeira fase da pesquisa, esta parte do trabalho, foi construída, e, substanciada no depoimento das/os moradoras/es da comunidade, configurando-se, na construção de *dados primários* do trabalho, que origina este TCC. Meu primeiro contato com a comunidade, ocorreu, via indicação (interlocutor 1). Isto é, uma pessoa que tinha contato com a comunidade há anos e era de confiança dos/as moradores/as. Vale destacar, que esta pessoa embora estabeleça contato com a comunidade, não habita no local. Depois de ser apresentado aos moradores da comunidade pela indicação de um interlocutor desta pesquisa, estes sujeitos, demonstraram-se bastante receptivos e com a ânsia de serem ouvidos *pelos de fora da comunidade*.

Figura - VII Esquema elaborado sobre a História e Memória a luz de Le Goff (1990)



O autor (2018). Fonte: (LE GOFF, 1990).

A figura - VII foi elaborada com o objetivo de facilitar o entendimento e as relações embricadas entre: História, memória, tempo (Passado, presente e futuro) onde os 04 itens demonstrados na figura acima, correlacionam-se, em um ciclo atemporal se perpetuando na história (LE GOFF, 1990). Assim, o tempo no passado presente ou no futuro faz parte da história no passado, presente ou no futuro, bem como, da memória no passado presente e no futuro (LE GOFF, 1990).

Para Le Goff (1990), a memória faz parte da história e a história da memória. Mas, em contrapartida, a história é construída e retratada pela academia, possui metodologia (técnica) para ser produzida mas especificamente pelo/a historiador/a, já a memória por outro lado é, subjetivo de cada pessoa e está sujeita a alterações no contínuo espaço tempo dos sujeitos por que o ser humano biologicamente falando, com o passar dos anos, pode se esquecer de detalhes da sua memória e ainda reeditar selecionando sua memória (subconsciente) alterando a história e por consequência final as informações (LE GOFF, 1990). Por este motivo, o conceito de Le Goff (1990) foi colocado aqui antecendo os dados de campo que virão nas páginas seguintes.

Quadro I - Perfil e quantitativo de pessoas entrevistadas

Homem (quant.)	01	Predominância de gênero	Majoritariamente são mulheres.
Mulher (Quant.)	05	Predominância racial	04 pessoas entrevistadas alegaram ter mais Branco e 02 pessoas “Morena”.
Faixa etária da pesquisa	Média entre 45 e 70 anos.	Estado civil	04 pessoas declararam ser “solteiras”. Apenas 02 vivem juntos.
Acesso à educação formal	04 com ensino Fundamental incompleto. Apenas 02 ensinos médios completo.	Transporte	Ficou dividido entre ônibus e deslocamento a pé - caminhando.
Terra natal	Todas migraram do interior. Uma das pessoas veio de outro estado.	Mobílias	No geral foram adquiridas com recurso próprio. Em casos pontuais foram doadas.
Motivo de saída da terra natal	Extremas condições de pobreza.	Aquisição do espaço	No geral foram adquiridas com recurso próprio. Em casos pontuais foram doadas.
Trabalho	04 das pessoas entrevistadas trabalham ou trabalhou em casa de família. Apenas 02 pessoas trabalham no comércio.	Justificativa para migrar Lugares e não lugares Marc augé (1994)	Influência de: parentes que já moravam antes na comunidade e amigos construindo no local um lugar de história e resistência - lugar antropológico. A outra justificativa presente nos depoimentos era em razão das precárias condições de vida.
Filhos/as	De 02 em diante.	MODOS DE VIDA Braga (2015)	Inicialmente era rural (Agricultura - plantio de batata, milho, trabalho na casa de farinha e outros). Com o passar dos anos com o processo de mudança se adaptaram a características de modos de vida urbanas ex: compra de alimentos, troca de mobílias,

O autor(2018). Fonte: depoimentos de campo (2018). Ainda está incluso nesta tabela, a perspectiva de (BRAGA, 2015) que trata dos modos de vida rural e urbano bem como, (AUGÉ, 1994) Lugares e Não lugares.

No quadro I, é apresentado: número de entrevistados, faixa etária, acesso à educação formal, local de sua origem/terra natal, o que motivou a sua saída da terra natal, quantitativo de sua prole, predominância de gênero e racial, estado civil, transporte, mobílias, espaço e sua aquisição, bem como, o que justificou sua migração para a cidade de Recife e o histórico de habitação na região.

O que é possível perceber a partir do quadro I, com relação a Braga (2015), é que as pessoas entrevistadas possuíam inicialmente *modos de vida associados a modos rurais, ou ao menos a vivência em territórios não urbanos*. Os indicadores são vários, à exemplo, destacam-se: *moradia* - todas as pessoas entrevistadas vieram do interior. Na dimensão de *trabalho*, no geral, as pessoas trabalhavam com o plantio de alimentos, a citar, batata doce, milho, casa de farinha, etc. Na dimensão de *escolaridade*, majoritariamente, as pessoas afirmaram que não tiveram oportunidade de acessar a educação formal, em virtude do trabalho precoce, principalmente no campo ou no trabalho doméstico, caso das mulheres.

Pessoas que estudaram até o fundamental incompleto e /ou não conseguiram acessar o ensino fundamental, tiveram que trabalhar ainda na infância, entre os 10 ou 12 anos de idade, devido, as precárias condições de vida.

Quadro II - Modos de vida na perspectiva de Braga(2015)

MODO DE VIDA	MODO DE VIDA RURAL	MODO DE VIDA URBANO
1.2 Modos de morar 1.2.1 Móveis	Predomínio de mobília que passa de geração para geração	Predomínio de mobílias adquiridas anualmente.
1.2.5 Estrutura física da casa (número de cômodos, existência ou não de saneamento básico, de eletricidade).	Uso de materiais locais, cômodos marcados pelo uso coletivo	Uso de materiais industrializados e cômodos marcados pelo uso individual
1.4.5 Outras atividades de lazer: 1.5 Práticas Políticas e associativas 1.5.1 Sindicato 1.5.2 Partido 1.5.3 Movimentos sociais 1.5.4 Associação/cooperativa	Inexpressivas Masculino Masculino Masculino Masculino	Diversificadas Presença feminina constante Presença feminina constante Presença feminina constante Presença feminina constante

Fonte: Fragmento retirado do quadro dos modos de vida desenvolvido por (BRAGA,2015,p.34).

No quadro II, aqui exposto e, desenvolvido por Braga (2015), é possível fazer, uma relação com o quadro I e, verificar, algumas dimensões expostas e contidas no quadro II item - *Modo de vida urbano* que se adequam ao atual contexto da comunidade. Se a princípio, o quadro I indicava a partir dos depoimentos do/as entrevistado/as, modos de vida rural baseando-se, em suas práticas cotidianas, quando migraram para a região metropolitana do Recife, neste quadro, se identifica que os entrevistados, se adaptaram às condições da região metropolitana deixando parte de suas antigas práticas como; plantio de alimentos e práticas da agricultura em geral, passando a comprar e consumir alimentos industrializados, assim como, a trocas de mobílias, também, se faz presente segundo depoimentos de campo.

A troca de mobília, não ocorre anualmente por causa do baixo recurso financeiro, mas, ainda assim, as pessoas entrevistadas trocam de mobílias com certa frequência, e, as adquirem por via cartão de crédito. Mostrando uma das expressões da atual sociedade de consumo as “facilidades que um cartão pode ocasionar”.

No quesito participação política, também, foi identificado na fala das pessoas, que existe tanto participação de homens quanto de mulheres, o que enquadra-se perfeitamente no quadro II, com a perspectiva de modos de vida urbano, o que sugere uma hibridização do seus modos de vida ficando dividido em modos de vida urbano/rural se considerar ao pé da letra, a ótica exposta por Braga (2015).

Mesmo assim, se faz relevante destacar, que: Braga (2015) não busca definir o que é rural ou urbano. O autor apenas expõe, “antigas concepções”, que se construíram acerca desses modos de vida ao longo dos anos no Brasil. No resumo de sua tese, Braga (2015) Inspirado em Lefebvre; Santos e outros, considera o rural e o urbano coexistentes em um mesmo território.

Ou seja, o rural pode estar no urbano e virse-versa. Quando perguntei às pessoas como adquiriram suas mobílias elas responderam: As mobílias foram adquiridas com recursos próprios, foram compradas no cartão de crédito. *Algumas a gente já tinha e outras fomos adquirindo como o passar do tempo. (CHICO MENDES, 2018). Não! não ganhei nada, era só uma cama na época e o berço dela, da menina que é a mais velha né. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018).*

Os meu eu comprei[...]foi tudo comprado. isso aqui tudo custou meu dinheirinho[...] aquele guarda-roupa não![...]**Esse é de madeira pelo o que eu estou vendo aí? madeira boa.** Sabe quantos anos tem esse bichinho aí? eu comprei logo quando fiz essa casa e esse guarda-roupa aí, eu trouxe de onde trabalhava. (TEREZA DE BENGUELA, 2018).

Quadro III - Modos de vida na perspectiva de Braga(2015)

1.6 CAPITAL CULTURAL	MODO DE VIDA RURAL	MODO DE VIDA URBANO
1.6.1 Anos de estudo	Não passa de 4 anos	Acima de 6 anos
1.6.2 Qualificação profissional	Ausente	Presente
1.7 Capital Econômico Renda Pensão, aposentadoria	Predominantemente agrícola Utilizada nas atividades agrícolas	Predominantemente não-agrícola Utilizada nas atividades não agrícolas
Auxílio do governo 1.8 Frequência de deslocamento para a cidade.	Acessado por homens Esporádica	Acessado constantemente por mulheres Semanal
<u>Concepção acerca da vida conjugal:</u> Casamento, separação, amigamento, união entre pessoas do mesmo sexo.	Valorização do casamento religioso e entre pessoas da família ou da localidade.	Desimportância do casamento religioso e entre da família ou da localidade.
<u>Concepção acerca da divisão sexual do trabalho:</u>	Homem deve ser o provedor e a mulher cuidar da casa, dos filhos e do marido.	Tendência a valorização no compartilhamento na divisão das tarefas domésticas e no reconhecimento do direito da mulher a trabalhar fora.
<u>Concepção de lucro e rentabilidade</u>	Racionalidade voltada para a auto subsistência e para a venda do excedente.	Reconhecimento da necessidade do uso de investimentos tecnológicos, de empréstimos para investimentos etc.
<u>Perspectiva de felicidade</u>	A felicidade está voltada para a valorização da vida local	A felicidade está voltada para o alcance de bens materiais e profissionais

Fonte: Fragmento retirado do quadro dos modos de vida desenvolvido por (BRAGA,2015,p.35).

O quadro III, está amarrado ao quadro II indicando mais uma vez, que os modos de vida das pessoas entrevistadas, tornaram-se híbridos (rural/urbano). Alguns exemplos perceptíveis, estão relacionados a oportunidade de estudo. A maioria das pessoas, relataram que não tiveram oportunidade de estudar, devido, as duras condições de vida do interior e, iniciaram sua carreira no trabalho, desde a mais tenra idade entre: 10 e 12 anos com trabalhos voltados para a agricultura e casa de farinha.

Vale destacar, que a iniciação ao trabalho na fase infantil, foi relatada pelas pessoas entrevistadas, como uma forma de ajudar à família no complemento da renda. Este dado demonstra, a pobreza extrema como uma dimensão inter geracional no caso destes indivíduos. Por outro lado, as relações conjugais *não atendem a perspectiva de modos de vida rural* exposto por (BRAGA, 2015). Foi identificado, que a maioria das pessoas entrevistadas estavam segundo elas “solteiras”, mas, com filhos/as. Ainda se identificou, que as mulheres, relacionaram-se, com mais de um parceiro, demonstrando dessa forma, o desinteresse por casamentos religiosos. Neste sentido a proposta de *modos de vidas híbridos* é sustentável.

Quadro IV - Relação histórica dos moradores com a comunidade

NOME FICTÍCIO	FAIXA ETÁRIA	TEMPO QUE MORA NA COMUNIDADE
Homem - Chico Mendes	49 anos	32 anos
Mulher - Carolina Maria de Jesus	56 anos	28 anos
Mulher - Luísa Mahin	59 anos	Não aponta. No entanto, relata que está em Recife no Bairro de Casa Forte desde os 12 anos de idade trabalhando em casa de família.
Mulher – Isidora	Não relatou - estimativa de 47 anos	31 anos
Mulher - Tereza de Benguela	Não consta - estimativa de 70 anos ou mais.	Não recordasse ao certo, acredita que estar na comunidade antes de 1970.
Mulher - Marielle Franco	Não relatou	36 anos

O autor(2018). Fonte: (DEPOIMENTOS DE CAMPO, 2018). (AUGÉ,1994). OBS* Para a preservação das pessoas envolvidas na entrevista, foi colocado nomes fictícios de ocupações populares.

No quadro - IV, é possível verificar o forte vínculo estabelecido entre os moradores e a comunidade, a partir, do *tempo* que estes, estão residindo no território. *O tempo de vivência no local*, é uma das dimensões que contribui, para que o sujeito construa, ou, reinvente a história e se coloque *assumindo uma identidade com e no território*.

Dito isto, o sujeito estabelece um vínculo histórico, antropológico, cultural e social formando redes de apoio e confiança entre seus pares. No item do quadro IV - *Tempo que mora na comunidade*, é notório, que as pessoas entrevistadas, possuem um vínculo com o território em uma média que oscila entre: 30 e 50 anos de convivência no território analisado.

No caso da pessoa que reside no local há pelo menos 50 anos, tomei como base, o depoimento de campo de uma senhora que não se recorda ao certo, há quanto tempo está morando na comunidade, mas, afirma categoricamente, que já morava antes de 1970.

Com relação a saída de sua terra natal, *todas as pessoas* entrevistadas antes de migrarem para a comunidade, relataram, que; *residiam no interior* e possuíam outros hábitos como a prática da agricultura por exemplo. Dois dos recortes apresentados abaixo, demonstram bem, como era a atividade destas pessoas, e, como era os seus modos de vida baseado em (BRAGA, 2015). Percebe-se, que os modos de vida destas pessoas, eram modos de vida rurais. Segundo Braga (2015), o plantio de alimentos é uma das dimensões que pertence aos de modos de vida Rural, isto é, pessoas que residem em região metropolitana *não tem* o hábito de plantar alimentos, estas últimas optam pela compra de alimentos.

Chegamos aqui há 32 anos. A gente morava em limoeiro, e meu tio já morava na comunidade de uns 15 a 20 anos antes de eu me mudar para cá. Lá em limoeiro, a gente plantava batata doce, milho verde, trabalhava no roçado. Saímos de lá porque as condições eram difíceis. (CHICO MENDES, 2018).

Nas duas falas, tanto a anterior quanto a posterior, é possível verificar o local de origem e na fala abaixo, destaca-se outro ponto relevante: As precárias condições de vida dessas pessoas.

Eu vim do interior [...] vim de São Vicente Ferrer era meu interior lá, minha família, meus filho lá, minhas filha que mora lá [...] Lá, eu trabalhava na agricultura [...] oxe, meu filho. Eu vejo esse povo aí não quer trabalhar, eu com 10 ano de idade eu já trabalhava no interior pra me manter, ia pra casa de farinha pra raspar mandioca, pra ganha bolo de massa, pra comer beju pra não passar necessidade [...] a minha vida foi essa, graças a Deus, [...]. (TEREZA DE BENGUELA, 2018).

Quando perguntei o que motivou sua saída do local onde viviam? As respostas no geral foram: *foi pra trabalhar né! pra ter uma vida melhor pra sobreviver né. Porque onde eu morava, não tinha condições de nada, passava muita necessidade aí tinha que trabalhar, aí comecei a trabalhar com 10 ano de idade* .(CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018). *As condições de lá era péssima era uma cidade pequena certo, as vendas eram poucas. Eu ganhava direitinho porque sempre eu ganhei mais que o salário, mas, eu queria progredir e não tinha como, pequeno, aí eu tive que vim pra cidade maior pra poder fazer alguma coisa na vida* (ISIDORA, 2018). Outras constatações substanciadas nos depoimentos, revelam, que a maioria das pessoas entrevistadas, *não tiveram oportunidade de estudo formal*, sendo este, um requisito mínimo, onde possibilita melhores cargos ocupados em postos de trabalhos formais no centro da cidade.

Também, foram identificado nas falas, que existia algum parente morando na comunidade antes da saída de sua terra natal. Majoritariamente, quem vive na comunidade, são mulheres solteiras que já tem filhos/as ou são avós, trabalham, ou, se aposentaram trabalhando em casa de família, desde criança. **Você estudou?** *Num tive porque minha mãe morreu. Eu fiquei muito nova aí, eu tive que cuidar do meus irmão, que era mais pequeno do que eu. Aí, fui criar meus irmão* (MARIELLE FRANCO, 2018).

Nesta fala, fica clara a violação de direitos sofridos pela entrevistada. A privação do acesso a educação formal, assim como, o não acesso a moradia adequada, apresenta-nos uma amostra do que a entrevistada viveu. Ainda, acrescenta-se outro agravante no seu depoimento: assumir a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos, sendo a mesma, de menor.

Aqui, se faz importante destacar, que a família não pode ser penalizada por tamanho descaso, uma vez, que os mesmos, viviam em condições precárias. Mas, por outro lado, estes dados mostra-nos, como uma falta de política social transformadora impacta diversas famílias e ao mesmo tempo aponta-nos, a clara omissão do estado. Abaixo, identifica-se grande semelhança ao relato anterior. *A pobreza, lá era muito pobre, eu tive que trabalhar desde os 10 ano de idade que eu trabalho (LUÍZA MAHIN, 2018).*

Num tive oportunidade de estudar nada, no interior, comecei a minha vida a trabalhar desde pequena. Num tô dizendo a você, que com 10 ano de idade eu trabalhava pra me manter, eu não tinha mãe, fui criada com minha vó, nem minha mãe num conheci[...] fui criada com minha vó minha bisavó e meu tio, meu tio era desse povo das cabeça meio dura, tomava umas bebidazinha [...] nós tinha que se virá!. (TEREZA DE BENGUELA, 2018).

O quadro I, também foi desenvolvido sobre a ótica de Augé (1994) onde defende que as características que definem um *lugar*, são as pessoas que vivem no local e se relacionam umas com as outras construindo uma identidade coletiva no território passando de geração a geração. Portanto, a Lemos Torres representa um Lugar para aquelas pessoas.

Quadro V - Refletindo a comunidade Lemos Torres a luz de Augé (1994)

LUGARES - Marc Augé (1994)	NÃO LUGARES - Marc Augé (1994)
Sociedades tribais: indígenas. Quilombolas: terreiros. Comunidades populares urbanas. Neste caso a comunidade Lemos Torres se adequa a perspectiva do autor porque existe um vínculo do território com as pessoas e estas, criaram uma rede umas com as outras.	Espaços comerciais: Aeroportos, supermercados, estações de metrô ou trens, Shopping centers e outros do gênero. No caso de Casa Forte temos á exemplo o Shopping Plaza e o Hiper Bompreço como destaque. Não existe vínculo das pessoas com estes espaços.

O autor (2018) Fonte: (AUGÉ, 1994).

No quadro V, na perspectiva de Augé (1994), a comunidade Lemos Torres assume um perfil de *lugar*, este sendo, o inverso de *um não lugar*. O autor *caracteriza o território enquanto lugar*, a partir, de construções coletivas, considerando as histórias dos grupos que vivem partilhando mesmo espaço e passando para as gerações futuras, a trajetória histórica de suas vivências. Ou seja, quando o território é caracterizado como *lugar*, ali, estão estabelecidas, relações como; rede de solidariedade, troca de experiências, conflitos pela luta e permanência no território.

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. A hipótese aqui defendida é a que a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico. (AUGÉ, p.73, 1994).

Se por um lado, a comunidade Lemos Torres a luz de Augé (1994), indica um *lugar*, por outro aspecto, representa uma história de luta e resistência dos subalternos que não tem, o direito de moradia garantido adequadamente, o que contribue decisivamente para que, não lhes sejam possibilitados/as, o direito de viver em igualdade de condições com outros indivíduos, o que repercute também em seu espaço de fala, em sua ausência de espaços de representação política formal ex: senado, prefeitura, assembléias, faculdades, universidades e/ou locais que debatem em alguma medida aspectos referentes às suas vidas, conforme aponta (SPIVACK, 2010).

A vivência da subalternidade no entanto, conforme argumenta Spivack (2010), muitas vezes não se dá de forma passiva, a resistência se dá cotidianamente, materializada principalmente, através dos movimentos sociais de luta pelo direito a moradia, a partir da reflexão que fazem sobre o seu cotidiano.

Os sujeitos estabelecem neste território, o diálogo entre seus pares, criando possibilidades concretas relativas a sobrevivência/resistência, constroem *táticas*, para expressar um grito de socorro para os que não vivenciam sua realidade. Se, sua voz não é ouvida, organizam-se por exemplo, através de: protestos, passeatas, denúncias constroem rede de solidariedade para os mais fragilizados e vitimados pelo Estado.

Os subalternos criam *táticas*, para burlar o que está posto pelo sistema desenvolvendo ainda; mutirões, cotinhas, doações de roupas, alimentos, construindo creches e habitações improvisadas para atender a uma demanda que lhes é negada pela negligência, bem como, omissão do estado. Estes exemplos, foram identificados na Comunidade lemos Torres. Um exemplo de tática de sobrevivência que expressa-se bem na fala da entrevistada abaixo:

Aqui existe pessoas de confiança que lutou por vocês? Ah! existe Dona do Carmo, seu pelé, Zefinha que faleceu agora pouco. Foi tudo gente que a gente confia, que quando a gente precisa, sempre, conta com eles na saúde, na doença aqui a gente adoecer pedir um socorro, todo mundo socorre [...] teve padre Edvaldo que era que tomava conta da gente, catequese pras nossa criança, casa das criança, creche, colégio semi-internato[...] é umas pessoas que num deixa a gente na mão. Se a gente num tiver o que comer, chegar aqui na casa dela, Dona Maria do Carmo arranja, todo mundo aqui na comunidade a gente viveu. Num é porque agora a gente vai ganhar esse apartamento, que a gente vai falar da comunidade mas, a gente sempre viveu uma comunidade. Por isso que eu lhe digo: uma das melhores favela que tem dentro desse Recife é essa ilha das cobra porque o padre era um representante da gente (LUIÍZA MAHIN, 2018).

No depoimento da informante fica claro a partir da fala empírica, que o padre era considerado pelas pessoas residentes na comunidade Lemos Torres como um legítimo

representante, não apenas o padre mas, também outras pessoas que residiam na comunidade que já faleceram e posteriormente, a atuação da associação de moradores que também desenvolveu diversos trabalhos de ação social como: cursos de capacitação profissional e exposição dos materiais confeccionados em feiras para angariar recursos, excursões, piquenique, atividades exportivas para as crianças etc.

5.3 - A comunidade Lemos Torres e seus/suas moradores/as

Nesta parte, será apresentada a *história da Lemos Torres, início, organização da comunidade, migração e quem são os moradores*. Farias (2006) chama a atenção, para o fato de que, Casa Forte, é considerado um bairro nobre.

Vale destacar, que no entorno de Casa Forte, existem comunidades populares que se mantiveram desde o início da valorização imobiliária, ou seja, anterior a enchente de 75, como é o caso da comunidade Lemos Torres (FARIAS, 2006). A autora acrescenta ainda, que entre as diferentes classes sociais existentes no local, é estabelecida, uma boa convivência. Este diagnóstico apontado por Farias (2006), pode servir para identificar diferentes modos de vida no mesmo bairro como sugere (BRAGA, 2015) a respeito da existência de variados modos de vida em mesma área geográfica, possibilitando que: o urbano possa está no rural e o rural no urbano. A partir do apontamento citado, o território geográfico, passa a atribuir sua função social, através, da atuação dos sujeitos envolvidos com o território enquanto espaço simbólico. Com relação à história da comunidade Lemos Torres e sua luta:

[...] a luta da comunidade por moradia digna dura cerca de 50 anos. “Toda a vida desta comunidade foi de luta pela moradia e, principalmente, para que a gente permanecesse aqui mesmo. Hoje a gente tem a certeza que valeu a pena, já que estamos vendo o habitacional quase pronto. Depois que ele estiver construído, vai trazer mais tranquilidade para a população, já que muda também a questão da saúde por causa do saneamento”, disse Marcelo Fernandes da Silva, morador há mais de 40 anos da comunidade (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2017).

A afirmação, também corrobora, com a dissertação de Farias (2009) apontando que, desde o início do processo de valorização da área, isto é, anterior a cheia de 75, já existia à presença de outras comunidades além da comunidade Lemos Torres. Com relação à existência de outros parentes, habitando na comunidade desde o início de sua criação, uma das entrevistadas, alega que; *já tinha já, muitos ano meu irmão [...] ele tem aqui uns 50 ano aqui já.*(CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018). Uma das moradoras entrevistadas, relatou, que o nome da comunidade à princípio, se chamava ilha das cobras devido à presença de cobras principalmente, quando chovia no local.

No início, a comunidade era composta em sua maioria por plantações de banana, cana e outros matos altos, que dificultavam, o acesso das pessoas. No dado coletado em campo, a

entrevistada relata, que depois, a comunidade passou a ser chamada de Lemos Torres em homenagem a um professor que lecionava em Casa Forte sendo muito querido pelas pessoas da comunidade. Em contrapartida, existe outra versão onde afirma que o nome Lemos Torres, foi dado a comunidade em homenagem a um dos primeiros ocupantes do local. Na versão da mídia o Nome da comunidade surgiu: [...] *Lúcia Torres, de 57 anos, [...] afirma ter sido seu pai um dos fundadores da comunidade. “o Torres desta rua vem do sobrenome da minha família” [...] (PAROQUIA DE CASA FORTE, 2012).*

Seu Cordeiro com dona Narzinha, que era uma senhora que cedeu o espaço, pra fazer a comunidade lá na frente, fazer um lugarzinho, pra fazer reuniões essas coisas ela deu o terreno ela disse olhe: pode fazer aqui aí fizeram lá esse espaçozinho aí vamo colocar o nome Lemos Torres o professor faleceu era um professor muito bom aí eu sei que colocou esse nome Lemos Torres ficou só que antes, era ilha das cobra aí o nome teimoso de ilha das cobra prevalece até hoje. Embora que hoje, o habitacional é padre Edvaldo porque já existia a possibilidade do habitacional, padre Edvaldo deu muita força pra acontecer essa questão do habitacional Lemos Torres, então e ficou nessa questão de colocar o nome dele né! se ele vinhesse a falecer em homenagem a ele (ISIDORA, 2018).

Com relação a *formação da comunidade em seu início* e as condições básicas de higiene do espaço: *Tudo era uma valete, isso aqui era um manguezal, a lama aqui, dava no joelho (ISIDORA, 2018). Quando eu cheguei, achei tudo estranho, tudo de tábuas, uma maré passando na minha porta às baratas e os rato (LUÍZA MAHIN, 2018).*

Quando eu entrei aqui mesmo, era matagal, que aí pra atravessar um canal que tem aí, era aquele mato, capim [...] que faz porteira pra bicho, porteira pra animal [...] cana era daqui, até, lá na outra avenida. Tudo era cana, era mato mesmo, matagal [...] Daqui até o quartel era um matagal triste! (TEREZA DE BENGUELA, 2018).

Sobre a organização da comunidade e as táticas de sobrevivência:

Foi depois que apareceu essa comunidade aí a gente começou tendo contato [...] a gente pagava um real, tinha gente que recebia uns cartãozinho todo mês recebia um real que era pra ajudar a comunidade nesse negócio de luz essas coisas assim [...] quando começou distribuía comida lá, assim, pro pessoal mais fraco, mas eu, eu graças a Deus sempre trabalhei, mais tinha gente que precisava, família, aí eles distribuía né [...] começou o padre também a ajudar muito aí a comunidade aí [...] o padre oxe o padre fez muita falta aí. Ele, ele ajudou muito esse pessoal aí [...] padre Edwaldo (TEREZA DE BENGUELA, 2018).

Outra forma que a comunidade buscou, para se organizar e *dar conta do seu cotidiano*, foi através, da *construção de uma creche improvisada*, possibilitando dessa maneira, que as mães da comunidade, pudessem trabalhar sossegadas, sem se preocupar com os/as filhos/as confiados/as a pessoas desconhecidas.

Estas mães, preferiam deixar os/as filhos/as sobre os cuidados das pessoas da comunidade por alguns motivos justificáveis: (1) as pessoas eram conhecidas; (2) A creche ficava na comunidade e, não havia a necessidade de se deslocar para outra localidade quando largavam do trabalho. Todos/as estavam em segurança com pessoas de confiança.

Aqui no nosso depósito de água, a gente fez uma escola comunitária. Neste espaço que nós estamos, era uma escolinha tinha 28 aluno de manhã, tinha 37 de tarde e os aluno da manhã ficava até a noite. A gente ficava brincando com eles durante o dia todo. Eles não participava da aula lá do salão dos da tarde. Aqui fora daí praqui tinha uma arezinha a gente fazia outro grupo aqui fora feito um reforço aí eles ficava fora aqui com a gente quando as mães chegava era 5:30, 6:00 horas elas pagavam uma taxa pra gente ficar com as crianças até a tarde, até o horário do emprego é feito um tipo de uma creche, elas pagavam porque tinham confiança na gente, a gente dava banho, dava comida, dava lanche tudo direitinho [...] (ISIDORA, 2018).

Em síntese, sobre quem são os/as moradores/as da comunidade, os depoimentos de campo, (2018) revelaram que: quase a totalidade que compõe atualmente o quantitativo de moradores da comunidade são de mulheres separadas do parceiro. A maioria das mulheres, de acordo com as pessoas entrevistadas, têm filhos/as ou são avós, trabalham ou se aposentaram trabalhando em casa de família desde criança. Este último dado, se expressa na questão de gênero. Quando perguntei às pessoas entrevistadas o quantitativo de homens e mulheres todas responderam categoricamente que, tinha mais mulheres do que homens. Estas mulheres estão no geral solteiras e com filhos/as. *Rapaz aqui é mais mulher de que homem [...] e muita criança [...] muitas mães solteiras (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018) Acho que mora mais mulher viu". (MARIELLE FRANCO, 2018).*

5.4 - Acesso à moradia

Na questão do acesso à moradia, foi relatado, que a possibilidade de “morar” no condomínio “legalizado”, “garantiria”, que essas pessoas não correriam o risco de serem expulsas do local por ordem judicial porque teriam assegurado em mãos, o documento que legitima como proprietária/o legal da casa. Na ótica de algumas pessoas entrevistadas, elas estão ocupando o território de forma “ilegal”, por não ter o documento de posse, e, por esse motivo, estavam apreensivas de serem surpreendidas a qualquer momento com o mandato de reintegração de posse. Ao mesmo tempo, em que esse sonho estava próximo de se concretizar, foi falado também, que seria ruim morar no novo habitacional porque geraria despesas a mais que pesariam no orçamento destas famílias com inclusão de mais impostos como: água e luz mais cara e a ainda, da taxa de condomínio. Ou seja, o impacto econômico será imposto a estas famílias.

Como foi a chegada do conjunto habitacional? “Meu filho, eu ainda num parei pra avaliar, eu fico pensando como é que vai ser, tudo dividido num vai ser mais juntinho [...] sabe o que, eu fico preocupada por mim, e pelos outro, porque como é que uma pessoa num tem recurso nenhum como é que vai morar nesses apartamento me diga, isso num é uma boa resposta. [...] eu fico pensando as vezes me deito assim eu digo: meu Deus, a pessoa num tem um emprego, num tem nada, vive de bolsa família, porque vai viver ali de pagar água, pagar luz, pagar o condomínio que disse que vai ter até condomínio né. (LUÍZA MAHIN, 2018).

A fala acima aponta, um sentimento de incerteza da entrevistada sobre a perspectiva de futuro sobre ir morar no novo conjunto habitacional, principalmente, relacionada a cobrança de

impostos que estes sujeitos serão tendenciados a pagar.

Todo mundo vai ser atendido, uma parte vai pro Barbalho [...] os antigos mais, vai ficar aqui, os mais novo vai pro Barbalho. **Quer dizer então que aqui tem um grupo mais novo na comunidade?** É num é, que veio pra cá é que nasceu aqui né! a família tudinho aí o ambiente aqui, num cabe, num cabe todo mundo aí botou uma parte pro Barbalho. **Como você ver essa divisão de uma parte sair daqui foi bom foi ruim? Ou era melhor todo mundo?** bom melhor todo era né! mas num é o que agente quer né! é o que eles quer né! **Eles quem, os políticos?** É. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018).

De acordo com Maricato (2017), moradia digna é um direito universal, em contrapartida, a propriedade não está expressa como direito universal o que significa dizer em outras palavras, que; estas pessoas, têm seus direitos violados e possivelmente não os conhecem em sua totalidade. Corroborando com maricato (2017), a própria Constituição Federal (1988) alega, que a moradia é um direito universal previsto no artº 6 onde, o estado, deve fazê-lo ser cumprido porque é sua responsabilidade garanti-lo. Contraditoriamente, o que percebe-se nitidamente é que o estado é, transgressor da lei que ele mesmo legitima.

5.5 - O direito à moradia e as perspectivas de futuro

Fazendo um rápido recorte sobre grandes complexos comerciais, evidencia-se, em (FARIAS, 2006) e (COSTA, 2003), que a existência de um shopping, traz, impactos gigantes para as rendas mais precárias e, no caso de Casa Forte, pelo próprio contexto histórico que carrega, só reforça no bairro, o *status* de uma área elitizada, agregando ao local, um alto valor de mercado que interessa as grandes construtoras. Mas, qual o impacto disto para a população subalterna? O que implica a existência do shopping nesta região? Para mais detalhes deixo evidenciado as Citações.[...] Esse processo não vem influenciando apenas a malha urbana, mas também os hábitos e as práticas sociais dos habitantes do seu entorno imediato (FARIAS, 2006, p.64).

Em um período curto de apenas nove meses foi consolidada a construção do Plaza Shopping Casa Forte. O local foi estrategicamente escolhido e planejado, em relação ao contexto urbano do Conjunto de Casa Forte. Accioly acrescenta que este centro de compras foi auxiliado por um jogo de marketing e pela mídia os quais geraram impactos sobre os consumidores (COSTA, 2003, p.95).

Atendendo a perspectiva de futuro foi perguntado às pessoas entrevistadas qual era o sonho que elas queriam realizar e estas responderam em sua maioria, que era ir morar no habitacional.

Ah! meu sonho é uma casa melhor né! [...] eu tenho meu filho especial [...] dizer que a casa é da gente que ninguém vai tomar [...] não tinha posse [...] então agora é que a gente tem, vai ter a casa da gente digna [...] aqui tanto faz se eles quisesse tirar eles tirava sem dá direito a gente né! só que a gente lutou, foi batalha ia pra reunião, acompanhava a reunião, foi muita reunião, tinha reunião que a gente não podia mas, agente sempre ficava correndo [...] pra ter a posse de terra. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018).

Com relação a existência de outros parentes:

Já tinha já, muitos ano meu irmão [...] ele tem aqui, uns 50 ano aqui já .(CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018). Morava minha tia meus tio morava tudo em Santana. (MARIELLE FRANCO, 2018). Na perspectiva de Augé (2012), este território, é considerado como um *Lugar antropológico*, pois, ali, já existia uma história de linha consanguínea entre parentes que passaram para a próxima geração, sua vivência naquele território, mesmo antes, da existência em si, da comunidade. As pessoas que viviam na comunidade, de certa forma, influenciaram a chegada de outros parentes.

Na concepção sobre o entendimento de família, uma das entrevistadas revelou na ótica dela que: *Já era tudo bem dizer da família da gente [...] num são família mesmo assim de sangue, [...] mas a gente considera como família ele tem a maior consideração por mim eu por ele, que ele já é um senhor também (TEREZA DE BENGUELA, 2018)* Família para esta entrevistada, vai muito mais além, do que os laços consanguíneos. Ou seja, o território estudado assume um significado de comunidade, as relações estabelecidas perpassam por todos/as moradores/as da Lemos Torres. Com relação a formação da comunidade em seu início, e, as condições básicas de higiene do espaço.

Quando eu entrei aqui mesmo era matagal, que aí pra atravessar um canal que tem aí era aquele mato, capim [...] que faz porteira pra bicho, porteira pra animal [...] cana era daqui até, lá na outra avenida. Tudo era cana, era mato mesmo, matagal [...] Daqui até o quartel, era um matagal triste. (TEREZA DE BENGUELA, 2018).

Os depoimentos de Tereza de Benguela e Luíza Mahin acima e abaixo, respectivamente revelam como era a comunidade no período que chegaram para residirem trazendo uma memória histórica do território perpassando pela dimensão da questão de saúde aonde fica-se evidente a omissão do estado obrigando essas famílias a conviverem com ratos, baratas e cobras.

Tudo era uma valete, isso aqui era um manguezal, a lama aqui dava no Joelho. (Isidora, 2018). Quando eu cheguei, achei tudo estranho tudo de táuba, uma maré passando na minha porta às baratas e os rato”(LUÍZA MAHIN, 2018).

Em mais um recorte outro depoimento confirma o descaso do estado no sentido de se pensar a promoção e implementação de políticas públicas sociais que se arrastaram ao longo dos anos.

Sáímos do interior para buscar trabalho e desenvolvimento. As condições daqui no início, eram péssimas. Faltava água, luz existia muita negligência. Não existia política social. O primeiro articulador político foi o padre José Edwaldo Gomes e a igreja de Casa Forte no início dos anos 70, Dona Narcisa e o grupo Paroquiano. Depois, a gente promoveu transformações participando da associação de moradores e o estado, foi omissivo. (CHICO MENDES, 2018).

Uma das formas que buscaram para se organizar foi: estabelecer algumas regras para os que tinham “melhores condições econômicas e estavam trabalhando”, a exemplo destaca-se a cotinha.

Ou seja, era doada uma contribuição simbólica para atender os que possuíam família e não tinham trabalho. O que pode ser analisado como uma forma de resistência as limitações cotidianas vivenciadas pelos grupos subalternos em uma sociedade de classes como a nossa.

A reflexão de Certeau (1994) sobre as vivências cotidianas, as relações estabelecidas entre os grupos que detém os maiores ativos de poder e os subalternos nas cidades pode ser refletida entre as elaborações reiteradas de táticas para o enfrentamento das estratégias em vigência.

Quadro VI - Refletindo a comunidade Lemos Torres a partir do conceito de tática e estratégia

Michel de Certeau (1994) ESTRATÉGIA	Michel de Certeau (1994) TÁTICA
São utilizadas por instituições por exemplo o estado possui aparelhos: polícia, exército - forças armadas, prefeituras, TRE, TRF, STJ e outros do gênero. Ou seja, são aparelhos institucionais e legitimados pelo estado. Estes, determinam de modo geral, as diretrizes que a sociedade deve acatar.	Construção improvisada de creche na Lemos Torres e a contribuição simbólica de recursos financeiros para ajudar as pessoas desempregadas e residentes na comunidade com os pagamentos de conta de luz e água são demonstrações de <i>táticas</i> de sobrevivência dos menos favorecidos para sobreviver as regras do estado.

O autor(2018).Fonte: (CERTEAU, 1994).

No quadro VI, é possível perceber a partir da reflexão de Certeau (1994), que a comunidade Lemos Torres, buscou meios alternativos de sobreviver na região metropolitana recorrendo ao uso de Táticas para a sua sobrevivência embasado nos depoimentos das pessoas entrevistadas. O que evidencia-se na fala de (TEREZA DE BENGUELA, 2018), quando ao narrar sua história revela que:

graças a Deus sempre trabalhei, mais tinha gente que precisava, família, aí eles distribuía né [...] começou o padre também a ajudar muito aí a comunidade aí [...] o padre oxe o padre fez muita falta aí. Ele, ele ajudou muito esse pessoal aí [...] padre Edwaldo (TEREZA DE BENGUELA, 2018).

Este depoimento além, de revelar, a necessidade de uma creche próxima, o dado mostra, que a comunidade tinha e tem, suas táticas de sobrevivência para o cotidiano. A citação acima, revela também, uma rede de solidariedade que existe na comunidade entre seus pares, onde todos/as, demonstram preocupação com o/a próximo/a, mesmo, não existindo laços consanguíneos estabelecendo desta forma, uma rede de solidariedade mútua. Quando perguntei-lhes, sobre a atuação política e, as lideranças que lutavam pelas demandas da comunidade foi unânime o reconhecimento de luta do padre, bem como, da associação de moradores destacado na fala a seguir:

Dona do Carmo, seu pelé, Zefinha que faleceu agora pouco foi tudo gente que a gente confia que quando a gente precisa sempre conta com eles na saúde, na doença aqui a gente adoecer pedir um socorro, todo mundo socorre [...] teve padre

Edwaldo que era que tomava conta da gente, catequese pras nossa criança, casa das criança, creche, colégio semi- internato[...] é umas pessoas que num deixa a gente na mão. Se a gente num tiver o que comer chegar aqui na casa dela, Dona Maria do Carmo arranja, todo mundo aqui na comunidade a gente viveu. Num é porque agora a gente vai ganhar esse apartamento, que a gente vai falar da comunidade mais a gente sempre viveu uma comunidade. Por isso que eu lhe digo: uma das melhores favela que tem dentro desse Recife é essa ilha das cobra porque o padre era um representante da gente (LUIZA MAHIN, 2018).

A fala do trecho destacado tanto acima quanto abaixo, dialogam diretamente a luz das teorias de (AUGÉ, 1994) e (CERTEAU, 1994) apresentando a perspectiva de lugar e algumas estratégias utilizadas para se manterem neste território. Com relação ao serviços prestados pelo estado

O padre deu muita força a gente, Nelson o presidente da comunidade, também, os presidente deu muita força a gente também. Aí botaram a gente tudo pra fora paga 200 Reais por mês, auxílio moradia aí a gente fica, todo mundo recebe esse dinheiro eu ainda boto dinheiro pra pagar minha casa, ainda tem que pagar água, pago luz tudinho mas, graças a Deus tô esperando só receber a chave pra ir simhora pra lá (MARIELLE FRANCO, 2018).

Chico Mendes revela que no início da comunidade não existia serviços de coleta de lixo, água e luz e com o passar dos vários anos foi que a comunidade foi contemplada o que revela os anos de omissão do estado no sentido de fornecer estes serviços. ***Como é ofertado os serviços da Compesa, Celpe e Enlurb? No início não existia, com o passar dos anos foi melhorando e atualmente a comunidade é atendida (CHICO MENDES, 2018).*** Corroborando com Chico Mendes outra entrevistada afirma que: *Nós passemos um tempão aí tirando água [...] tirava aí do prédio o menino botava uma mangueira e botava do lado de cá pra gente encher os balde (TEREZA DE BENGUELA, 2018).* Em outro trecho o informante explica como foi o processo de articulação política da comunidade.

Você participa das discussões ligadas à moradia? Sim de 1997 até 2004 participei da associação de moradores para atender as demandas da comunidade e no decorrer, participamos do Programa de Orçamento Participativo do Derby até Rosa Selvagem (UR-7). Depois saímos da Associação e foi criada uma ONG chamada: Centro de Apoio Comunitário de Parnamirim e Adjacência onde, participamos ativamente das discussões políticas relacionadas ao bairro. Com relação ao novo conjunto habitacional, participamos de Sessenta e duas reuniões para poder aprovar o habitacional. Não necessitamos da ajuda do PREZEIS, muito do que foi conquistado foi por causa da nossa mobilização e do padre Edwaldo. O padre Edwaldo através da casa da criança Rotary, articulava-se com a prefeitura e o comitê da cidadania de Casa Forte que oferecia serviços de saúde cursos de qualificação profissional e creches. Agente conseguiu ofertar 42 cursos de capacitação profissional para a comunidade (SESC, SENAI, SESI e ABCJ - Associação de Mulheres de Carreiras Jurídicas). Foi formado um time de futebol; Nacional Futebol Clube do Parnamirim com 4 times de 7 até os 100 anos de idade. A gente ainda promoveu excursões, congressos, viagens para outros estados; Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e viagens para o interior do estado. Foi realizado também, as festas juninas, carnaval, festival de inverno com lual, clube de mães. A gente também conseguiu a reforma do Parque Santana. Participamos do Orçamento Participativo por 4 mandatos na gestão de João Paulo, João da Costa e do Conselho Operacional do Orçamento Participativo e também

houve um trabalho com 11º BPM - Batalhão da Polícia Militar. Também temos fotos e outros registros (CHICO MENDES, 2018).

Por fim, em outro trecho, Chico Mendes informa como foi o processo que levou a chegada do novo habitacional. *Como foi a chegada do conjunto habitacional? Foi resultado de muita luta da comunidade. Das 480 famílias, 192 famílias vão para o habitacional da Lemos Torres, 216 irão para o Barbalho e o restante será indenizado. A indenização não foi muito boa. (CHICO MENDES, 2018).* E abaixo corroborando com a fala de Chico Mendes, Isidora quando indagada sobre o processo de discussão sobre as questões de moradia revela que:

Você participa das discussões ligadas à moradia? A gente fez reunião com o padre quando o pessoal queria passar o pé pela mão, queria as coisas diferente, o padre Edwaldo botava a mão na frente e vamo fazer desse jeito **Quer dizer que o padre foi então, um importante articulador político junto com seu esposo você e Pelé?** Foi e o Pelé, Cordeiro e a direção. A direção da Lemos Torres que foi da época nossa. **Não foi nada ligado a algum partido exclusivamente?** Não foi luta popular! Foi luta do povo porque, partido num edifica nada né, [...] a gente também num vai por partido vai por pessoa quis ajudar ver que a pessoa é certa direitinha tá junta à gente também ajuda (ISIDORA, 2018).

Os depoimentos acima, revelam, como foi a trajetória de luta da comunidade para acessar serviços básicos como a creche por exemplo, que mostrava-se, uma demanda urgente e evidente no local. No outro recorte, evidência-se, as lideranças legitimadas pela ótica das pessoas residentes na comunidade Lemos Torres, destacando-se, os serviços prestados pelo já falecido padre Edwaldo, perpassando posteriormmente, pela atuação da associação dos moradores com outras lideranças que atuaram de forma relevante, favorecendo a resistência e permanência no território.

Outro dado importante a destacar, foi o fato de que quando tentei localizar o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS na esperança de coletar mais dados sobre a comunidade, houveram desafios como por exemplo descobrir onde ficava o CRAS que atendia a RPA -3 fui comunicado que localizava-se no Sítio dos Pintos - Bairro de Dois Irmãos. Logo de imediato, fui ao local e descobri que não se localizava ali. Em seguida, fui informado por profissionais do CRAS do Sítio dos Pintos que o CRAS que atende a RPA -3 ficava no Alto do Mandú.

Geograficamente falando o Alto do Mandú, fica bem distante da comunidade investigada o que obriga o uso de transporte automotor e, o outro agravante é que além da distância, o local é ingrime. O ponto mais importante a relatar é o fato de que os dados não foram cedidos não sei se pelo fato de que realmente os profissionais não os tinham, ou, se existe algum outro motivo que permaneceu oculto e impediu os profissionais de ceder os dados para esta pesquisa mesmo estando identificado como estudante da universidade.

Sobre os serviços de transporte, foi identificado que existe parada de ônibus próxima tanto da antiga comunidade Lemos Torres, quanto, do novo local conhecido como conjunto habitacional

Padre Edwaldo - Local onde parte das famílias residem atualmente. Em contrapartida, é importante destacar que o serviço de transporte público é oneroso e inadequado (quente, passageiros ficam em pé). Ou em outras palavras, “suprem as necessidades” paliativamente e só sabem de fato o que são os “transportes públicos”, quem o utiliza diariamente.

Com relação aos serviços de saúde pública se identificou o hospital Maria Lucinda e o Evangélico nas redondezas mas, não identifiquei UPA, Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS creches públicas não foram identificadas próximos da antiga comunidade ou do novo habitacional e um dos depoimentos de campo, corroboram com estes dados. Em contrapartida, o que se identificou foram diversas instituições de ensino e de saúde oriundas da iniciativa privada. Ainda destacam-se outros serviços privados como shopping center, supermercado, bem como, a própria distância referente a localização do CRAS já revelam indícios que reforçam a elitização do bairro e o elevado custo de vida o que contribui para segregação do acesso a serviços da população que detém menor poder aquisitivo.

Como pode ser observado nas citações, a articulação política para a conquista e aquisição que culminou no processo de mudança da comunidade para o novo conjunto habitacional Padre Edwaldo, foi obtido através de mobilização de moradores (lideranças) da própria comunidade apenas, que se organizaram em quanto classe trabalhadora e subalterna para reivindicar este direito que foi conquistado a duras penas em um longo processo que durou décadas se arrastando⁵. E por fim, relatam também, que ao longo dos anos enquanto residiam na comunidade não tiveram apoio de políticos com exceção apenas, do atual prefeito Geraldo Júlio.

Com relação ao novo habitacional Padre Edwaldo, na segunda etapa da pesquisa entre 2018 - 2019 as famílias revelaram que o processo de mudança foi percebido como positivo porque para quem morava em uma casa de 6m² aproximadamente a beira do canal na presença de vetores como ratos, baratas e escorpiões e passar a morar em um habitacional que possui 50m², de fato é algo transformador. Mas, em contrapartida, as famílias entrevistadas apontam também, que os impostos de IPTU, água e luz estão vindo extremamente onerosos trazendo impactos na renda familiar e por derradeiro na qualidade de vida.

O IPTU além de estar sendo cobrado de forma surreal e indevida não deveria ser cobrado a famílias que possuem imóvel único de até 50m². De acordo com a Lei Municipal nº 15.563/1991 artº 17 inciso III (a) aponta que os imóveis com até 50 m² ocupados por famílias que tem apenas, um imóvel para moradia ficam isentas desse imposto.

⁵ Os moradores revelaram que participaram de mais 60 reuniões. Também relataram que houveram casos em que nem todos os moradores puderam participar por questões burocráticas mas que mesmo assim, precisavam para poder participar das discussões e em outros casos, procuraram saber com as lideranças que os representavam nas reuniões o que havia sido deliberado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de realizar a ida a campo, percebe-se, que todas as pessoas entrevistadas, migraram do interior para a região metropolitana do Recife, em busca, de melhores oportunidades de vida e, desenvolvimento profissional. Estas pessoas, tiveram uma história de vida penosa, devido às precárias condições vivenciadas durante toda a vida.

O momento da pesquisa era um momento de muita apreensão em relação ao futuro, destacando que: morar no novo habitacional proposto pelo prefeito, trará impactos de ordem econômica com impostos de água, luz mais caros e, a inclusão da taxa de condomínio, desdobrando-se e afetando de forma significativa a qualidade de vida destas famílias. Inclusive vale destacar aqui, que os dados da pesquisa PIBIC (2018-2019) apontam os impactos negativos ocasionados no orçamento familiar a partir dos relatos empíricos das pessoas informantes que participaram desta etapa.

As principais queixas indetificadas estão diretamente relacionadas ao consumo, mais especificamente, ao consumo de alimentos e medicações que de acordo com os depoimentos das pessoas está comprometendo sua renda obrigando-os a escolher se se alimentam e tomam suas medicações mais adequadamente ou pagam suas contas em dias ou passam necessidade.

Atendendo a perspectiva de Augé (2012), o que se constatou, foi que a Lemos Torres, se enquadra como um lugar antropológico para as pessoas que residem na comunidade. Estas pessoas, estabeleceram não apenas, um vínculo com o território, mas também, umas com as outras, criaram histórias e repassaram seu aprendizado e história de vida, para as gerações posteriores. As pessoas entrevistadas, acreditam ainda, que família não se resume-se apenas, a laços consangüíneos, organizaram-se desenvolvendo táticas para sobreviverem ao sistema (CERTEAU, 1994).

Observando a comunidade a partir de Braga (2015), o que se constatou nos depoimentos, foi que o histórico de mobilidade urbana, do rural para o urbano refere-se a uma espécie de projeto de "melhorar de vida" que está presente no depoimento de vários indivíduos e que há uma sobreposição de tempos e espaços na forma como o cotidiano é vivido e significado.

A características mais relativas aos modos de vida rurais, com o passar dos anos, foi se adequando a dinâmica urbana do centro de Recife adotando características de modos de vida urbano resultando em uma hibridização dos modos de vida. Estas, são histórias de vida de pessoas comuns que lutam apenas, para ter o direito de morar dignamente e por esse motivo, uma das justificativas mais destacadas quando perguntado a elas qual era o sonho que elas queriam realizar, estas responderam categoricamente: ir morar no novo habitacional. Ao mesmo tempo, algumas pessoas, também estavam ansiosas pelo medo de sofrer represálias da justiça, uma vez que, não possuíam o título de posse da terra mesmo vivendo há pelo menos mais de 30 anos no local.

Para Maricato (2002;2003;2010;2014;2017), a resposta para atender a dimensão de porquê existe um elevado índice de moradias inadequadas, se deve, ao fato de que, as políticas públicas, o planejamento urbano, bem como, o Plano Diretor das cidades não funcionam adequadamente e principalmente, em favor de quem mais necessita: os pobres. A autora destaca ainda, que a moradia digna é um direito. Mas, este direito é negligenciado.

Um grande gargalo que permanece afetando a população subalterna Brasileira ainda nos tempos atuais, segundo Maricato (2010), está correlacionado a desigual distribuição de renda perpassando, pela crescente terceirização⁶, bem como, a existência permanente da oligarquia, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo, latifúndio e o reformismo, some-se, a estes fatores, os flagrantes episódios de corrupção e, por derradeiro, a exploração ocasionada pelos pactos políticos estabelecidos pelos Países Capitalistas Centrais e aceitos pelos Países Capitalistas Periféricos através dos políticos pela “troca de favores”.

Para Souza (2017) a corrupção não está presente apenas, no estado Brasileiro, mas também, nas elites globais multinacionais internacionais e na mídia que fabrica um discurso onde reforça que a corrupção está em maior ênfase, presente no Estado Brasileiro e camufla os verdadeiros causadores das desigualdades sociais, ou seja, a elite global imperialista composta por políticos, empresas privadas internacionais e bancos.

Os resultados apontam para a complexidade que caracteriza o processo de urbanização das cidades, com interesses e demandas bastante distintas em interação. As famílias, em sua maioria chefiada por mulheres, criam uma série de táticas para atenderem suas necessidades diárias. Foi revelada também a instabilidade causada pela insegurança relacionada ao acesso precário a moradia, as limitações diárias quanto a disponibilidade de renda, bem como a existência de formas muito distintas de relação entre as classes, seja através da vivência de funções precárias relacionadas ao trabalho, a “doação” de itens que seriam descartados, e a partilha de espaços públicos como os parques públicos, ou privados, através de projetos sociais.

A ausência do Estado em termos da oferta de serviços essenciais, como os relativos a educação infantil, também foi apontado como um fator limitador ao estabelecimento de estratégias de sobrevivência, o que revela uma série de serviços/solidariedades partilhadas dentro da própria comunidade, entre suas mulheres. A pesquisa revelou uma série de aspectos que precisam ser aprofundados e que remetem para questões bastante específicas, algumas delas estão sendo tratadas no segundo momento desta pesquisa ainda em curso. Reafirmamos a necessidade de

⁶ O processo de terceirização será mais segregador ainda porque recentemente foi aprovado no congresso, o texto da nova reforma trabalhista que retira direitos e promove mais desvalorização da classe trabalhadora sobretudo a que recebe apenas um salário mínimo extremamente defasado como já foi apresentado neste trabalho, impactando no acesso a serviços, bem como, no consumo. Outro ponto importante que revela um direto ataque a classe trabalhadora assalariada, é a nova proposta de reforma da previdência apresentada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro - PSL onde prever mais anos de contribuição do trabalhador/a ao INSS e obviamente levará maior tempo para conseguir a aposentadoria isto, se a pessoa não vinher a óbito antes. Esta é uma reforma extremamente perversa que beneficia apenas, empresários e condena a grande maioria da população.

revelar junto com os sujeitos as trajetórias vivenciadas para que possamos compreender como tece a trama de nossas relações na sociedade.

Inspirado em Souza (2009; 2017), Spivack (2010) e Santos (2012)⁷ sobre a organização política das classes mais pobres, é mais conveniente e cômodo afirmar que o pobre ou sujeito subalterno sofre retalhações diárias impostas pelas elites do capital global, bem como do próprio Estado Brasileiro porque permitem e não se organizam ou se conformam quando na realidade, a história de formação da população Brasileira foi resultado de um longo processo de escravidão, sendo proibidos do poder da fala e de seus corpos, marcados/as pelo racismo, discurso de ódio, intolerância a cor, religiosa e assassinatos que foram e, são legitimados por este mesmo Estado Democrático de Direito. O melhor exemplo aqui de figura pública a destacar é, o caso da Marielle Franco pessoa negra que se esforçou para promover melhorias no morro e foi assissanada por milícias justamente por escolher a bandeira de luta pela causa subalterna.

Com base em Souza (2009; 2017), Spivack (2010) e Santos (2012) Deixo aqui explícito uma provocação: Como se pode cobrar posicionamentos da população pobre e majoritária do país que se organizem e reivindiquem direitos quando esses grupos tem negligenciados cotidianamente direitos básicos e garantidos constitucionalmente como educação de qualidade por exemplo, quando se é percebido que a educação pública, saúde, segurança entre outros direitos são propositadamente boicotados? A resposta é simples, porque as elites e o estado não permite que estes grupos tenham acesso a educação de qualidade. Quando esses grupos se organizam sofrem retalhações. O melhor exemplo do mundo real, são as passeatas e protestos que ocorrem corriqueiramente. Quando estes grupos se organizam e reivindicam algum direito, em diversos casos flagrantes, são recepcionados com: spray de pimenta, bomba de efeito moral, tiros de bala de borracha e agressões físicas. Ou seja, sofrem retalhação pelo uso da força.

Educação é igual a informação e informação é poder e o poder (capital cultural) permite a reflexão e organização de classe. *A elite do atraso*, assim como, o Estado Brasileiro sabe perfeitamente dessa informação. Educação gratuita e de qualidade é igual a libertação das amarras que prendem o sujeito subalterno ao seu subconsciente, e, nessa histórica relação de opressão, dominação e exploração do capital global, não é interessante que as elites mundiais e o estado forneça poder de informação suficiente para capacitar a massa e torná-la pensante ao ponto de questionar as contradições da sociedade global. Como diz um ditado popular: Informação é poder!

Por fim, quero aproveitar para agradecer a banca examinadora, a comunidade Lemos Torres mais uma vez, e a todos que tiveram paciência comigo e contribuíram para minha formação. Gostaria de pontuar também, a importância do profissional de Economia Doméstica no sentido de contribuir para a desafiadora tarefa sobre as questões referentes a problemática do direito a moradia que não esgotam-se nestas páginas.

⁷ Aqui me refiro a Milton Santos (2012) por que neste trabalho citei outro Santos com o mesmo ano.

7. REFERÊNCIA

ANDRADE, Érico. Publicado por: Leonardo Cisneiros **Democracia na rua: Ocupe Estelita**. 2015. Disponível em <<https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/ocupeestelita/>> Acessado em 23/02/2018

AU17. **Demolição de galpões históricos do Cais José Estelita para construção de empreendimento imobiliário causa polêmica no Recife**. 2014. Disponível em <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/urbanismo/demolicao-de-galpoes-historicos-do-cais-jose-estelita-para-construcao-312871-1.aspx>> Acessado em 30/09/2017

AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e participação popular são debatidas no Ipea**. 2016. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27659> Acessado em 19/01/2018

BATISTA JR, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington a visão neoliberal dos problemas latino- americanos**. 1994, p.36 Disponível em <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>> Acessado em 13/03/2018

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. vol. xxix (127), 1994 (3.º), 711-732

BRAGA, Gustavo Bastos. 1988 - **Por uma caracterização dos territórios segundo o modo de vida rural e/ou urbano**/Gustavo BastosBraga. -Viçosa, MG, 2015.p.241 Disponível em <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/7519/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em 02/02/2018

BRASIL. **Constituição Federal – 1988**. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdfAcessado em 19/03/2018

_____. **Estatuto das Cidades Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acessado em 18/03/2018

_____. **Lei Nº 10.406, De 10 De Janeiro de 2002 - Subseção III Da Preempção ou Preferência**. 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acessado em 22/02/2018

_____. **PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**. 2018. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acessado em 29/01/2018

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES - Secretaria nacional de habitação. **PlanHab - Plano nacional de Habitação**. 2009. Disponível em <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf> Acessado em 29/01/2018

_____. **4º Balanço do PAC de 2015 – 2018**. 2018, p. 2-70 Disponível em <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/12c9979f887047791592a0e16c838e04.pdf>> Acessado em 29/01/2018

BLOGDASPPPS. Conjunto Habitacional Lemos Torres sai do papel após oito anos no Recife
Disponível em < <http://www.blogdasppps.com/2016/05/conjunto-habitacional-lemos-torres-sai.html>> Acessado em 06/06/2019

CARDOSO, Leandro Vilela. **O direito à moradia e o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2012, p. 2-33

CALDART, Roseli Salette. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos. avançados. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001, p. 207- 224

CAIXA. **Habitação de interesse social**. 2018. Disponível em < http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_de_repasso_do_OGU/habitacao_interesse_social.asp> Acessado em: 19/03/2018

CENDHEC. **Sobre nós**. 2018. Disponível em <<https://www.cendhec.org.br/sobre-nos>> Acessado em 19/03/2018

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:1. Artes de fazer/** Michel de Certeau: Tradução de Ephraim Ferreira Alves.- Petrópolis, RJ:Voices, 1994. 9 ed“ Nova edição estabelecida e apresentada por Luce Giard”. ISBN 85.326.1148-6

CISNEIROS, Leonardo. **Direitos urbanos, a cidade é nossa! Leonardo Cisneiros at TEDxRecife, 2014**. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=QZtIT3-BN2w&t=926s> > Acessado em 19/03/2018

COSTA, Luciana Santiago. **Lugares em Casa Forte: Onde residem as fortalezas dos lugares?** 2003,p.192 Disponível em < https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/6747/arquivo6852_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em 26/02/2018

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Um pai da população carente**. 2017. Disponível em< http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/vida-urbana/2017/07/21/interna_vidaurbana,172295/um-pai-da-populacao-carente.shtml >Acessado em 26/02/2018

DIEESE. **Salário mínimo**. 2017. Disponível em < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acessado em 19/01/2018

FARIAS, Silvana Monteiro de. **O entorno dos Shopping Centers: do lugar ao espaço de deslocamentos: o caso do Complexo Comercial formado pelo Hiper Casa Forte e Plaza Shopping Casa Forte/** Silvana Monteiro de Farias.- Recife: Silvana M. de Farias, 2006, p.119

INFOECIDADE. **IPTU Progressivo no Tempo**. 2010. Disponível em <<http://infoecidade.blogspot.com.br/2010/05/iptu-progressivo-no-tempo.html> > Acessado em 22/02/2018

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil:resultados preliminares - 2011- 2012**. Belo Horizonte. 2015, 126p. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file>>

_____. **Déficit habitacional no Brasil/2013 – 2014**. 2016. Disponível em <<http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>> Acessado em 19/01/2018

_____. **Déficit habitacional no Brasil: resultados preliminares – 2015**. Belo Horizonte: FJP - 2017, p. 20. Disponível em < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/723-estatisticas-informacoes-3-deficit-habitacional-16-08-2017versao-site/filef>> Acessado em 19/01/2018

_____. **Déficit habitacional aumenta com a recessão**. 2017. Disponível em < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/fjp-na-midia/3785-1-3-2017-deficit-habitacional-aumenta-com-a-recessao> > Acessado em 19/01/2018

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**, ed 4º, São Paulo ed: Atlas . s.a, 2002, p. 175

GASPAR, Lúcia. **Batalha de Casa Forte. Pesquisa Escolar Online**. 2009. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=572>. Acessado em 26/02/2018

_____. **Casa Forte (bairro, Recife). Pesquisa Escolar Online**. 2009. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=572>. Acessado em 26/02/2018

GOHN, Maria Da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 2011, p. 333 – 512 Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

GOOGLE MAPS. **Comunidade Lemos Torres**. 2019 Disponível em < <https://www.google.com.br/maps/search/Comunidade+Lemos+Torres+Casa+Forte+Recife+PE/@-8.0327608,-34.9143205,2175m/data=!3m1!1e3>> Acessado em 02/07/2019

IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. 2017. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>> Acessado em 16/02/2018

_____. **Estatísticas do séc: XX**. 2006. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>> Acessado em 16/02/2018

JORNAL DO COMÉRCIO. **Conjunto Habitacional Lemos Torres sai do papel após oito anos**. 2016. Disponível em <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/05/18/conjunto-habitacional-lemos-torres-sai-do-papel-apos-oito-anos-236225.php>> Acessado em 30/09/2017

_____. **Cheia de 1975 no Recife - Uma tragédia em busca de memória**. 2015. Disponível em <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/04/25/cheia-de-1975-no-recife--uma-tragedia-em-busca-de-memoria-178266.php>> Acessado em 19/03/2018

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff, tradução Bernardo Leitão... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. ISBN 85-268-0180-5 20. CDD – 907

MARICATO, Ermínia. **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo**, Cap: II, 2010, p. 51- 76, 2ºEd, p 340 ISBN:9788571063648

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**/ Ermínia Maricato .3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p .50-93 ISBN 978-85-326-4147-2

_____. **O impasse da política urbana no Brasil - A autora fala sobre seu livro em aula expositiva exibida no Instituto de Economia da Unicamp - IEP 2017** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=JfLDEvMV4jc&t=3921s>> Acessado em 15/02/2018

_____. **Metropóle, Legislação e desigualdade.** Estudos Avançados 17(48),2003, p. 151-167

_____. **O que esperar dos planos diretores?** 2005, p.3 Disponível em http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_esperarplanodiretor.pdf Acessado em 19/01/2018

_____. **A bomba relógio das cidades Brasileiras.** p. 3 Disponível em <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf > Acessado em 19/01/2018

_____. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias.** In: MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **É a questão urbana, estúpido!** ed.73, 2013 Disponível em <<http://diplomatie.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>> Acessado em 26/01/2018

MEDEIROS, Juliano. **Corrupção, transparência e participação popular.** 2016. ano 13, ed: Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&i=e&id=3296&catid=29&Itemid=34 > Acessado em 19/01/2018

MOURA, Gersa Gonçalves; DE FÁTIMA FERREIRA, Leilane. **Plano nacional de habitação : atual cenário do programa minha casa minha vida.** CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.7, n. 1, 2014, p. 65-80.

MST. **Nossa história.** 2018. Disponível em <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>> Acessado em 26/02/2018

MTST. **As linhas políticas do MTST.** 2018. Disponível em < <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/> > Acessado em 28/02/2018

NUNES, Aliomar Ferreira, **O impacto da “lei dos doze bairros” sobre a construção civil na cidade de Recife/** Aliomar Ferreira Nunes; Orientador Joaquim Teodoro Romão de Oliveira, 2008, p. 162

NOTARO, Tatiana. **Déficit habitacional atinge 280 mil recifenses.** 2017. Disponível em < <http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/10/01/NWS,43494,70,449,NOTICIAS,2190-DEFICIT-HABITACIONAL-ATINGE-280-MIL-RECIFENSES.aspx> > Acessado em 29/12/2017

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir escrever.** 1996, p. 13-37.

ORLANDI, Eni P. **Análise De Discurso - Princípios e Procedimentos,** Editora Pontes:2009, p.99

OCUPE ESTELITA. **Recife cidade roubada 2014.** Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk&t=92s> > Acessado em 29/12/2017

PARÓQUIA DE CASA FORTE. **Prefeitura anuncia habitacional em Lemos Torres**. 2012. Disponível em < <http://www.paroquiadecasaforte.com.br/2012/08/prefeitura-anuncia-construcao-de.html>> Acessado em 28/02/2018

PORTAL G1 PE. **Após ordem judicial, comunidade é desocupada em Paulista, PE**. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/04/apos-ordem-judicial-comunidade-e-desocupada-em-paulista-pe.html>> Acessado em 26/01/2018

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Casa Forte - último dado censitário do IBGE 2010**. 2018. < Disponível em <[http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa=forte?op=NTI4MgHYPERLINK"http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-forte?op=NTI4Mg%E2%87%92"](http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa=forte?op=NTI4MgHYPERLINK)>=> Acessado em 26/02/2018

_____. **Prefeito Geraldo Júlio visita comunidade Lemos Torres com secretariado**. 2017. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/01/2017/prefeito-geraldo-julio-visita-comunidade-lemos-torres-com-secretariado>> Acessado em 26/02/2018

_____. **Casa Forte - último censo do Bairro – 2010**. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-forte?op=NzQ3NQ> ==> Acessado em 19/03/2018

QUINTO JR, Luis Pinedo. **Nova legislação urbana e os velhos fantasmas**. Estudos Avançados 17(47), 2003, p.187-196

RECIFE. **Lei nº 17.511/2008 Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Recife**. 2014. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-recife-pe> > Aces sado em 29/12/2017

_____. **Lei nº 15.563 de 27 de Dezembro de 1991** Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-recife-pe>> Acessado em 06/06/2019

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilasio. **As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais / The implications of the Growth Acceleration Program (PAC) on Social Policies**. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011

ROLNIK, Raquel. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país - avanços e desafios**. 2006. p.199-21

_____. **Estatuto da cidade – instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza**. 2001, p. 4

SANTOS, Cláudio Hamilton. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. 1999, p.32, Texto Para Discussão N° 654, ISSN 1415-4765

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 2012, p. 19-77 ed. Record: Rio de Janeiro. São Paulo, 22^a ed.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **Em busca de territórios autônomos: as práticas espaciais do movimento dos trabalhadores sem-teto na região metropolitana do Recife/ Otávio Augusto Alves dos Santos**. – Recife: O Autor, 2012.151 p.: il.: fig. e quadros.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**/ Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017 ISBN 987-85-441-0537-5

_____. **Ralé Brasileira quem é e como vive**/ Jessé Souza ; colaboradores André Grillo ... [et al.] – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009, p. 484 ISBN: 978-85-7041-787-9

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.133

TOMIZAKI, Kimi; DE CARVALHO SILVA. Hamilton Harley ; SILVA. Maria Gilvania Valdivino **Socialização política e politização entre famílias do movimento dos trabalhadores sem teto** , Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 137, p.935-954, out.-dez., 2016

